



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 130

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 15 de março de 2016

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral (substituído no decorrer da sessão pela Sra. Presidente da ALRAA, Deputada Ana Luís)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 03 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se diretamente na **Agenda da Reunião** com a [Interpelação ao Governo Regional sobre “Precariedade e Políticas Públicas de Emprego”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Aníbal Pires e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), André Bradford (*PS*) e as Srs. Deputadas Graça Silva (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e Graça Silveira (*CDS-PP*).

Findo este ponto, passou-se para o [Projeto de Resolução n.º 144/X – “Recomenda ao Governo Regional a criação da oferta curricular da](#)

[educação pré-escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira](#)”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, pediram a palavra para intervir no debate o Sr. Deputado Iasalde Nunes (*PS*) e as Sras. Deputadas Judite Parreira (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e Arlinda Nunes (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Por fim, iniciou-se o debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 154/X – “Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Garcia (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), as Sras. Deputadas Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Abreu*) e o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 10 minutos.

Presidente: Muito bom dia a todos.

A Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional pediu-me para conduzir a sessão de hoje, porque estive em representação oficial na tomada de posse do Sr. Representante da República para os Açores, Sr. Embaixador Pedro Catarino, em Lisboa.

A Sra. Presidente chegará esta manhã ainda e retomará os trabalhos ainda hoje. Agradecia que o Sr. Secretário fizesse o favor de proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 03 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio **Bradford**

André Cláudio Gambão **Rodrigues**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Arlinda Maria Focha **Nunes**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula **Moniz Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros de Andrade

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Batista

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Estão presentes 46 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Está aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos começar os nossos trabalhos como combinado em Conferência de Líderes com o ponto um da nossa Agenda: **Interpelação ao Governo Regional sobre “Precariedade e Políticas Públicas de Emprego”**, apresentada pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Os Açores são hoje das regiões do país com maiores índices de precariedade laboral. Apenas para dar um exemplo esclarecedor, no nosso arquipélago 90% dos novos contratos de trabalho não são permanentes. Apenas um em cada dez trabalhadores consegue alguma estabilidade no seu vínculo laboral na nossa Região.

Não é por acaso, nem por acidente. Se uma grande parte desta situação decorre das décadas de regressão dos direitos laborais e de flexibilização da legislação laboral, sempre contra os trabalhadores, promovida pelos sucessivos governos do PS, do PSD, com e sem o CDS- PP ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Mas isso agora é para mudar!

O Orador: ... e, claro está, do resultado desastroso das suas políticas económicas que criaram um desemprego massivo, nunca antes atingido na história do Portugal democrático, a verdade é que a própria Região, o próprio Governo Regional, ao promover ativamente a precariedade dos trabalhadores, a degradação das suas condições laborais e, mais recentemente, a instituir um sistema de reprodução e eternização de vínculos precários, nunca antes visto.

Pode o Governo Regional vir afirmar com orgulho: “Estamos na vanguarda!”, que nós responderemos: “Estamos sim!, pois os açorianos têm o duvidoso privilégio de sofrerem dos mais modernos e sofisticados sistemas e regimes de exploração do trabalho alheio, com a chancela do PS Açores!”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Esta continuada promoção da precariedade laboral, no sector público e privado, por parte do Governo Regional é inegável e tem-se processado de múltiplos modos e formas e passa muitas vezes por programas cujos objetivos parecem e poderão ser úteis e meritórios, mas que na prática, são sistematicamente subvertidos em prejuízo dos trabalhadores e dos seus beneficiários.

A sua enumeração seria longa, mas podemos agrupar estas dezenas de programas em quatro grandes categorias: primeiro, programas de criação do próprio emprego; segundo, de subsídio à contratação; terceiro, de estágios; e quarto, de programas ocupacionais. Estes programas partilham vários vícios fundamentais que os subvertem, legalizando situações abusivas, por vezes desumanas e sempre, sempre lesivas para os trabalhadores.

O primeiro desses vícios fundamentais é a grande margem de arbitrariedade na apreciação dos projetos, que permite fechar a porta a uns e abrir a porta a outros com explicações subjetivas e que tem permitido efetivamente que se continue a utilizar mão-de-obra rotativa e descartável paga com fundos públicos, quer no sector público, quer no setor privado.

Outro dos problemas de fundo é a falta de conteúdos formativos, de formação profissional real, que vá para lá do mero “trabalha que aprendes!” e que permita efetivamente melhorar a empregabilidade e o sucesso profissional destes cidadãos. Isto é especialmente gritante nos programas de estágios, quer o

ESTAGIAR L, quer o ESTAGIAR T, mas também nos programas ocupacionais, como o RECUPERAR, o FIOS ou o PROSA. A maior parte dos “beneficiários” terminam estes programas sem terem tido uma única hora de autêntica formação profissional certificada, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais convicção!

O Orador: ... apesar das boas intenções dos preâmbulos dos regulamentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso agora é todos os dias!

O Orador: Na prática estes programas promovem o trabalho precário e instável, desde logo por via da sua duração limitada, mas também financiando a precariedade. Que sentido faz subsidiar uma empresa privada para que contrate um trabalhador apenas durante um ano, como sucede no programa INTEGRA ou no Programa de Incentivo à Inserção do Estagiário L e T, por exemplo?

Estes programas contribuem para situações de uma inaceitável exploração dos trabalhadores desempregados, que em muitos casos não podem recusar as funções que lhes são atribuídas, tenham ou não formação, vocação ou capacidade, sob pena de perderem o subsídio de desemprego de que dependem para sobreviver; que são sujeitos a remunerações miseráveis, abaixo do salário mínimo depois dos descontos obrigatórios, tendo de fazer face a custos de transporte e alimentação; que são forçados a trabalho por turnos ou horários irregulares, impedindo qualquer conciliação com a vida familiar, com a assistência à família.

Quádrupla desgraça, como sabem bem os chamados “beneficiários” dos programas ocupacionais: prestam serviço mas não têm emprego, têm deveres mas não direitos, produzem mas não recebem salário, apenas subsídio;

trabalham mas não são trabalhadores! É este o “benefício” que generosamente o Governo Regional lhes atribui!

E isto é apenas o que é legal, ou que está formalmente legalizado pelos regulamentos do Governo Regional. Porque para lá do regulamentado, os abusos são muitos, graves e acontecem mesmo na Administração Pública. Um exemplo é o caso lamentável, que veio recentemente a público, do centro de resíduos da Câmara Municipal da Horta, onde os trabalhadores de programas ocupacionais trabalham na lixeira e na separação de lixo sem terem o indispensável equipamento de proteção e segurança.

Mas o abuso mais comum, que parece ser sistemático, em particular em relação aos programas ocupacionais, é o desempenho de funções essenciais e indispensáveis para os serviços por estes beneficiários, que assim são utilizados para substituir necessidades de trabalho permanente, às quais devia corresponder um posto de trabalho efetivo.

Denunciámos publicamente uma situação que o demonstra claramente, no Hospital de Ponta Delgada, em que 29 Assistentes Operacionais que foram selecionados por concurso acabaram por nunca ser contratados, porque entretanto o Hospital resolveu as suas necessidades de pessoal integrando 49 trabalhadores desempregados através do programa Recuperar.

Perante todos estes abusos e grosseiras violações da Lei, a Direção Regional do Emprego, a quem competia garantir o cumprimento dos regulamentos, dedicasse a explicar aos empregadores públicos como os subverter e quanto à Inspeção Regional do Trabalho, a quem competia e compete fiscalizar, a resposta tem sido sempre e só o silêncio e a vista grossa. É urgente acabar com esta exploração selvagem e com este abuso sistemático aos trabalhadores desempregados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

A política de emprego nos Açores, que se concretiza nestas dezenas de programas, serve, na realidade, três objetivos e infelizmente nenhum deles é efetivamente a criação de emprego estável, de qualidade, com direitos e a perspetiva de valorização pessoal e profissional para os trabalhadores.

O primeiro objetivo, inegável, é o de disfarçar a dimensão avassaladora do desemprego na nossa Região.

O segundo é o de transformar sub-repticiamente a natureza do emprego público, destruindo-lhe as características e condições, anulando os direitos e a estabilidade dos vínculos dos seus trabalhadores, substituindo-os paulatinamente, passo a passo mas de forma deliberada, por outros trabalhadores com regimes laborais mais flexíveis, leia-se precários e descartáveis.

O terceiro objetivo desta política de emprego, não é menos importante. Trata-se também de sustentar as empresas privadas, fornecendo-lhes mão-de-obra gratuita ou subsídios para a contratação e contribuir para o aumento da precariedade também no sector privado, através da criação de uma camada de trabalhadores pouco qualificados, que vão sobrevivendo no ciclo, quase sempre sem saída, de programa de estágio, contrato precário, subsídio de desemprego, programa ocupacional, subsídio de desemprego, **ad aeternum**, até à idade da reforma!

São estes os verdadeiros objetivos das políticas públicas de emprego do Governo Regional!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sabemos que a questão da precariedade e do desemprego são na realidade inseparáveis e constituem um problema vasto e complexo. Mas a sociedade que queremos construir tem de passar forçosamente pelo respeito e pela valorização de quem trabalha.

A solução passa forçosamente por contratar, efetivamente e sem termo, os trabalhadores que são indispensáveis para o funcionamento dos serviços da Administração Pública, dar-lhes os mesmos direitos e remunerações que os seus colegas e acabar com a rotação de beneficiários de programas de emprego na Administração Pública.

A solução passa forçosamente por aumentar as qualificações dos açorianos desempregados, por melhorar as suas possibilidades de conseguir um emprego através da formação profissional, de qualidade, formação certificada. Os estágios e os programas de formação têm de ter conteúdos pedagógicos na realidade e não apenas no papel do seu projeto de candidatura. Esta é uma questão central e pensamos que muitos dos programas existentes devem ser alterados para incluir esta exigência.

Estamos convictos também que é necessário uma fiscalização muito mais atuante e presente, em especial da Inspeção Regional do Trabalho. É que, ao contrário do que diz a Senhora Inspetora Regional, precisamos que a IRT vá muito para além da “promoção de uma cultura de cumprimento da legislação laboral”. Precisamos que a IRT faça efetivamente cumprir a legislação laboral, que atue e que puna, com severidade, os prevaricadores!

Mas precisamos também de parar com a subsídio do trabalho precário e da rotação de trabalhadores, apoiar as empresas que tenham boas práticas de

integração sem termo de estagiários e que não pratiquem a rotação de mão-de-obra.

Precisamos de um Governo que efetivamente pratique e estimule a negociação e a contratação coletiva, instrumento insubstituível de defesa dos direitos dos trabalhadores.

É necessário que os programas de estímulo às empresas tenham uma exigência de responsabilidade social e de boas práticas no que diz respeito aos trabalhadores e iremos apresentar brevemente uma iniciativa parlamentar com esse objetivo.

Sabemos que a solução dos problemas da precariedade e do desemprego é muito mais vasta e passa também por uma profunda mudança nas políticas económicas e sociais, mas sabemos que esta pouca-vergonha de exploração dos trabalhadores pobres, fragilizados pelo desemprego ou pela sua ameaça, não pode continuar!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

De imediato passo a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores, Sérgio Ávila.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados:

Permitam-me que comece esta intervenção citando o que eu próprio afirmei aqui a 24 de novembro passado:

“Definimos o emprego como principal prioridade desta legislatura, criando para o efeito um vasto conjunto de medidas de apoio ao tecido empresarial e à

requalificação dos trabalhadores, alocando a essas medidas o máximo de recursos disponíveis.”

Ao relembrar esta afirmação convido as senhoras e os senhores deputados a um balanço dos resultados que entretanto havíamos alcançado nessa luta difícil, mas imperiosa, que era a do combate ao desemprego e a criação de emprego.

E permitam-me, também, que recorde as circunstâncias particularmente adversas que marcaram o momento em que iniciámos esta legislatura.

Havia – como bem sabem – uma crise financeira internacional que obrigou a uma retração sem precedentes do sistema bancário, com graves consequências nas empresas e nas famílias, e havia um programa de ajustamento orçamental que impôs, pela República, uma austeridade que reduziu ainda mais o rendimento das famílias e das empresas, originando e ampliando uma retração muito significativa da economia com efeitos no emprego e nos indicadores sociais.

Aqui mesmo, nesta Casa, houve quem fizesse tábua rasa de todas essas circunstâncias para culpar, única e exclusivamente, o Governo dos Açores por uma taxa de desemprego que chegou aos 18%.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Por 11 vezes, (repito, 11 vezes) numa única manhã, deputados de uma só bancada disseram 21.725, referindo-se ao número de desempregados que o INE apontava para os Açores no 1.º trimestre de 2014.

Num breve parêntesis, não posso deixar de sublinhar que os mesmos deputados adeptos da aritmética e da equiparação de Açorianos a números ainda não conseguiram admitir que existindo hoje, felizmente, menos 6.390 Açorianos desempregados do que nessa altura, há apenas dois anos, esta nova realidade é também 'culpa' do Governo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas é, quer queiram, quer não.

Ao longo deste mandato procurámos sempre, no limite dos nossos recursos e das nossas competências, as respostas mais eficazes para os problemas que afetaram a nossa economia, as nossas empresas e as nossas famílias.

Não o fizemos sozinhos – é bom recordá-lo – tivemos connosco os milhares e milhares de Açorianos que, em todas as ilhas, nas empresas, nos setores produtivos, na indústria, nos serviços e em qualquer lugar ou função em que estivessem, acreditaram nas medidas que criámos e trabalharam com determinação e coragem, constituindo-se como verdadeiros pilares da retoma económica da nossa Região.

Os números não são nossos, são do Instituto Nacional de Estatística.

De acordo com os últimos dados revelados, há hoje mais 6.128 Açorianos empregados do que quando iniciámos esta legislatura.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Hoje temos menos 4.946 Açorianos desempregados do que no final de 2014.

Só no último ano, a taxa de desemprego nos Açores registou a maior redução dos últimos 10 anos e os Açores foram a região do país com maior redução da taxa de desemprego no mesmo período.

Desde 2011 que não existiam tantos Açorianos a trabalhar como se verifica desde o segundo trimestre do ano passado.

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego é o mais baixo dos últimos 40 meses e tem vindo a descer de forma consecutiva todos os meses.

Factos são factos, e esta é a realidade dos resultados da nossa ação.

É esta a realidade que enerva e desorienta quem tinha apostado que não iríamos conseguir.

É esta a realidade que deixa sem argumentos quem tinha feito do desemprego a sua sobrevivência política.

Deputados André Bradford e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É esta a realidade que faz com que os Açorianos tenham cada vez mais confiança de que é possível vencer as adversidades e que confiam cada vez mais no Governo dos Açores, como o seu aliado, para juntos vencermos este desafio.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Embora não nos satisfaça por completo – porque um Açoriano sem emprego é um motivo de preocupação ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... –, este é um resultado concreto do compromisso que assumimos para esta legislatura e, podemos dizê-lo, um resultado que nos confere confiança para, até ao fim do mandato, prosseguirmos neste bom caminho.

O nosso compromisso era – e é – o de não deixar ninguém para trás. Todo e qualquer Açoriano sem emprego, sem meios de subsistência ou em dificuldades, tem de ser amparado, tem de ter apoios que lhe permitam ultrapassar, com dignidade, todas as suas dificuldades.

Assim, apostámos num vasto programa que vai desde o estímulo ao incremento da atividade económica e ao incentivo à criação de emprego pelas empresas, da promoção da inserção dos jovens no mercado de trabalho, até ao combate ao desemprego de longa duração, passando pelo aumento das qualificações e habilitações das pessoas como fator potenciador da empregabilidade dos

Açorianos, sem descurar as medidas de apoio à sua contratação, bem como de criação do próprio emprego.

Aos jovens continuámos a proporcionar a possibilidade de fazerem um estágio profissional, aprimorando algumas regras e criando, também, um novo programa de apoios à contratação pelas empresas de recém-formados e recém-licenciados após a conclusão do estágio.

Esse novo programa - o PIIIE - permitiu já que 1.094 jovens fossem integrados nas empresas após concluírem os seus estágios.

Para reforçar o apoio às empresas para contratar novos trabalhadores e gerar mais emprego implementamos o programa Integra, que já apoiou a criação de 2.077 novos postos de trabalho pelas empresas.

No âmbito do apoio à criação do próprio emprego, através do programa CPE Premium, foram já criados mais 252 postos de trabalho.

Só no âmbito destas três medidas implementadas nesta legislatura, o Governo dos Açores participou as empresas açorianas na criação de 3.423 novos empregos.

Os novos sistemas de incentivos à competitividade empresarial incorporaram também de forma inovadora no contexto nacional, um enorme incentivo à criação de emprego pelas empresas, passando a ser comparticipadas as despesas das empresas com a contratação de novos trabalhadores no âmbito dos projetos de investimento apresentados, desde que respeitem as condições de elegibilidades definidas pela Comissão Europeia.

Não foram esquecidos os Açorianos menos qualificados. Reforçámos, por isso, o seu reencaminhamento para processos formativos profissionais adequados às necessidades do mercado, melhorando assim as suas condições de empregabilidade.

Foi assim que, no âmbito da rede Valorizar, puderam alcançar, com a sua legítima ambição e o seu trabalho, níveis de escolaridade do 9.º ou do 12.º anos,

qualificando-se assim melhor e posicionando-se com maiores possibilidades no mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Porque é ponto de honra do Governo dos Açores não deixar ninguém para trás, como aqui já sublinhei, não poderíamos esquecer os Açorianos – nem um só dos Açorianos – que, estando em situação de desemprego prolongado, tenha perdido o direito ao subsídio de desemprego.

São Açorianos que para além de terem ficado sem trabalhar, deixaram de ter qualquer rendimento, e para os quais era urgente ter uma resposta.

Criámos, por isso, programas de apoio a desempregados que não auferem subsídio de desemprego – o programa RECUPERAR, por exemplo – que se tem revelado de grande importância não só para assegurar a sua reentrada no mercado de trabalho, através de entidades e instituições de interesse público e sem fins lucrativos nas áreas como da solidariedade social, cultura, desporto e ambiente, entre outras, bem como em autarquias e na administração regional.

São Açorianos que não teriam nenhuma outra fonte de rendimento e que agora trabalham em mais de uma centena de organismos, colaborando nos mais variados projetos, cuja prossecução também dificilmente seria possível sem a sua participação.

Conciliando a sua qualificação, que advém da sua nova atividade profissional, com a concretização de projetos de interesse público, conseguimos dar uma nova esperança de vida a muitos Açorianos.

Contribuímos para devolver a muitos Açorianos a esperança, o orgulho, a autoestima e, essencialmente, para os tornar ativos e participativos no processo de desenvolvimento da nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quem critica estes programas com certeza nunca sentiu o desespero de não saber como alimentar, vestir, calçar e dar conforto aos seus filhos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sr. Vice-Presidente!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas quem é que criou essa situação?!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Quem foi?

O Orador: ... nunca soube qual é a sensação de se levantar sem rumo, sem objetivos de vida e sem trabalho.

Falem com os Açorianos que sentem uma nova esperança de vida, não os desmereçam, não os desvalorizem, acreditem nas suas capacidades, na sua enorme vontade e esforço de, com o seu trabalho, darem um contributo muito positivo para o nosso futuro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quando oiço alguns, poucos, muito poucos, críticos destes programas, lembra-me a história do velho, do rapaz e do burro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora já só falta o velho e o rapaz!

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Se não tivéssemos dado uma resposta eficaz, justa e equilibrada, que assegurasse trabalho, rendimento, direitos sociais e qualificação profissional a muitos açorianos, estaríamos hoje a ser criticados por isso e hoje estaríamos a discutir isso.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Como o fizemos, estamos a ser criticados por o ter feito.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente!

O Orador: Por isso, prefiro, claramente, que estejamos hoje a debater o facto de termos apoiado muitos Açorianos a voltar a trabalhar do que se tivéssemos a debater que tínhamos sido indiferentes aos Açorianos que estavam em casa sem trabalho e sem rendimento.

Deputado José San-Bento e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito Bem!

O Orador: Mas, se este debate pode até ser aceitável, o que não é aceitável, e tenho aqui, infelizmente, que denunciar publicamente, é que o partido que protagonizou esta interpelação tenha tentando prejudicar esses Açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Efetivamente, e lamento dizê-lo, o PCP, através da sua deputada ao Parlamento Europeu, Inês Cristina Zuber, a 10 de abril de 2015 apresentou uma queixa – sob a forma de pergunta à Comissão Europeia – sobre a eventual e cito “utilização abusiva dos programas ocupacionais nos Açores.”

Deputado Berto Messias (PS): Lamentável!

O Orador: Para bem dos Açores e dos Açorianos, quero dar-vos conhecimento da resposta da Comissão Europeia, de 29 de junho passado e cito a Comissão Europeia, ...

Deputado Berto Messias (PS): Ouçam! Ouçam a resposta da Comissão Europeia!

O Orador: ... “os programas Recuperar e Prosa têm como objetivo fomentar a educação e as competências e promover a integração social e profissional das pessoas que se encontram longe do mercado de trabalho.

Deputado Francisco César (PS): Insuspeita!

O Orador: Estes programas [de acordo com a Comissão Europeia] estão em conformidade com as prioridades da União Europeia de investir em estratégias de inclusão ativa e representam uma importante contribuição para permitir a participação no mercado de trabalho, lutar contra a pobreza e promover a

inclusão social. Os programas [cito a Comissão Europeia] visam a melhoria sustentável da empregabilidade, bem como das competências e experiências profissionais.”

Deputado Francisco César (PS): Insuspeita! Que balde de água fria!

O Orador: Acabei de citar a resposta da Comissão Europeia à queixa que o PCP lamentavelmente apresentou.

Hoje, aqui, muito mais relevante que denunciar esta atitude do partido que propôs esta interpelação, é saber que os Açorianos têm também o apoio inequívoco da Comissão Europeia no caminho e no esforço que estão a empreender.

Penso que sobre isso estamos totalmente esclarecidos e este debate clarificado, a bem dos Açores e dos Açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo dos Açores tem feito um grande esforço no sentido de promover a empregabilidade. Através de um vasto conjunto de medidas de apoio a empresas temos aliado políticas de promoção das qualificações académicas e profissionais dos Açorianos e medidas de apoio inequívoco à proteção social dos que mais precisam.

Colocámos à disposição da atividade privada o mais ambicioso e abrangente sistema de apoios de todo o país e os sinais que temos tido – subscritos, aliás, por organismos que monitorizam a evolução da atividade económica, como o INE, por exemplo – são sinais de que as nossas empresas estão a corresponder muito bem, criando novos empregos a um ritmo encorajador.

Também investimos o melhor do nosso esforço e da nossa perseverança na criação de medidas de proteção dos mais fragilizados pela situação difícil de que fomos saindo nos últimos anos.

Estes programas de promoção da empregabilidade e de apoio a desempregados – nos diferentes graus de desproteção com que poderiam vir a defrontados sem

uma intervenção decisiva do Governo dos Açores – vamos investir só este ano cerca de 62 milhões de euros.

Disse investir. E disse bem, pois sempre encarámos cada cêntimo aplicado nessas áreas como um investimento no nosso futuro coletivo.

O Açoriano que para nós conta é um Açoriano mesmo – não é um número, não é uma estatística mais ou menos abstrata.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É uma pessoa, jovem ou menos jovem, com o ensino básico ou com um curso superior, com emprego ou em situação de desemprego.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com curso superior há poucos!

O Orador: Todos contam para nós. E contamos com todos para nos ajudarem a levar os Açores para a frente, motivados, como sempre estivemos, para trabalhar para o bem comum, mas agora ainda mais animados com os sinais positivos que a economia regional vai dando de estar no bom caminho.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É esse caminho que vamos continuar a fazer, em conjunto com os Açorianos.

Há dificuldades que ainda teremos de enfrentar; há muitos desafios que teremos de vencer.

Mas há também a certeza de que vamos conseguir, porque há todo um futuro à nossa espera.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem três inscrições.

Passo a palavra já ao Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta interpelação que estamos a protagonizar teve já duas intervenções que bem se podiam situar ou classificar como o inferno e agora o céu.

Eu acho que também sobre este assunto no meio pode estar a virtude e melhor do que isso é descermos à realidade ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sem que isto nos impeça de dizer que o Governo Regional em vez de pedir desculpa aos açorianos, aos milhares de açorianos que hoje não têm emprego, que por isso não têm rendimento, prefere acusar a oposição julgando que, apesar de estar na mesma semana, já se encontra no comício do Partido Socialista.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Seja sério!

Deputado Francisco César (PS): Comício?! Não lhe fica bem!

O Orador: De facto, 15. 600 açorianos não têm emprego e se em 2014 efetivamente o número era maior (e era!) na altura o Governo Regional recusou que a responsabilidade fosse sua, mas hoje, porque os números evoluíram, já a responsabilidade e o sucesso a ele devem ser atribuídos.

Deputado Francisco César (PS): E se fosse o contrário?

O Orador: É falso que assim seja e que assim tenha sido, que a oposição tenha culpado apenas o Governo Regional pelos números do desemprego que se registou na nossa Região, como é falso que ao Governo Regional se deva toda a evolução que daí para cá se registou.

Deputado André Bradford (PS): Está a arrepender-se!

Deputado Francisco César (PS): Está a melhorar mesmo assim!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ouça com atenção! É pedagógico!

O Orador: Portanto, esta matéria não desconcerta o PSD. Provavelmente não desconcerta a oposição, mas há alguém que continua desconcertado no meio disto tudo: são mais de 15.600 açorianos que não têm rendimentos, que no fim do mês não sabem como fazer face aos seus compromissos, com a sua própria alimentação e dos seus filhos, com os encargos da educação dos seus descendentes, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é plágio, Sr. Deputado!

O Orador: ... com a energia, com a água e estes açorianos, contrariamente ao que por vezes acontece com entidades públicas, não podem deixar de cumprir com essas responsabilidades, não podem deixar de pagar a água ou a energia, porque as empresas ou as entidades municipais lhes cortam esses bens fundamentais.

Portanto, o desconcerto não é para a oposição. O desconcerto maior é para as dificuldades que esses nossos concidadãos ainda experimentam e numa coisa nós concordamos com o Governo Regional: é que factos são factos.

Pelo terceiro ano consecutivo os Açores mantêm, ... Em 40 anos da sua história, pela primeira vez e durante três anos consecutivos, os Açores registam uma taxa de desemprego superior à taxa nacional.

Factos são factos, como também é indesmentível que nós hoje temos praticamente o dobro dos desempregados que tínhamos em 2010 e temos três vezes e meia mais desempregados do que tínhamos há uma década atrás ...

Deputado José San-Bento (PS): Há uma década!?

Deputado André Bradford (PS): E há 20 anos!?

Deputado Francisco César (PS): E em 1918!?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Seja sério!

O Orador: ... e a responsabilidade obviamente não é do PSD que aqui não governou e que mesmo quando governou na República já aqui se verificava o crescimento da taxa de desemprego.

Factos são factos. É indesmentível que 10 mil açorianos, dois em cada três que estão desempregados não têm trabalho há mais de um ano.

Factos são factos. Cinco mil desempregados têm entre 25 e 34 anos.

Factos são factos. É por o desemprego ter esta configuração nos Açores de 2005 para 2015 que são necessários todos os programas que o Governo Regional tem vindo a desenvolver.

Esses programas são necessários, são para continuar, são para prolongar e são para melhorar.

Deputado André Bradford (PS): Afinal são necessários e para continuar!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma evolução histórica!

Deputado Bruno Belo (PSD): A isto chama-se responsabilidade!

O Orador: Esse é o compromisso do PSD quando for Governo, com um outro compromisso implícito que é de tudo fazer para que cada vez mais estes programas deixem de ser necessários, isto é, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que tenhamos uma economia menos tutelada, menos intervencionada pelo Governo Regional, ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não se preocupe, porque não vai chegar lá!

O Orador: ... uma economia mais sustentável capaz de gerar o emprego que os Açores e os açorianos necessitam.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A propaganda a que nós assistimos fica longe da realidade. Temos um Governo mais expedito em propaganda do que a governar, faz a propaganda máxima e a eficiência mínima.

O desemprego em vez de ser um combate pelo trabalho, pela qualidade do emprego, é um combate à oposição e isso só pode significar uma coisa: de que os Açores precisam de uma mudança, de uma mudança que lhes dê uma esperança nova, que lhes dê mais emprego, melhor emprego, ...

Deputado Berto Messias (PS): Acho que não são os Açores que precisam de uma mudança!

O Orador: ... que ponha na governação quem possa fazer mais pelos que mais necessitam.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada do Partido Socialista, Graça Silva.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ao Aníbal vai saltar-lhe a tampa! Não fale da CGTP!

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Importa aqui referir que o Governo Regional dos Açores definiu no início desta legislatura como um dos principais objetivos o emprego e o exemplo disso é exatamente o facto de 60 dias após a tomada de posse ter apresentado às açorianas e aos açorianos a agenda para a competitividade e emprego.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também tinham mil pessoas com machadinhas nas florestas!

A Oradora: Gostaria também de saudar esta iniciativa do PCP por nos dar a possibilidade de trazer à discussão um assunto sempre tão central e inesgotável. Reconheço que tem sido sempre uma luta em que a esquerda, desde o Partido Socialista ao PCP, se tem empenhado sem tréguas.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não acabou aí a esquerda?

A Oradora: Desde, Sra. Deputada, desde! Com o BE pelo meio, se quiser.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Ficou no meio!

Deputado António Parreira (PS): No meio é que está a virtude!

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Vou abster-me de referir os números do desemprego até porque os dados recentes, quer do INE, quer do IFP, falam por si e também já foram referidos pelo Sr. Vice-Presidente nesta manhã.

Gostaria de analisar o que são os programas de emprego na Região e analisar os seus objetivos.

Se considerarmos os seus objetivos quer na capacitação de pessoas nas suas diversas vertentes como a financeira, a formativa, a prática, a manutenção das pessoas no mercado de trabalho, a motivação para a busca de emprego, podemos considerar que os objetivos que se propõem, podemos facilmente concluir, foram alcançados, esses objetivos.

Os programas de emprego implementados também levaram a que as pessoas na Região se inscrevessem mais nos centros de emprego. As pessoas que estavam desmotivadas para continuarem inscritas ou para continuarem a busca de um emprego ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

A Oradora: ... fizeram-no porque, para poderem integrar um programa de emprego, teriam de estar inscritas, fazendo com que os números de desemprego na Região sejam mais reais uma vez que havia muito desemprego não contabilizado.

É com isso que o Partido Socialista se quer confrontar, com a realidade ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... para melhor chegar à resolução dos problemas. É com isso que se quer confrontar ao que existe com o que existe de facto sem falsas tranquilidades, sendo que a ausência de números pode levar a uma taxa de inscritos baixa, mas não real e não é isso que o Partido Socialista quer. Quer sim toda a gente inscrita para lidar com o problema de frente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputada Benilde Oliveira (PS): Ora bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos consciência que este é um caminho sempre inacabado com aspetos a melhorar, sempre com lutas a travar de acordo com os vários tempos e os vários contextos, no entanto, é preciso que todos nos empenhemos, todos, partidos políticos, grupos parlamentares e o Sector Empresarial Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não existe!

A Oradora: Temos de dar o nosso contributo e é chegado o momento do Sector Empresarial Regional trabalhar também no sentido de criar emprego remunerado com justiça e emprego de qualidade também no que diz respeito ao vínculo laboral.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo Regional:

Estamos agora no início desta discussão, desta interpelação que aqui trouxemos, e eu vim já ao debate apenas para esclarecer uma acusação que foi feita aqui ao PCP pelo Sr. Vice-Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma acusação grave!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, primeira questão, estaria o PCP a fazer tudo errado se a Comissão Europeia lhe tivesse dado razão?

A Comissão Europeia, como sabe, é responsável por ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Deu a quem? A ele ou a si?

Deputado André Bradford (PS): Coisa que não deu!

O Orador: Se tivesse dado razão ao PCP, que eu já vou ler a resposta e já vou ler a pergunta. Já vou ler a pergunta e já vou ler a resposta.

Primeira questão, Sr. Vice-Presidente: a União Europeia, designadamente a Comissão, é responsável pela crise avassaladora que se vive na Europa.

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que é insuspeita!

O Orador: É responsável pela crise das nossas pescas e responsável pela crise da nossa agricultura.

Deputado André Bradford (PS): Diga isso àqueles senhores!

O Orador: São essas políticas da Comissão Europeia que nos conduziram à situação em que vivemos. Mal seria que a Comissão Europeia tivesse uma coincidência de posição com o PCP relativamente a esta ou a outras matérias. Alguma coisa o PCP estaria a fazer mal.

Portanto, esta ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pode fazer a pergunta ao Parlamento da Coreia do Norte!

O Orador: Não, Sr. Vice-Presidente!

Já perdeu os seus argumentos. Já perdeu!

Vamos lá então à pergunta que a minha camarada Inês Zuber fez à Comissão Europeia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Comece pelo assunto!

O Orador: O assunto: “Utilização abusiva dos programas ocupacionais nos Açores”.

“Em dezembro de 2014 existiam nos Açores 4.929 açorianos inscritos em programas ocupacionais de acordo com as estatísticas mensais do Instituto do Emprego e Formação Profissional. Estamos a falar de quase cinco mil pessoas que estando na verdade desempregadas não contam para as estatísticas de desemprego que ocupam muitas vezes postos de trabalho permanentes e que são miseravelmente remuneradas. Por exemplo, no Programa Fios, destinado a beneficiários do Rendimento Social de Inserção, os designados beneficiários trabalham 80 horas por mês a troco de 100€. Trata-se obviamente de uma situação de exploração laboral.

Por outro lado, os trabalhos ocupacionais massificam-se na própria administração pública que assim deixa de contratar trabalhadores para suprir necessidades permanentes de serviço.

Face ao exposto pergunta à Comissão Europeia: ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O assunto: utilização abusiva!

O Orador: Ponto um: estes programas ocupacionais são financiados por fundos da União Europeia?

Ponto dois: considera que esta situação está conforme os objetivos que a Comissão Europeia tantas vezes expressa sobre a necessidade de criar empregos de qualidade? Que avaliação faz a Comissão Europeia da situação descrita?”

Primeira questão: não há aqui nenhuma queixa. Há aqui perguntas. Há aqui perguntas, Sr. Vice-Presidente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o assunto?

O Orador: Portanto, Sr. Vice-Presidente é bom que V. Exa. coloque, diga, chame os nomes pelas coisas. Isto é um conjunto de perguntas e não pelos nomes.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, era bom.

A resposta da Comissão Europeia é que sim senho, que está tudo bem. É que está tudo bem!

Deputado André Bradford (PS): Ora lá está!

O Orador: Mas isso nós já sabíamos, oh, Sr. Vice-Presidente, mas o problema é que não está tudo bem, Sr. Vice-Presidente. O problema é que não está tudo bem, Sr. Vice-Presidente! O problema é que não está tudo bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então se já sabia, porque fez a pergunta?

O Orador: Para a Comissão Europeia está bem. Para a Comissão Europeia está tudo muito bem, porque perpetua esta situação de precariedade e disfarça assim as situações de desemprego quer nos Açores, quer noutras zonas da União Europeia.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, era bom que V. Exa. corrigisse aquilo que disse porque aquilo que a minha camarada Inês Zuber fez não foi nenhuma denúncia, foi um conjunto de perguntas.

Mais! A minha camarada Inês Zuber tinha a legitimidade democrática que lhe foi dada pelo voto popular e a Comissão Europeia não tem nenhuma legitimidade democrática porque não é eleita por ninguém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Se acha que ela não tem legitimidade não faça perguntas!

Deputado Francisco César (PS): Se isto é tudo assim porque é que o senhor perguntou alguma coisa à Comissão Europeia?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para uma interpelação à Mesa. Faça favor.

Deputada Zuraída Soares (BE): É para requerer um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Está concedido.

Vamos para intervalo. Dentro de um quarto de hora, 15 minutos, estamos a retomar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas.

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

Pela ordem de inscrições, a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, Zuraida Soares, tem a palavra.

Eram 11 horas e 21 minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados:

Não está nenhum Membro do Governo, contudo, nesta primeira intervenção a propósito da interpelação suscitada pelo Partido Comunista Português sobre precaridade e políticas públicas de emprego, eu gostaria de começar por me referir à intervenção do Sr. Vice-Presidente, que não está na sala, mas alguém lhe fará chegar os comentários.

O Sr. Vice-Presidente fez uma intervenção do púlpito que não desmerece nem se diferencia em nada das habituais intervenções feitas por este Membro do Governo regularmente através da comunicação social, através deste Parlamento, a propósito dos números do desemprego na nossa Região que, apesar de ser um número superior à média nacional, é sempre apresentado como estando a descer e é verdade. Tem vindo a descer. Continua é acima da média nacional.

Na sua intervenção disse o Sr. Vice-Presidente que a forma como o Governo Regional vem tratando os números do desemprego (eu poderia dizer mascarando, mas não foi isso que o Sr. Vice-Presidente disse) é uma realidade que enerva e desorienta alguns.

Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de dizer ao Sr. Vice-Presidente que é uma realidade que enerva e desorienta milhares e milhares de açorianos, que são aqueles que exatamente estão desempregados, ou então estão a meio caminho entre o desemprego e a precariedade e, por isso, quando o Sr. Vice-Presidente

diz que o Governo Regional nesta matéria não deixa ninguém para trás é verdade. Ninguém fica para trás, fica é a meio caminho, fica entalado ou entre o desemprego, ou entre a precaridade.

Nós sabemos que (ou pelo menos o Bloco de Esquerda considera) este tipo de alegria, de regozijo (também lhe poderia chamar de encenação) é ridícula, Sr. Vice-Presidente.

Com os números que temos em cima da mesa é ridícula e além de ridícula é perversa também e porquê?

Porque nós estamos a falar de milhares e de milhares de açorianos e açorianas que vivem nas suas casas, umas vezes o drama do desemprego, outras vezes o drama da precaridade e um é só um bocadinho melhor do que o outro, porque a precaridade quer dizer falta de presente, falta de futuro, falta de garantia, falta de contrato, falta de direitos, falta de tudo e pode estar assim na nossa Região durante anos, anos e anos.

No entanto, isto é indesmentível, porque o Deputado Aníbal Pires disse-o e ninguém o poderá negar que 90% dos novos contratos são precários. Isto dá bem a dimensão da precaridade que grassa na Região Autónoma dos Açores, das taxas de desemprego que não constam por obra e graça do Governo Regional cerca de seis mil, mais de seis mil açorianos e açorianas, milhares destes estão nos tais programas, nomeadamente o programa Recuperar que o Sr. Vice-Presidente elogiou, mas que no entanto o Bloco de Esquerda continua a considerar que não é nenhuma garantia de emprego no futuro e configura muitas vezes, diria mesmo demasiadas vezes, uma forma de exploração inaceitável pela importância que é paga pela forma como os trabalhadores são tratados, pela falta de respeito pelos seus direitos e até pelo seu posto de trabalho e esta situação grassa (pasmese!) não é nos privados, ou não é só nos privados, não é sobretudo nos privados. Não, Sras. e Srs. Deputados! É no Estado, é na administração regional, é nas autarquias e agora é também nas

empresas públicas, o que quer dizer que na Região Autónoma dos Açores o pior exemplo vem do Governo Regional quando falamos de precaridade e de abusos. Portanto, esta é que é a vida real das pessoas, Sr. Vice-Presidente, que no fundo são “carne para canhão” e são “carne para canhão” por forma a garantir que na realidade o Sr. Vice-Presidente pode vir a esta Casa e regozijar-se com os números, com os milhares e milhares de açorianos e açorianas que estão nos tais programas (e já agora) que a Comissão Europeia considerou maravilhosos em resposta à pergunta feita pela eurodeputada do Partido Comunista.

Oh, Sr. Vice-Presidente, na realidade não admira. As políticas da União Europeia, as atuais políticas da União Europeia, têm um objetivo muito concreto: é baixar salários.

Que melhor maneira de baixar salários e de tirar direitos aos trabalhadores do que estes programas de ocupação?

Portanto, a Comissão Europeia está ‘contentinha’, obviamente que está.

Agora, os milhares e milhares de açorianos e açorianas que estão nestes programas de certeza absoluta que não estão contentes, nem estão animados com a perspetiva de futuro.

E já agora gostaria de fazer uma pergunta nesta primeira intervenção e também diretamente ao Sr. Vice-Presidente: sem fazer queixinhas à Comissão Europeia, Sr. Vice-Presidente, mas tentando fazer um levantamento da lisura da aplicação destes programas na Região Autónoma dos Açores, o Bloco de Esquerda apresentou nesta Casa um projeto de resolução que propõe a criação de um grupo de trabalho no seio, no caso, da Comissão de Política Geral para avaliar e fiscalizar situações de abuso ao recurso de beneficiários dos programas de incentivo à empregabilidade para satisfação de necessidades permanentes de trabalho nos órgãos da administração pública autónoma e nas autarquias.

Pergunta: está o Governo disponível para dar ordem ao Partido Socialista para que este grupo de trabalho possa ser constituído dentro desta Casa?

Deputado Francisco César (PS): Dar ordens!?

A Oradora: Ordens! Ordens!

Deputado Francisco César (PS): Isso não funciona assim! Isso é no Bloco de Esquerda!

A Oradora: Eu escolhi bem a palavra, Sr. Deputado.

Ou não vai permitir que este grupo de trabalho se constitua para esconder a realidade dos factos?

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Aqui ninguém dá ordens a ninguém!

Deputada Zuraída Soares (BE): Dá, dá!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Só obedecem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada do CDS, Graça Silveira.

Tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de 20 anos no poder e de muitos, muitos milhões de fundos comunitários, a única coisa que a governação socialista conseguiu foi asfíxiar a iniciativa privada, rebentar com a economia açoriana e deixar de herança às novas gerações de açorianos uma população empobrecida e dependente.

Deputado Berto Messias (PS): A senhora está em campanha para a liderança do CDS!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, a sua governação gerou uma sociedade de “precisados”: os que precisam de apoio social; os que precisam de subsídios; os que precisam de apoios ao investimento e até já aqueles que para ter alguma remuneração, ...

Deputado Francisco César (PS): Quando é que é o congresso do CDS?

A Oradora: ... para ter algum rendimento precisam de recorrer a um dos muitos programas assistenciais que o senhor criou.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É preciso ter descaramento! Vindo do CDS!

A Oradora: É humilhante, se não até criminoso, ver uma geração de jovens altamente qualificada a ter que ficar agradecida pela esmola que é dada pelo pagamento de um dos seus programinhas assistencialistas.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o que é isso? Credo!

A Oradora: Eles são o “Requalificar”, o “Recuperar”, “Reativar”, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso vindo daí ...!

A Oradora: ... só falta mesmo o “Reanimar”, porque a economia açoriana entrou em coma profundo, Sr. Vice-Presidente.

O senhor diz que estes programinhas assistencialistas que o senhor criou com o único objetivo de esconder os reais valores do desemprego ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Bom, bom, eram as cantinas sociais! A mãozinha estendida!

A Oradora: ... estão muito bem aplicados e têm princípios muito nobres. É o que o senhor diz aqui nesta Casa.

A verdade é que isso assim seria se estas pessoas depois de integrarem estes programas fossem pessoas que ficassem efetivamente com empregos que é coisa que não existe e nesse sentido o CDS também fez um requerimento ao Governo a perguntar os números todos, de quantos programas é que estamos a falar, de quantos milhões é que se gastou e de todos esses apoios quantos açorianos é que depois de terem estado integrados nestes programinhas assistencialistas têm efetivamente hoje emprego nas empresas açorianas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Estão preocupados é com o que gostam de ouvir e não com o que é preciso fazer!

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, sabe que a precariedade laboral e o desemprego não se combatem com programas assistenciais.

Estes deviam ser uma exceção para um grupo muito restrito e que perigosamente se tem alargado e estendido a toda a sociedade açoriana, mas

devo-lhe dizer, Sr. Vice-Presidente, afinal, os mais precisados são mesmo os socialistas, precisam do voto do povo para ter o que fazer, precisam do dinheiro dos outros para ter o que gastar e precisam das ideias da oposição para poder governar.

Muito obrigada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Temos congresso!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Agradecia um pouco de silêncio na câmara, na Assembleia, para dar a palavra ao Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Raramente assisti aqui a uma intervenção do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional que tenha sido seguida por parte da bancada do Partido Socialista com tão pouco entusiasmo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): O senhor não tem o que dizer!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Reparei nisso! Não estavam entusiasmados! Só a Benilde é que bateu palmas com entusiasmo!

O Orador: A verdade é que até o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já não acredita no discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, porque a questão basicamente é esta, é que nós de facto não temos o problema do desemprego ultrapassado na Região e o Governo Regional não está a ter êxito no combate ao desemprego e a verdade é esta: a taxa de desemprego continua superior à média nacional. A verdade é que muito do emprego criado é um

emprego precário e mal remunerado e a verdade é que é quase um emprego administrativo. Os programas ocupacionais não têm outro objetivo do que reduzir estatisticamente o desemprego, mas a questão é esta: é bem remunerado?

Resolve o problema de fundo da economia açoriana, resolve o problema de fundo do ponto de vista do desemprego?

A verdade é que não, porque nós olhamos para os setores produtivos dos Açores, olhamos para a agricultura que está em colapso e aqui não cria emprego.

Olhamos para a pesca e a verdade é que temos uma situação tremendamente difícil e neste setor também não se cria emprego.

A verdade é que olhamos para a construção civil ...

Deputado Francisco César (PS): Também não! Como é que o senhor diz isso?

O Orador: ... e aqui também não se cria emprego.

Nesse sentido, observando e analisando os diversos setores produtivos dos Açores, a verdade é que não está a ser criado emprego e não está a ser criado emprego porque o desenvolvimento da Região não está a ter êxito, o programa económico da Região não está a ter êxito, não está a ser criada riqueza.

Portanto, nesse sentido quando se olha para o problema do desemprego o que nós observamos é uma Região que não cresce, uma Região que não cresce do ponto de vista económico e por isso não gera emprego. A descida estatística que foi concretizada é absolutamente artificial. É como congelar a realidade até às eleições de outubro, congela-se a realidade.

Dá-se um nível de subsistência mínimo a centenas de pessoas para poder disputar as eleições em outubro.

Portanto, o problema de fundo subsiste, o problema de fundo que só se resolve com crescimento económico, esse problema, não está resolvido. Aí, o Governo Regional não teve êxito e termino esta primeira observação dizendo o seguinte:

quando se olha para a moção de orientação global do Partido Socialista e do atual líder do Partido Socialista o que se observa é que não há soluções.

Trata-se de facto de um Governo de 20 anos com uma situação absolutamente apodrecida nos Açores.

O que nós temos hoje é uma situação apodrecida que é uma situação do ponto de vista político que subverte completamente qualquer esperança de futuro.

Hoje em dia nos Açores os trabalhadores e os desempregados nos Açores não têm qualquer tipo de esperança para o futuro.

Alguém acredita nos Açores que as coisas possam melhorar nos próximos quatro anos com esta liderança, com este Partido Socialista apodrecido de 20 anos de exercício do poder?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Claro que sim! Não há nenhuma dúvida!

O Orador: Alguém acredita nos Açores que há alguma ideia, que há alguma causa mobilizadora, que há algum projeto da parte do Partido Socialista, que há algo 20 anos depois que possa mobilizar os açorianos e que consiga ultrapassar a realidade atual de bloqueio do ponto de vista económico, de bloqueio do ponto de vista da criação de emprego, de emprego de qualidade, de emprego bem remunerado, alguém acredita que este partido, este Governo ...

Deputado Francisco César (PS): Mais de 50% dos eleitores!

O Orador: ... apodrecido por 20 anos de exercício do poder pode dar aos açorianos uma perspetiva de futuro, uma esperança de futuro?

Ninguém acredita meus senhores. Ninguém acredita!

Por isso, meus senhores, o Sr. Deputado Aníbal Pires tem toda a razão. O que o Governo Regional, a forma como o Governo Regional tem enfrentado o problema é apenas congelá-lo, congelá-lo até às eleições com emprego precário, com emprego mau remunerado, sem futuro, e os senhores não têm qualquer tipo de oportunidade, não criam qualquer tipo de esperança para os açorianos, não criam qualquer tipo de esperança para os desempregados e para aqueles que estão muito mal remunerados no âmbito destes programas ocupacionais.

É apenas congelar, congelar até outubro.

Deputado Francisco César (PS): Daqui a seis meses vai ter a resposta!

Deputado André Bradford (PS): Já acabou? Até que enfim!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Começando pela Sra. Deputada Graça Silveira.

Oh, Sra. Deputada, a Sra. Deputada referiu que precisamos do voto do povo para governar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não! Para governar precisam é de fazer! Não apanhou bem!

O Orador: Lamento informar, Sra. Deputada, mas é assim a democracia.

Na democracia quem tem o apoio do povo é que governa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não percebeu! Precisam dos votos do povo para ter o que fazer!

O Orador: Se a senhora não concorda com a democracia o problema é seu.

Segunda questão essencial ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não apanhou bem!

O Orador: Sra. Deputada, a Sra. Deputada não entre por aí, porque para nós não há votos de primeira e votos de segunda.

Para nós os açorianos valem todos o mesmo voto.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Não há açorianos mais esclarecidos e açorianos menos esclarecidos. Não há açorianos onde o seu voto é considerado e outro que o seu voto não seja considerado de serem doutorados, licenciados ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os licenciados já não são voto de primeira, são desempregados!

O Orador: ... de terem a quarta classe. Para nós todos os açorianos são iguais, todos os açorianos têm o mesmo voto. É assim a democracia!

Portanto, sobre essa matéria estamos esclarecidos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Vice-Presidente, com o seu Governo os licenciados já não são voto de primeira, são desempregados!

O Orador: Segunda questão que é essencial nesta matéria.

Efetivamente nós estamos a verificar e os indicadores económicos que têm vindo a ser revelados demonstram claramente que os Açores entraram num processo de retoma económica.

O Instituto Nacional de Estatística, de acordo com os dados em relação ao Produto Interno Bruto, que mede a riqueza e o rendimento apurado, no último ano identificado, que foi 2014, demonstrou que os Açores foram a região do país com maior crescimento económico, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): *Superavit!*

O Orador: ... foram a região do país que teve mais retoma económica em 2014 e por isso foi a região do país que melhor reagiu depois de um período de retração económica. Não são dados meus, são dados do Instituto Nacional de Estatística.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E se isso era verdade em 2014 essa realidade foi reforçada em 2015. Também de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, no âmbito do índice de atividade económico, no último trimestre deste ano, esse índice de atividade económica cresceu quatro pontos percentuais, sendo a região do país com maior crescimento do índice de atividade económica.

O que isto quer dizer é que há aqui uma coincidência clara entre a redução do desemprego, o aumento do emprego, a retoma económica, o aumento da produção, aumento de atividade e esses são factos claros e objetivos, evidentemente alavancados pelas medidas que o Governo tomou.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pelo menos há dois anos o senhor já não fala em emprego, só fala em desemprego!

O Orador: Depois há um outro aspeto essencial que todos omitem. A principal canalização da nossa agenda foi essencialmente para apoiar as empresas a criar emprego e foi decorrente desse apoio que só diretamente foram criados, através do programa de inserção de estagiários após concluírem os estágios nas empresas do Integra e do CPE Premium, as empresas só através destes três programas criaram, nos últimos três anos, 3.427 novos empregos, deram a possibilidade a mais 3.427 açorianos de terem emprego.

Outro aspeto essencial que muitos esquecem: não é só a questão da retoma do mercado de trabalho. Não é só a questão de uma nova experiência profissional de mais qualificação, é também o impacto na economia que tem esse mesmo aumento da população empregada.

Só no âmbito dos programas que estamos aqui a falar os mesmos têm um impacto de aumento de Produto Interno Bruto de 1,8% ao ano o que é que extremamente significativo também para a atividade económica e para o aumento do rendimento disponível das famílias.

É curioso quem acha (as bancadas mais à esquerda) que o aumento do rendimento disponível é uma forma de alavancar a economia, não considerem esta forma de aumento do rendimento disponível como alavanca da economia.

E só para concluir permitam-se dizer uma coisa respondendo à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sra. Deputada, o Governo não manda na bancada do Partido Socialista.

Deputada Zuraida Soares (BE): Oh, Sr. Vice-Presidente! Já são todos crescidinhos!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quantos açorianos acreditam nisso?

O Orador: Por isso mesmo a bancada do Partido Socialista toma as suas decisões de forma livre, de forma competente e a bem dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor acredita nisso, Sr. Vice-Presidente?

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Apenas para informar a câmara que farei chegar a V. Exa. a pergunta e a resposta, a pergunta da Deputada Inês Zuber e a resposta da Comissão, para ser distribuída a todas as bancadas, uma vez que o Sr. Vice-Presidente acabou por não fazer nenhuma referência à minha intervenção sobre o assunto depois da acusação que fez à Deputada Inês Zuber. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Quando chegar os seus documentos será distribuído por todos.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Vice-Presidente: Registo que não respondeu à minha pergunta e, portanto, ficámos sem saber se este grupo de trabalho que vai fazer este levantamento do uso e abuso de programas ocupacionais vai ser ou não aprovado pela maioria absoluta do Partido Socialista e, portanto, acho que isso é um mau sintoma, mas lá chegaremos.

Diz o Sr. Vice-Presidente que o Instituto Nacional de Estatística tem vindo a provar (e tem!) que há um aumento do PIB na Região Autónoma dos Açores e,

portanto, há uma retoma económica, quer isto dizer que a Região tem mais riqueza.

Sr. Vice-Presidente, fevereiro deste ano: a pobreza infantil é mais acentuada nos Açores do que no continente, segundo estudiosos e investigadores nacionais e regionais.

Fevereiro deste ano: a Caritas diocesana em 2015 apoiou mais de quatro mil pessoas carenciadas de alimentos, vestuário, habitação e medicamentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é pobreza extrema!

A Oradora: Fevereiro deste ano: o número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção subiu nos Açores apesar dos critérios restritivos impostos pelo Governo PSD/CDS na República.

Sr. Vice-Presidente, pergunta: onde é que está o dinheiro?

Onde é que está o dinheiro dessa retoma económica?

Como é que é distribuída a riqueza na nossa Região?

Onde é que estão as desigualdades e como é que o Sr. Vice-Presidente pode vir dizer que isto é um grande sintoma de retoma económica?

Isto é um grande sintoma de desigualdade social e de má distribuição da riqueza pelo seu Governo.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Não tenho mais nenhuma inscrição.

Sr. Deputado Aníbal Pires, se faz favor, da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De novo a debate e desta vez para tecer algumas considerações sobre aquilo que têm sido as intervenções das diferentes bancadas sobre o tema da precariedade e das políticas públicas de emprego.

A minha intervenção inicial é evidente que se centrou sobre a realidade que verificamos na Região Autónoma dos Açores e que não colocando em causa os programas ocupacionais, coloca em causa a forma e o abuso que deles se faz para suprirem necessidades permanentes de trabalho.

É evidente que a precariedade e as políticas públicas de emprego estão, ou não é possível dissociá-las de análises sobre a evolução do emprego ou da taxa de desemprego na Região Autónoma dos Açores e é bom que nos lembremos que no início da crise a Região Autónoma dos Açores teria a taxa mais baixa de desemprego do país. No início da crise a Região Autónoma dos Açores tinha a taxa de desemprego mais baixa do país.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Numa crise que nunca haveria de chegar aos Açores!

Deputado Francisco César (PS): Hás de me arranjar essa citação!

O Orador: Não é menos verdade que após, e passados alguns anos de uma situação de uma taxa de desemprego baixa, muito reduzida, passámos para uma taxa de desemprego que é, ou que foi, a mais elevada do país e para o PCP ...

Deputada Zuraída Soares (BE): É!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado André Bradford (PS): Não é, não!

O Orador: Em termos médios continua a ser ou em determinado momento foi a mais elevada do país.

E porque convém trazer à memória, não é a primeira vez que o vou dizer, voltarei a dizer qual é a interpretação que nós fazemos desta situação. A taxa de desemprego cresceu exponencialmente na Região Autónoma dos Açores em função de dois fatores: primeiro, das políticas austeritárias derivadas do PEC e depois do pacto com a Troika e as responsabilidades nesta matéria são como se sabe do Partido Socialista, do PSD e do CDS-PP.

Portanto, isto no que concerne às questões externas, mas a verdade é esta: nós que passámos de uma situação de uma taxa muito reduzida de desemprego

fomos a região do país que teve a mais elevada e isso tem um outro significado, significa que o modelo de desenvolvimento, as opções políticas e económicas levadas a cabo pelo Partido Socialista na Região que sistematicamente insistem no erro de não prepararem a Região, não prepararem a economia regional de modo a que ela fosse menos permeável a conjunturas externas como aquela que vivemos, portanto, se por um lado há estes fatores externos, há também a ineficácia da governação do Partido Socialista ao longo dos anos. Continuamos a ter uma economia muito dependente e muito permeável a fatores externos desfavoráveis.

Portanto, há aqui esta responsabilidade.

Eu trago ao debate esta questão pelo seguinte, porque quem ouviu quer a Deputada Graça Silva, quer o Deputado Joaquim Machado do PSD, quer a Deputada Graça Silveira do CDS-PP, parece que não há responsabilidades.

Há efetivamente responsabilidades vossas, do PSD e do CDS-PP. Portanto, não venham com esse discurso contando que o povo açoriano esteja desmemoriado, porque a verdade é que Vs. Exas. têm responsabilidades naquilo que aconteceu nos Açores, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É já agora no Orçamento de Estado na Assembleia da República!?

O Orador: ... mas naquilo que aconteceu no país de uma forma geral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que o senhor fez no Orçamento de Estado? É a cobardia comunista!

O Orador: E inferno, inferno foi aquilo que sofreram os portugueses nos últimos anos, designadamente sob a égide de um Governo do CDS-PP e do PSD, em que o desemprego aumentou exponencialmente, a pobreza aumentou exponencialmente, a emigração aumentou exponencialmente e é bom que não nos esqueçamos disso, porque o PS, o PSD e o CDS-PP têm efetivamente responsabilidades neste rumo de empobrecimento para que conduziram o país e

cujos efeitos na Região também se verificaram. Isto não iliba o Governo Regional de responsabilidades, antes pelo contrário.

O Governo Regional foi recusando sistematicamente utilizar as competências autonómicas para levá-las até ao seu limite, para evitar que a crise que assolou o país pudesse na Região Autónoma dos Açores não ter os mesmos efeitos e a verdade é que nós temos uma economia anémica e temos uma taxa de desemprego que está efetivamente mascarada não pelos mais de cinco mil trabalhadores nos programas ocupacionais, mas mais do que os oito mil que estão em todos os programas de apoio ao emprego. Isto não contando com todos os açorianos e açorianas que se viram obrigados a sair da Região, porque aqui não encontravam trabalho, porque aqui não encontravam condições para ter uma vida digna e, portanto, o PS, o PSD e o CDS-PP têm esta responsabilidade e o povo mais tarde ou mais cedo penalizará estes três partidos, porque são efetivamente responsáveis pela venda de Portugal a interesses estrangeiros, pela venda da Região a interesses estrangeiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.
Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu lancei um desafio ao Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, foi que me explicasse qual é a estratégia para fazer diminuir o desemprego de forma sustentada e que essa diminuição do desemprego seja realizada com base na criação de emprego qualificado. Este foi o desafio.

Os senhores podem dizer-me: “Bom, a estratégia está no programa do Governo. Vá ler o programa do Governo.”

Eu assim fiz. Fui reler mais uma vez o programa do Governo e hoje em dia estou absolutamente convencido de que aquilo é uma fábula. O programa do

Governo é uma fábula atualmente, porque a concretização é baixíssima e porque Vs. Exas. e a estratégia, o pouco que tinham de estratégia no programa do Governo, não concretizaram.

Portanto, não podemos olhar para o programa do Governo.

Então, lembrei-me, porque está disponível, e espero que Vs. Exas. não se importem, de olhar para a moção de orientação de política global do Partido Socialista de que o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional é o penúltimo subscritor.

Deputado Francisco César (PS): Está por ordem alfabética, homem!

Deputado André Bradford (PS): Agradecemos a publicidade!

O Orador: Fui ler as ideias para o futuro. Na moção global estão as ideias para o futuro.

Qual é a estratégia?

O programa do Governo Regional não serve então temos aqui no emprego, página 19 e página 20, duas páginas com estratégia para o futuro. Esta estratégia para o futuro não tem lá nada. Nada, meus senhores! Nada! É uma abstração absoluta e total.

Por exemplo, a palavra agricultura na estratégia de crescimento de combate ao desemprego não aparece referenciada uma única vez.

A palavra pescas não aparece referenciada uma única vez; a palavra construção, a expressão construção civil, não aparece referenciada uma única vez.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Olho para aqui, para este documento, para a estratégia de combate ao desemprego, olho para a vossa estratégia e o que eu vejo aqui é nada vezes nada. Os senhores não têm a menor ideia, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O senhor é que não tem a menor ideia do que está a dizer!

O Orador: ... não têm qualquer tipo de estratégia para combater o desemprego e a verdade é essa. E a verdade é essa!

Portanto, meus senhores, o que é que os senhores têm neste momento?

O que os senhores têm, torno a repetir, é uma realidade congelada, é criar emprego, é criar estes programas ocupacionais que não estão a introduzir melhorias na formação (não estão!), estão apenas, única e exclusivamente, ... Não estão a resolver o problema absolutamente de ninguém, porque as remunerações são baixíssimas, porque não têm qualquer tipo de futuro para estes trabalhadores e, portanto, o que os senhores estão a fazer é a manter o desemprego estatisticamente, do ponto de vista artificial, o mais baixo que vos é possível e mesmo assim o mais baixo é o mais alto do país e, portanto, o que os senhores estão a fazer é algo que é uma pantomina, porque não resolve o problema de futuro.

O problema de futuro só se resolve com o crescimento da economia dos Açores, com a criação de empregos estáveis, com a criação de empregos qualificados, com a criação de empregos bem remunerados.

Os senhores estão a fazer isso?

Há algum açoriano que tenha a perceção disso?

Há alguém que possa aqui dizer da vossa parte ou da parte do Governo estamos a criar emprego qualificado?

Ninguém se atreve a dizer isso, porque isso sabem perfeitamente que não é verdade e que a vossa estratégia é de um falhanço absoluto e total.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado do Partido Socialista, Francisco César.

Tem a palavra, se faz favor, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Agora é que vai explicar a economia açoriana!

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Está em campanha eleitoral, Sra. Deputada?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A discussão à volta deste tema tem sido, pelo menos na minha opinião, extremamente previsível, porque os partidos à nossa esquerda vieram com o seu discurso habitual.

Deputada Zuraida Soares (BE): É tal como o seu!

O Orador: Vieram com o discurso de permanente desvalorização do trabalho que temos feito na recuperação da economia açoriana dos efeitos da austeridade nacional, mas também naquilo que é o papel de um governo socialista, que é o de dar um rendimento aos seus cidadãos que não têm emprego, mas dar-lhes o rendimento de uma forma digna, como resposta do trabalho que prestam à comunidade e este é um orgulho que nós temos no nosso trabalho, um orgulho de ter conseguido, por um lado, recuperar a economia, por outro lado, conseguir trabalhar e ocupar os trabalhadores de forma a que eles possam continuar a ser reprodutivos na nossa sociedade.

Deputada Zuraida Soares (BE): É ponderação!

O Orador: Mas também assistimos àquilo que já é habitual na nossa direita, que é em alguns casos também uma crítica forte aos programas de emprego. É curioso aos programas de emprego do Partido Socialista, dizendo que eles servem para mascarar estatísticas.

Nós já percebemos a contradição em que caiu o Partido Comunista Português, em que vai perguntar à Comissão Europeia, fazer queixinhas à Comissão Europeia sobre os programas de emprego que estão a ser criados na Região, mas quando a resposta não é positiva, o que é que dizem? É que a Comissão Europeia é um órgão que está dominado pela direita.

Deputada Zuraida Soares (BE): E não é verdade?

O Orador: Será caso para perguntar o seguinte: se a Comissão Europeia não é um órgão credível, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas é credível!

O Orador: ... porque é que Partido Comunista Português foi perguntar à Comissão Europeia o que é que achava dos programas de emprego do Partido Socialista?

Em segundo lugar, em relação ao PSD e ao CDS, eu percebo. Agora parece que são bastante diferentes, mas até há pouco tempo estavam par a par, eram praticamente indistintos.

Permitam que lhes diga que não percebo a vossa posição.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Somos o único partido que não é socialista!

O Orador: Por um lado, criticam os programas de emprego.

Ainda há pouco a Sra. Deputada Graça Silveira criticava a forma como são feitos os programas de emprego.

Ainda há pouco tempo o PSD dizia que estes programas ocupacionais são feitos para que os desempregados não contem para as estatísticas, dizia o Deputado Joaquim Machado.

Dizia até que serviam potencialmente para desincentivar a contratação e integração nos quadros das empresas e dos serviços públicos.

Deputado Berto Messias (PS): Mas agora já são todos a favor dos programas!

O Orador: É sempre curioso, porque os Srs. Deputados, que foram os Deputados que aqui criticam os programas de emprego quando o Governo da República do vosso partido teve imensos programas de emprego que contrataram centenas e centenas de pessoas em programas ocupacionais, nada disseram sobre esta matéria.

Também nada dizem quando a Comissão Europeia vem elogiar os programas do Partido Socialista em matéria ocupacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não elogiou!

O Orador: Mais! Vem o PSD a esta câmara desvalorizar os resultados.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os programas são do Governo ou do PS, Sr. Deputado?

O Orador: Dizem que os programas de emprego e que as políticas do Governo dos Açores não são responsabilidade total do Governo dos Açores, que nós não fizemos trabalho sobre esta matéria, que a responsabilidade de um Governo e a forma como nós medimos o insucesso, ou o sucesso das políticas do Governo, não está relacionado com a diminuição na taxa de desemprego, dizem os senhores.

Mas que contradição é esta?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é demagogia pura!

O Orador: Quando o líder da vossa bancada neste mesmo Parlamento vem dizer, acerca de dois anos atrás, que o Governo Regional falhou naquele que seria o seu principal desígnio da sua atuação, a recuperação e a diminuição da taxa de desemprego.

É curioso que nesta altura o desemprego era cerca de 18%, hoje é cerca de 12,6% e os senhores não vêm aqui dizer que o Partido Socialista esteve à altura e o Governo do desígnio da sua governação que é diminuir o desemprego.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o emprego?

O Orador: Mais! Vêm dizer que o Partido Socialista e o seu Governo não têm um trabalho realizado e não têm medidas para combater o flagelo do desemprego.

Sr. Deputado, há algo que nós concordamos. Ainda há muitos desempregados e enquanto houver um desemprego que seja esta bancada e este Governo estarão a trabalhar para diminuir este número, porque estamos a falar de pessoas que passam por dificuldades, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas o Governo dos Açores, esta bancada, tem medidas, tem um programa, tem uma agenda com cerca de 58 medidas, mas eu vou ao *site* do PSD onde está referido o seu trabalho em matéria de economia e de emprego e o que é que eu vejo? O que é que eu vejo?

Eu vejo algumas medidas. Uma delas é a manutenção do capital social da EDA, a outra é o comércio livre com a Tailândia e depois tem outra que é incrível, que é a promoção do emprego jovem (vá lá que tiraram a questão do petróleo!) na Região através do reforço das verbas destinadas aos programas de emprego.

Oh, Srs. Deputados, em que é que ficamos?

Os programas de emprego são bons ou são maus?

Ou o PSD vai manter-se neste limbo de que quando fala com os desempregados diz assim: “Não! Os programas ocupacionais são bons!”, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que confusão vai aí!

O Orador: ... mas quando vem a este Parlamento vem criticar exatamente estes programas ocupacionais.

Os senhores nessa matéria têm que ter uma posição: ou são a favor daquilo que nós estamos a fazer ou são contra os programas ocupacionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Divisão de conceitos!

O Orador: O que não se pode ter é uma linguagem às segundas, quartas e sextas e nos restantes dias um discurso totalmente diferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um exemplo do programa operacional!

O Orador: Mais! Vem o Sr. Deputado Paulo Estêvão (e nós agradecemos-lhe muito a publicidade que faz à moção de orientação global que será levada ao congresso do Partido Socialista). Eu percebo que o senhor consulta muito o SREP (o SREP!), que é o Serviço Regional de Estatística do Paulo Estêvão, ou se quisermos uma versão mais educada que é o SREDP, que é Serviço Regional de Estatística do Deputado Paulo Estêvão. Muito bem!

Então o que é que diz esse serviço regional de estatística?

“Isto está tudo muito mau. No PS as políticas falharam todas.”

O que é que diz o Serviço Regional de Estatística do Deputado Paulo Estêvão?

Diz que o desemprego está uma calamidade e que nós não estamos a conseguir fazer nada.

O que é que dizem as estatísticas oficiais do Governo da República e da União Europeia?

Nós estamos a conseguir descer o desemprego, antes era 18, agora está na ordem dos 15%.

A criação de riqueza. O que é que diz o Serviço Regional de Estatística do Deputado Paulo Estêvão?

Que nós não estamos a conseguir crescer o nosso nível de riqueza nos Açores.

O que é que diz o Serviço Regional de Estatística, o INE e o Eurostat?

Diz que nós fomos a Região do país com a maior taxa de evolução real do PIB.

Vem o Sr. Deputado Paulo Estêvão do seu Serviço Regional de Estatística dizer o seguinte, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas não diz onde é que está o dinheiro!

O Orador: ... ou até do seu gabinete de estudos sobre as moções do Partido Socialista, dizer: “Que pobreza, que pobreza, a moção de orientação global do Partido Socialista, que na parte do emprego nem sequer fala de agricultura, nem sequer fala das pescas, nem sequer fala de outros temas.”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao menos podia ser original!

O Orador: Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu dou-lhe um conselho: vire a página, vire algumas páginas desta moção e verá um capítulo concreto sobre a agricultura, verá um capítulo concreto sobre as pescas, verá um capítulo concreto sobre políticas sociais, verá um conjunto de matérias que são um projeto que nós estamos a preparar para a nossa Região e para continuar a desenvolver os Açores.

Mais lhe digo: qual é a nossa prioridade, qual é o nosso projeto?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Eu respondo, Sr. Deputado: emprego, emprego, emprego. É este o nosso desígnio, é isto que nós estamos a trabalhar, é isso que nós estamos a conseguir cumprir e é isto que nós vamos juntos com os açorianos conseguir e continuar a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Vice-Presidente, Sérgio Ávila. Tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Só para transmitir um dado objetivo e de acordo com as estatísticas oficiais.

Ao contrário do que foi dito pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão dou-lhe a informação: entre 2013 e 2015 a população empregada que detinha como habilitação o 12.º ano cresceu quatro pontos percentuais e a população empregada com licenciatura ou superior a licenciatura cresceu dois pontos percentuais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse nada disso. Não sei porque está a dizer isso!

O Orador: Portanto, ao contrário do que o Sr. Deputado disse, factos são factos e o emprego é cada vez mais qualificado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso porque o número de licenciados também baixou!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Atendendo a que a Sra. Presidente já está no nosso Parlamento, vamos fazer aqui um pequeno intervalo, o intervalo da manhã, e a Sra. Presidente já vai retomar os seus trabalhos.

Vamos fazer um intervalo de um quarto de hora.

São meio-dia e dez. Meio-dia e vinte retomamos os trabalhos.

Eram 12 horas e 08 minutos.

(Após o intervalo, o Sr. Deputado Ricardo Cabral foi substituído na Mesa pela Sra. Presidente da ALRAA, Deputada Ana Luís)

Eram 12 horas e 27 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade à interpelação.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dar seguimento à intervenção do Sr. Deputado Francisco César que fez aqui uma intervenção de mobilização das bases, tentando explicar o papel do Governo Regional, as medidas, a agenda com mais de uma centena de medidas para a empregabilidade ...

Deputado Francisco César (PS): 58!

O Orador: ... e eu gostaria de pensar juntamente com o Sr. Deputado Francisco César acerca do papel do Governo Regional, nomeadamente nas contratações públicas.

É sabido que nesta Região à conta das contratações públicas os contratos tarefa, as avenças e os contratos a termo têm proliferado (de uma forma assim como os cogumelos que nascem no campo) de forma espontânea ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não nascem!

O Orador: ... e têm proliferado por uma razão simples: pretendem mascarar aquilo que são necessidades permanentes dos empregos, dos postos de trabalho e transformá-las em necessidades temporárias.

Como é que isto funciona?

Sras. e Srs. Deputados, permitam-me que explique. Isto funciona assim: durante dois ou três anos celebra-se, com um candidato escolhido ou não, um contrato a

termo, uma avença ou um contrato tarefa. Ao fim destes dois ou três anos em que o Governo poupou dinheiro, porque o salário é completamente diferente e os direitos dos trabalhadores também, arranja-se um concurso que vai dar resposta e, portanto, suprir aquela necessidade e o que é que acontece nesse concurso?

Acontece que a pessoa que já lá esteve dois ou três anos a suprir uma necessidade permanente, por milagre, fica em primeiro lugar nesses concursos a que se candidatam centenas de pessoas, fica lá porque na realidade durante dois ou três anos esteve lá com uma avença, com um contrato a termo ou com um contrato tarefa e a seguir fica lá colocado, todos os outros são excluídos e deixem-me dizer-vos, Sras. e Srs. Deputados, onde é que isto acontece?

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Eu vou dizer-vos. Acontece na Direção Regional do Emprego, acontece na Direção Regional da Solidariedade Social, na Direção Regional do Orçamento e Tesouro, na Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, na Direção Regional da Administração Pública e, portanto, se o Governo dá um péssimo exemplo ao nível da precaridade laboral, dá um exemplo ainda pior no que se trata de contratação pública.

Pergunta direta ao Governo Regional: quando é que o Centro de Artes Contemporâneas da Ribeira Grande, o Arquipélago, abre concurso para provir os lugares de que necessita para o seu funcionamento?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Está agora inscrito o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Membro do Governo:

Uma intervenção muito breve, que até nem contava fazer ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então não faça!

O Orador: ... mas que se suscitou com a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão e, portanto, neste sentido eu vinha simultaneamente fazer um agradecimento ao Sr. Deputado, um esclarecimento e também um convite.

Começamos pelo agradecimento. Em nome do Partido Socialista agradecer-lhe a publicidade e a leitura que o Sr. Deputado fez da moção de orientação política global, ...

Deputado Francisco César (PS): Leitura parcial!

Deputada Zuraída Soares (BE): O convite é para integrar o Partido Socialista!

O Orador: ... a moção que o congresso do Partido Socialista a realizar no próximo fim-de-semana irá analisar e que tem precisamente esse objetivo, Sr. Deputado, que o senhor acabou aqui por demonstrar: é que não é um documento apenas para consumo interno do Partido Socialista. É um documento estratégico de um partido que tem, como o senhor sabe, uma vocação e uma responsabilidade governativa e que, portanto, tem de pensar em permanência os Açores, aquilo que tem sido feito em termos governativos e o futuro da Região e as melhores soluções para a Região e por isso é natural que uma moção que é discutida no âmbito partidário interesse àqueles que não são militantes do PS e suscite todo este debate e toda esta análise que o Sr. Deputado quis fazer. Isso dá-nos razão, dá-nos força e, portanto, por isso, tenho que lhe agradecer.

O esclarecimento suscita-se porque o Sr. Deputado não soube ler. Deu-se ao trabalho de ler, mas não soube ler.

O Sr. Deputado faz um bocadinho uma análise política por PDF. Mete a palavra que procura e depois consoante o número de vezes que ela aparecer na busca do PDF o Sr. Deputado classifica a moção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Podia ser original! Copiar as ideias dos outros!

O Orador: Pois, com esse sistema o senhor perde a capacidade de fazer uma análise mais aprofundada e o esclarecimento que eu lhe queria prestar é que a

moção não só fala em emprego e em agricultura, que foram as questões que o senhor levantou, como fala destes dois assuntos de forma conjugada por via da valorização económica dos nossos recursos endógenos e das nossas produções tradicionais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora é que vai ser!

O Orador: Portanto, aconselho o Sr. Deputado a fazer uma releitura, procurando articular os vários temas, até pode começar pelo índice e depois fazer uma leitura agregada e perceberá melhor qual é o objetivo e de que forma é que estes assuntos são tratados na moção.

Mas o problema do Sr. Deputado Paulo Estêvão é outro. Não é o que o senhor não vê na moção, é o que o senhor vê na moção e o que o senhor vê na moção é a nossa capacidade de nos questionarmos apesar do muito que temos feito, a nossa permanente vontade de procurarmos fazer melhor, o nosso empenho em resolver com afincos aquilo que ainda não fomos capazes de resolver ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, Sra. Presidente, tem a ver com o tema?

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão é que levantou a questão!

O Orador: ... e o Sr. Deputado sabe que nós estamos a entrar numa fase dominada politicamente pela questão eleitoral e vê todo este empenho, toda esta capacidade, toda esta vontade de continuar a fazer melhor e isso é natural que o preocupe.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É um problema seu, mas o senhor vai ter que aprender a lidar com a situação de mais uma vez competir ao povo açoriano decidir quem deve governar os Açores, decidir de forma livre em quem confia para continuar a gerir os destinos da Região. Tem de conviver com isso, Sr. Deputado. Faz parte das regras da democracia, sejam três, sejam quatro, sejam cinco mandatos, sejam dois anos, sejam três anos. É assim que funciona e é assim que vai continuar a funcionar.

Por último, o convite, Sr. Deputado: sabe que com esta nossa vontade de continuar a inovar, de liderar o debate político na Região, com toda esta capacidade de nos abirmos à sociedade o Sr. Deputado numa próxima, não nesta ainda, mas numa próxima edição de um congresso do Partido Socialista, graças à possibilidade dos cidadãos independentes ou não filiados no partido entregarem petições ao congresso e poderem ir lá apresentá-las e discuti-las, o Sr. Deputado fica convidado para um próximo congresso do PS ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... a levar uma petição com as suas preocupações em relação à Região, com aquilo que acha que a moção devia ter e não tem e faça favor é com muito gosto que o receberemos num congresso do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é uma tentativa de aliciamento!

Deputado Berto Messias (PS): Já sabemos o que vai dizer no fim do congresso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dispõe de cerca de um minuto, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fiquei a saber que para o Partido Socialista o que interessa é a propaganda boa ou má. Não interessa! O que interessa é que falem de mim e, portanto, nesse sentido acho pouco exigente esse género de propaganda.

Em segundo lugar, para responder ao Sr. Deputado Francisco César e dizer que eu falo com os açorianos, o senhor pelos vistos fala em abstrato, com as

estatísticas. O que lhe digo é o que o senhor Manuel me disse, o que o jovem Antonino me disse, o que a senhora Sofia, o que a jovem Maria me disse e o que eles me dizem é que não têm oportunidades de emprego na nossa sociedade, ...

Deputado Francisco César (PS): Não vale ir à lista telefónica!

O Orador: ... é que acabaram de concluir as suas licenciaturas e os seus mestrados e não têm oportunidade de obter emprego qualificado. Isso é o que as pessoas nos dizem, não é o que as estatísticas ... Aliás, as vossas estatísticas, como acabei de demonstrar, são estatísticas que estão mascaradas com dados que alteram profundamente aquele que é o significado em termos de valor da taxa de desemprego, ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é contra ou a favor dos programas ocupacionais?

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque verdadeiramente as taxas ocupacionais significam desemprego. As pessoas não têm oportunidade. Não significa nenhum futuro para aquelas pessoas os empregos nesta área. Não significa nenhum rendimento seguro, não significa nenhuma qualificação, não significa nenhum futuro e para terminar, Sra. Presidente, dizer apenas que em relação à moção do Partido Socialista achei que era importante, como já vos disse, porque o programa do Governo não existe, é uma fábula e então olhei para as vossas ideias em relação ao futuro, qual é a vossa estratégia e de facto em relação ao emprego eu até subscrevo palavras deste tipo, ou frases deste tipo: “É necessário que o mercado absorva todos aqueles que até hoje não conseguiram emprego.”; “Na população a idade ativa o emprego assume-se ...

Deputado André Bradford (PS): Isso está descontextualizado!

O Orador: ... não apenas como garantia de uma vida autónoma, mas também como fator de integração social.”

Isto são duas páginas de generalidades e de banalidades destas.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

Deputado Francisco César (PS): Chama-se introdução!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou, Sra. Presidente.

Generalidades e banalidades destas! Isto não é nenhum futuro, isto não mobiliza ninguém, meus senhores, e fundamentalmente não significa nenhuma resposta para os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este novo Governo criou de facto uma agenda açoriana para o emprego e a competitividade empresarial que na prática resumiu-se a dar incentivos ao empreendedorismo, seja lá o que isso for, para supostamente criar empresas e depois essas empresas criariam emprego, mas é exatamente o mesmo Governo que atua com a maior concorrência desleal a estas empresas, pondo as suas empresas públicas a oferecer serviços equivalente por praticamente metade do preço e, portanto, ...

Deputado André Bradford (PS): A senhora está a falar de quê?

A Oradora: ... desta forma não há empresas que consigam sobreviver na Região, não há iniciativa privada ...

Deputado Francisco César (PS): O vosso Governo também fazia isso!

A Oradora: ... por muito que o senhor diga que quer dar apoios ao empreendedorismo, porque as empresas não conseguem sobreviver desta forma na Região e, portanto, não há emprego. O senhor não tem outra alternativa senão usar esses programas assistenciais para retirar as pessoas do desemprego e perpetuar uma situação que é miserável.

Até os Estagiários L e T, que são muito nobres na forma como foram criados, os alunos que saem do ensino superior não conseguem ter emprego, porque as empresas sabem que daqui a um ano vai vir outra leva de estagiários e são uns atrás dos outros a serem subsidiados por esse tipo de programas e não há uma única empresa a contratar.

Depois, pergunto-lhe, Sr. Vice-Presidente: a APIA nós já sabemos o que é que foi. Gastou-se milhões na Região e faliu. O novo Governo criou a SDEA onde também já investiu milhões para captar investimento externo para as nossas empresas.

Deputado Francisco César (PS): Mas a APIA não gastou milhões nenhuns!

A Oradora: Pergunto-lhe: quantos investidores é que nós já temos?

Quantas empresas de fora é que investiram na Região?

Em que áreas de atividade?

E mais importante do que isso: quantos empregos é que por essa via já foram criados na Região?

Acho que chegou a hora do Governo dar contas aos parlamentares sobre os milhões que já foram entregues à SDEA.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Milhões?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Percebeste! Estás é a fingir que não percebeste!

Deputado André Bradford (PS): Eu prefiro a Cristas, é mais simpática!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Este debate caminha para o seu término, mas impõe-se desde logo dizer mais alguma coisa e a primeira coisa é de que o PSD não mudou a sua opinião sobre esta matéria.

“Os estágios profissionais são utilizados para assegurar a contratação de trabalhadores sem qualquer perspetiva real de integração e aprendizagem progressiva.

Muitas empresas utilizam os estágios profissionais para assegurar as suas necessidades de recursos humanos com baixos custos, o que é manifestamente preocupante.

Muitas empresas estão a dispensar trabalhadores mais antigos e a proceder a uma contratação encapotada através de estágios profissionais, forçando desequilíbrios geracionais no mercado de trabalho.

A tímida e inconsistente descida dos números do desemprego jovem devia envergonhar o Governo.”

Quem diz isto é a Juventude Socialista. É a Juventude Socialista! Não é o PSD, mas podia dizer mais coisas.

“São essenciais programas como o Estagiar, no entanto é indispensável garantir que estes não sejam usados como forma de obter mão-de-obra gratuita, precária e sem direitos.

A crescente pressão sobre o emprego tem causado também o agravamento dos baixos salários.”

Deputado Berto Messias (PS): Sim senhor!

Deputado André Bradford (PS): Porque é que o senhor não cita o líder da JSD?

O Orador: “O sistema regional de incentivos ao privilegiar as grandes empresas e projetos a desfavor dos pequenos e médios empreendimentos tem contribuído para o agravamento das condições de vida nos Açores, verificando-se o conseqüente aumento dos fenómenos de pobreza e a exclusão social.”

Quem diz isto é a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputado André Bradford (PS): E então?

O Orador: Portanto, se há alguém aqui que mudou de discurso, os Srs. Deputados do Partido Socialista hão de fazer o favor de reconhecer que não foi o PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas este debate também caminha para o seu fim sem que tenhamos esclarecidos dois factos importantes, ou dois aspetos importantes.

O primeiro é de nenhum deputado poder dizer qual o número de açorianos que estão a integrar estes programas ocupacionais.

Já foram aqui expressas as lamentações de vários grupos parlamentares, ...

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor é contra ou a favor? Ninguém o percebe! Às vezes é contra, outras vezes é a favor!

O Orador: ... aos quais o PSD também se associa, porque também nós fizemos um requerimento a solicitar esta informação, o Governo Regional, Sra. Presidente, mais uma vez e também nesta matéria esgotou o prazo que a lei lhe confere para responder e ainda não sabemos quantos açorianos estão integrados nestes programas ocupacionais.

Nós quanto muito sabemos através de dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional de que hoje temos mais do que o triplo dos ocupados que tínhamos há três anos atrás, mas os dados reais por instituição de acolhimento, isto é, junta de freguesia, câmara municipal, empresa pública regional, IPSS que acolheu estes desempregados nós não sabemos ...

Deputado André Bradford (PS): Mas o senhor sabe. O senhor disse-o na sua primeira intervenção!

O Orador: ... e o Governo Regional, chegando ao fim de um debate sobre esta matéria, recusa-se a dar essa informação, ...

Deputado André Bradford (PS): Mas quem é que disse que isto ia acabar?

O Orador: ... como recusou-se até hoje cumprir aquilo que determina a lei, respondendo dentro dos prazos fixados aos grupos parlamentares que

solicitaram esta informação, mas também chegamos ao fim deste debate com a falta de mais um dado, é saber se o Partido Socialista vai ou não viabilizar um grupo de trabalho ...

Deputado André Bradford (PS): Isso são outros quinhentos!

O Orador: ... constituído por representantes deste Parlamento para verificar no terreno se existe um bom, menos bom, ou uma má utilização destes programas ocupacionais. É porque dos bons indicadores os Açores são os últimos da tabela, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... nos maus indicadores, regra geral, somos os primeiros.

É assim no Rendimento Social de Inserção, é assim na pobreza, é assim no abandono escolar precoce, é assim na gravidez na adolescência, é assim na toxicodependência.

No desemprego, com evoluções favoráveis nos últimos trimestres, todavia continuamos pelo terceiro ano consecutivo a ter uma taxa de desemprego superior à média nacional.

Os programas de ocupação, repito, são necessários, são para continuar, são para prolongar e são para melhorar, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Estamos descansadíssimos!

O Orador: ... mas eles não são a solução, não são a solução porque desde logo temos de evitar que eles se constituam como uma tentação para empresários e empregadores públicos como fator que leva à supressão de necessidades permanentes.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos de garantir que eles efetivamente se constituem como uma oportunidade para formar, valorizar profissionalmente quem os integra. Temos de garantir que eles não são mais uma oportunidade para aprofundar, para agravar as relações de precariedade laboral que existem na nossa Região.

A solução é mais e melhor economia que proporcione trabalho efetivo, com vínculo, com estabilidade, que permite o desenvolvimento de uma carreira profissional, que permite o usufruto de direitos, que faça a plena assunção também de deveres profissionais que dê mais dignidade humana a quem os frequenta, porque só tudo isto é que proporciona mais produtividade, mais competitividade, mais justiça social.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: O desemprego não se combate combatendo a oposição. O desemprego combate-se com mais economia, ...

Deputado Berto Messias (PS): O desemprego combate-se é com propostas com que os senhores muitas vezes se esquecem de apresentar!

O Orador: ... com mais trabalho. Por isso, é que é preciso uma nova esperança que dê aos açorianos mais emprego, melhor emprego, que ponha a trabalhar, que ponha a fazer mais ...

Deputado André Bradford (PS): Até o meu telemóvel fica nervoso!

O Orador: ... quem precisa, por quem precisa mais nos Açores.

É essa a nossa disposição, é esta a posição do PSD sobre esta matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Secretários:

Eu começo exatamente pelo fim.

O Sr. Deputado disse aqui que o desemprego não se combate atacando a oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Permita que lhe devolva a acusação.

Aquilo que nós temos assistido neste Parlamento da parte de Vs. Exas. é que os contributos que tentaram dar para a baixa do desemprego nos Açores praticamente se resumiram a atacar o Governo e o Partido Socialista. Bem prega Frei Tomás!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado! Nem sequer é verdade!

O Orador: Os senhores têm sido recorrentemente os principais responsáveis por atacar o PS e o Governo em matérias de desemprego e se tal não fosse verdade bastava ouvir aquilo que o Deputado Joaquim Machado disse há pouco sobre os indicadores de desemprego.

É verdade que 12,6 ainda é para o Partido Socialista uma taxa insatisfatória, mas verdade é que nós já tivemos uma taxa de 18% neste mandato. Nós já fomos a última Região do país em termos de desemprego.

Oh, Sr. Deputado Joaquim Machado, se o senhor interpela o Partido Socialista e o Governo e depois não nos quer ouvir, ... Bem percebo que faz parte do trabalho parlamentar. Muito bem!

Então o Sr. Deputado podia pelo menos reconhecer que fruto do Governo dos Açores, fruto do trabalho do Governo dos Açores e todos os açorianos e açorianas nós hoje temos uma taxa de desemprego sensivelmente mais baixa na ordem dos 12,6%.

E porque é que o senhor que diz nós estamos sempre na causa dos indicadores, não vem dizer que nós hoje somos a terceira região do país com o desemprego mais baixo. Não lhe fica mal, Sr. Deputado, e volto a citar o líder parlamentar: “A principal forma de avaliação de um Governo, o desígnio do Governo, é no combate que faz ao desemprego.”

O líder parlamentar do PSD disse isso quando o desemprego estava a 18%. Nós hoje temos 12,6%. Venha aqui reconhecer que o desígnio do Governo Regional foi pelo menos alcançado numa boa medida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Obviamente, estamos satisfeitos?

Não estamos satisfeitos. Há muito para trabalhar.

Relativamente aos programas de emprego acho que conseguimos tirar aqui algumas conclusões.

Primeiramente, os programas de emprego ou ocupacionais que o Governo dos Açores tem lançado têm tido um papel muito importante na qualificação das pessoas, no objetivo de dar um rendimento aos trabalhadores fruto do seu trabalho com dignidade. Temos conseguido isto e isto é mesmo elogiado pela Comissão Europeia quando diz eles estão em conformidade com as prioridades da União Europeia em investir em estratégias de inclusão ativa e representam uma importante contribuição para permitir a participação no mercado de trabalho.

Aquilo que para nós é complicado perceber é o papel do PSD em relação a isso, ou seja, os senhores são a favor ou são contra?

Os senhores tenham a capacidade de vir aqui dizer a este Parlamento que nós elogiamos os programas de emprego, porque eles estão a ter um papel essencial em combater o flagelo do desemprego, que estão a ter um papel fundamental em dar rendimento aos trabalhadores, mas também venha aqui elogiar o trabalho que o Governo dos Açores tem feito no incentivo à economia.

Portanto, Sr. Deputado, aquilo que eu lhe peço é uma posição definida sobre o papel que o Governo dos Açores tem feito e sobre os seus programas ocupacionais.

O senhor o que não pode fazer é dizer que nós somos a favor dos programas ocupacionais, aliás, têm de dizer isso porque na República houve muitos programas ocupacionais, inicialmente até criticados pelos deputados do Partido Socialista, a tempo reconheceram ...

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já lá vamos!

O Orador: Eu estou à vontade, porque eu inclusive estava a trabalhar em Lisboa nesta altura, quando o PS reconheceu a importância dos programas ocupacionais e no trabalho e na vantagem que isso traz para os cidadãos.

O Partido Socialista quando faz uma acusação sabe perceber quando é que nós cometemos erros e nós podemos ter cometido erros de avaliação, mas soubemos corrigir a tempo. Agora, os senhores não criticaram o Governo da República quando esse tinha muitos programas ocupacionais, mas em relação ao Governo dos Açores é sempre algo híbrido, que é dizer que eles disfarçam o desemprego, que eles não contribuem para o bem-estar da sociedade, contribuem para a precariedade, mas depois vêm dizer, porque depois não querem perder alguma popularidade, que são a favor dos programas ocupacionais.

O que se pede ao Partido Social Democrata é que se defina, que tenha um programa concreto sobre esta matéria, porque na verdade quando nós vamos analisar o programa do PSD aquilo que verificamos é que os senhores não têm praticamente propostas para combater o desemprego. Basta olhar os contributos na página da internet do PSD e verificar que os senhores em matéria de economia e de emprego a única coisa que têm são três pontos, alguns deles que já estão em ativo, que já estão a funcionar.

Primeiro exemplo, a questão da rede de ninhos de empresa. Hoje, o Governo dos Açores tem uma rede de ninho de empresa já a trabalhar, trabalho realizado nesta matéria.

Pequenas obras nas ilhas para recuperar e para alavancar a criação de emprego: o Governo dos Açores já tem inúmeras obras a serem lançadas e em execução nas ilhas mais pequenas para relançar o emprego.

E depois o que é que vêm dizer?

Vêm propor exatamente o contrário do que criticam, que é atirar dinheiro para cima dos problemas, segundo as vossas palavras, nomeadamente a promoção de emprego jovem na Região através do reforço das verbas destinadas aos programas de emprego.

O que é que o PS tem sobre esta matéria?

O que é que o Governo dos Açores tem sobre essa matéria?

Cerca de 58 medidas em execução, que estão a trazer resultados. Basta olhar para os números. Nessa matéria o PSD parece-me que não está no bom caminho e que não dá um bom contributo à sociedade e para o debate político no sentido de apresentar propostas que nós consigamos analisar e refletir neste debate.

Aquilo que faz tanto o PSD como alguma direita é uma crítica que acaba por não ter frutos e a meu ver ser consequente.

A nossa prioridade é aquilo que já foi aqui abordada e foi até refletida pela abordagem que o Deputado André Bradford fez sobre a moção. Nós temos um programa transversal sobre o emprego, com matérias específicas em termos de programas de emprego, mas também temos uma abordagem sobre os diversos setores da sociedade açoriana, nomeadamente a agricultura, as pescas, a indústria, tudo isto focalizado para as nossas exportações.

Há de um lado o Partido Socialista com um programa estruturado discutido; da parte do PSD aquilo que nós verificamos é a apresentação de um gabinete de estudos, onde foram procurar pessoas que inclusive serviram em governos do PSD de há mais 20 anos.

Uma conclusão que se pode tirar é que o PSD na sua ânsia de voltar ao poder foi buscar responsáveis políticos que exerceram funções governativas há mais de 20 anos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem gente aí sentada há mais de 20 anos! Olhe para trás!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Gente com profissão que tem para onde ir quando acabar o mandato de político!

Deputado André Bradford (PS): E o senhor?

O Orador: Sobre esta matéria ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Sra. Presidente, isto está a ser ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio para que o Sr. Deputado Francisco César possa continuar a sua intervenção.

Sr. Deputado Francisco César penso que pode continuar.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sra. Presidente, agradeço-lhe a oportunidade que me dá.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu já estou há tempo suficiente na política ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sim, é verdade!

O Orador: ... e eu tenho sido eleito por todas e todos os açorianos nos últimos anos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos todos eleitos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este é o mandato que me é dado para estar aqui. É o mandato de todos e de todas as açorianas que votaram em mim. Eu não lhe admito a si nem a ninguém que questione a minha posição ao meu lugar aqui. Eu estou aqui para discutir ideias com todos, pontos de vista.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estamos todos! O senhor é que acabou de questionar a legitimidade enquanto deputado!

O Orador: A minha preocupação e a preocupação do Partido Socialista é apresentar soluções para os açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Percebo que lhe custe!

(Aplausos de alguns dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

O Orador: Aquilo que os senhores não têm sido capazes de fazer.

Aquilo que os senhores têm feito é ... Os senhores têm preferido criticar as pessoas do que criticar as ideias.

O PS apresenta-se aqui com ideias e infelizmente os senhores recorrem a este tipo de linguagem, porque não conseguem apresentar ideias.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Percebo que lhe custe!

O Orador: Agora ficam incomodados, porque preferam um conselho consultivo com pessoas que já exerceram funções, merecem-me todo o respeito, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não parece!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas há mais de 20 anos. É o projeto que os senhores querem apresentar.

Nós estamos a trabalhar para melhorar e ter um projeto cada vez mais ambicioso para a sociedade açoriana.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): São pessoas com percurso, com dignidade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Considerando o nosso horário nós vamos interromper para o almoço.

Continuamos o debate às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 18 minutos.

Presidente: Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional, 11 minutos e 40 segundos; Partido Socialista, 2 minutos e 30 segundos; PCP, 8 minutos e 35 segundos; PSD, 9 minutos; CDS, 7 minutos e 20 segundos; Bloco de Esquerda e PPM já não têm tempo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então dar continuidade ao nosso debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedir à Mesa para registar que o Bloco de Esquerda fez três perguntas diretíssimas ao Governo Regional e não obteve resposta a nenhuma e uma interpelação de acordo com o Regimento é feita de perguntas e de respostas. Neste caso concreto sobraram perguntas, faltaram as respostas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Esta intervenção podia ser uma interpelação nos termos e na substância da interpelação feita pela Sra. Deputada Zuraida Soares, porque efetivamente nós chegamos a este ponto do debate em que ele está na eminência de ser concluído, já não só a terminar, mas de ser concluído, e continuamos sem algumas respostas, desde logo a resposta à pergunta que voltamos a fazer ao Governo Regional de aqui dizer o número exato de cidadãos açorianos que estão integrados em programas ocupacionais. Uma pergunta que não é nova e para a qual o Governo Regional obrigatoriamente tem de estar preparado para aqui dizer, informando e respondendo como é seu dever perante os legítimos representantes do povo dos Açores, mas mais obrigação tem na circunstância de

já ter sido interpelado por vários grupos parlamentares sobre a forma de requerimento, entre os quais o PSD, e que apesar de ter esgotado todo o tempo que os normativos legais lhe conferem para prestar essa resposta, desrespeita o Parlamento (repito: desrespeita o Parlamento) e ao faltar hoje aqui no debate com essa informação diz bem do estado intranquilo da sua consciência sobre esta matéria.

Do mesmo modo que o Governo Regional foi interpelado para responder a esta questão, uma outra pergunta está lançada há muito tempo, há dias, e hoje aqui foi repetida, dirigida naturalmente ao Partido Socialista sobre a sua decisão de se constituir ou não um grupo de trabalho para se apurar, se identificar ou não, situações de má utilização dos programas ocupacionais, isto é, em vez deles serem uma fonte de rendimento acrescida para gente desempregada, em vez de lhes proporcionar uma oportunidade formativa, ...

Deputado André Bradford (PS): Os senhores vão para polícias!

O Orador: ... em vez de lhes dar mais dignidade, pode servir só parcialmente para alguns destes objetivos e servir para outros fins que não aqueles que os próprios regulamentos dos programas preveem e a questão é muito simples: é o Partido Socialista acenar com a cabeça para o lado, ou para cima e para baixo. Porque como diz o nosso povo “quem não deve, não teme” ...

Deputado André Bradford (PS): O senhor quer ser polícia! O senhor tem vocação para ser polícia!

O Orador: ... e se o Partido Socialista está tranquilo nesta matéria, se o Governo Regional sobre esta matéria está tranquilo, nada devem temer relativamente ao trabalho de um grupo constituído proporcionalmente pelos deputados em razão da representatividade que os partidos aqui têm neste Parlamento.

Deputado André Bradford (PS): Isso é que era bom!

O Orador: Eu não falarei da ironia do Sr. Deputado Francisco César ao falar de emprego, mas vou falar ...

Deputado André Bradford (PS): Qual é a ironia?

Deputado Francisco César (PS): Qual é a ironia? Por acaso gostava de saber qual é a ironia!

O Orador: Aquela que provavelmente o senhor sabe e que por isso mesmo é que já se sente incomodado com ela.

Portanto, eu estou dispensado de falar sobre isso, prefiro antes dizer que ...

Deputado André Bradford (PS): Mas pode falar de pessoas com 20 anos de casa!

O Orador: ... em política há um tempo para apresentar propostas, há um tempo para executar políticas e há um tempo para julgamento.

Deputado Francisco César (PS): E outro para não dizer nada!

O Orador: Esse tempo para não dizer nada é normalmente quando o senhor fala com toda a credibilidade que tem para falar sobre emprego.

Deputado Francisco César (PS): É o que verificámos com as suas intervenções!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Com o senhor a falar mais votos ganhamos!

O Orador: Este é o momento para executar políticas e fazer o seu julgamento. Em tempo oportuno o PSD há de apresentar propostas. Agora uma coisa é certa: ...

Deputado Francisco César (PS): Ao fim de três anos e tal é difícil!

O Orador: ... as propostas que o PSD tem apresentado sabemos previamente qual é o seu destino, nomeadamente em matérias que direta ou indiretamente possam ter a ver com a criação de emprego. Uma coisa é certa: quem neste momento tem, quem ainda hoje tem a responsabilidade de dar respostas aos açorianos é quem está sentado na bancada do Governo, mas nós constatamos que daquela bancada as respostas já são só quase estas – é preciso um resgate para as pescas e a agricultura está debaixo de uma tempestade perfeita. Baixaram as mãos.

Nós também concordamos que quem já não tem capacidade está na hora de sair.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Se não houver mais inscrições passaremos para o encerramento da interpelação.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Também não vou utilizar a figura da interpelação, mas para registar que foram colocadas questões muito diretas ao Sr. Vice-Presidente em relação aos milhões que já foram investidos na SDEA e em que perguntámos quantos investidores externos é que neste momento já estão interessados em investir em empresas na Região, em que áreas de atividade, quais são as empresas e quais os empregos, ou os postos de trabalho que foram criados como resultado desses investimentos aos quais não tivemos uma única resposta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos então passar ao encerramento da interpelação.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate que hoje aqui assistimos, e conforme tive a oportunidade de dizer na minha intervenção inicial, lembra-me claramente a história do velho, do rapaz e do burro.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Continuo sem saber qual é a história!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Faltam o rapaz e o velho!

O Orador: Se nós não tivéssemos atuado sobre todas as formas de apoiar as empresas e as famílias para criar emprego seríamos criticados por esse facto, ...

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... se não tivéssemos apoiado, criando as condições para assegurar o retorno à empregabilidade de todas aquelas pessoas que ficaram afetadas pelo desemprego, estaríamos a ser criticados por não termos dado respostas em função das necessidades de cada uma dessas pessoas. Como o fizemos estamos a ser criticados por termos feito, mas daí os açorianos tirarão as suas conclusões.

Em relação à taxa e à evolução do desemprego lembraria que são os mesmos que nos culpavam por termos uma taxa de desemprego no início de 2014 de 18%, sermos responsáveis por essa mesma taxa que hoje também tentam anular o facto de desde o início desta legislatura, desde o início do mandato deste Governo, os Açores terem neste momento mais 6.138 açorianos empregados do que tínhamos quando começámos esta legislatura e que só no último ano conseguimos ter menos 4.946 açorianos desempregados do que havia há um ano atrás e só no último ano termos registado a maior redução da taxa de desemprego que se verificou nos Açores nos últimos 10 anos, os Açores terem sido no último ano a região do país com maior redução da taxa de desemprego.

Esta é a realidade que enerva alguns e que tira os argumentos em que assentavam a sobrevivência política de outros.

Esta é a realidade que ficou destacada neste debate.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que nós não podemos, não devemos por respeito por todos os açorianos dizer que este esforço, este esforço que aqui está refletido é um esforço e um mérito que não é do Governo, mas que é dos açorianos que com orgulho, com trabalho, com dedicação, com esforço obtiveram estes resultados.

O Governo não pretende para si qualquer mérito destes resultados. Estes resultados são mérito dos açorianos que em nós confiaram e connosco trabalharam para atingi-los. Desmerecer é desmerecer o esforço, o mérito e a capacidade dos açorianos.

Por último, permitam-me vos dizer que esperava significativamente mais deste debate.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Principalmente pelas suas respostas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não responde e diz que esperava mais!
É preciso ter lata!

O Orador: Esperava também contributos para o reforço das nossas políticas ativas e a conclusão a que chego no final deste debate é que felizmente nós conseguimos dar a resposta e ter a resposta para todas as áreas de envolvimento de combate ao desemprego e à criação de emprego.

Para quem não tinha qualificação asseguramos essa qualificação; para quem necessitava de um apoio adicional e um estímulo adicional para a integração do mercado de trabalho conseguimos dar esse apoio; e para que tudo isto fosse conjugado há um dado que também ninguém pode negar: a importância muito significativa da retoma da atividade económica medida pelo crescimento do PIB, medida pelo índice de atividade económica, medida pelo número de criação de novas empresas face àquelas que fecham e que contribuíram decisivamente para a criação de emprego e é este o esforço que gostaria de

deixar de ficar e esta homenagem. Homenagem aos açorianos que retomaram a confiança no seu futuro, homenagem àqueles que empreenderam e agarraram esse futuro e essencialmente dizer que esta é a palavra que para nós é mais importante. Nós não ficamos satisfeitos com os açorianos que já conseguiram emprego. Nós ficamos inquietos com os açorianos que ainda não conseguiram emprego.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O que nos move não é a alegria daqueles 6.138 açorianos que passaram a ter emprego desde o início desta legislatura.

O que nos move são aqueles 15 mil açorianos que ainda não têm emprego e que tudo faremos para que também consigam ter a esperança e o sucesso que estes muitos açorianos já têm.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Temos que emigrar!

O Orador: O que lamento é que este debate não tenha contribuído para dar mais esperança a esses açorianos, mas os açorianos sabem perfeitamente em quem confiam, em quem têm esperança e com quem, junto com eles, trabalhará e continuará a trabalhar para reforçar os objetivos que aqui foram já concretizados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É campanha eleitoral, é?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é o congresso do próximo fim-de-semana!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pouca convicção! O Sr. Vice-Presidente está cansado e desgastado!

O Orador: Disse-o quando tínhamos 21.700 desempregados que enquanto houver um desempregado contarão com o Governo como aliado para vencer este desafio.

Disse-o quando tinha 21.700 desempregados, reafirmo aqui quando conseguimos baixar em cerca de 7 mil o número de desempregados e é essa a certeza que fica deste debate.

A certeza que as medidas que tomámos correspondem exatamente às medidas que eram necessárias na intensidade necessária e o mais importante de tudo, permitam-me para concluir este debate, é que não desmereçam, não desvalorizem, não desconsiderem e não estigmatizem quem conseguiu com o seu trabalho, com o seu esforço, retomar o mercado de trabalho, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como assim? Com a coligação!

O Orador: ... a quem conseguiu ter uma nova esperança na sua vida, a quem conseguiu ter um novo rendimento. Não façam isso!

Os açorianos não merecem esse tratamento. Nós queremos dar confiança aos açorianos.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: O que temos que fazer é apoiá-los no seu esforço e não desvalorizar, desconsiderar esse mesmo esforço.

Por isso, os açorianos confiam em nós e por isso cada vez mais os açorianos sabem que somos um aliado na concretização da sua esperança de vida e no seu futuro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Para encerrar a interpelação tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate demonstra que o Governo continua a não querer assumir que estas ditas políticas de promoção de emprego não o promovem. Têm objetivos que não são propriamente coincidentes com esse desiderato, mas este debate demonstrou também que o Governo Regional continua a desculpabilizar-se com a crise económica internacional e nacional, para explicar a crise social que

vivemos, tentando esconder que foram as suas políticas e as suas próprias opções que a aceleraram, que a agravaram e que a perpetuam no tempo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Quantas vezes, quantas medidas diferentes de apoio à família, de recuperação dos rendimentos dos trabalhadores, de alívio dos seus sacrifícios foram sistematicamente recusadas pelo Governo Regional?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O facto é que o PS recusou reiteradamente, perante propostas do PCP, mas não só, utilizar toda a amplitude dos nossos poderes autonómicos para proteger o Povo Açoriano e para tomar medidas que pudessem minimizar ou combater a crise económica no nosso arquipélago!

E os resultados estão à vista: temos uma economia anémica, em recessão profunda, que é apenas disfarçada pela injeção de subsídios e fundos públicos para sustentar o sector privado, um desemprego gigantesco, uma crise social sem precedentes, que vitimiza em primeiro lugar e de forma mais dura os trabalhadores, em especial os mais desprotegidos, com piores qualificações, os mais pobres.

A política de emprego nos Açores, que se concretiza em dezenas de programas que vão desde o subsídio às empresas pelas contratações, à criação do próprio emprego, aos programas ocupacionais puros e duros, dos quais demos alguns exemplos, serve, na realidade, três objetivos.

E infelizmente nenhum deles é efetivamente a criação de emprego estável, de qualidade, com direitos e perspetiva de valorização pessoal e profissional para os trabalhadores. Esta estratégia é hoje clara para todos os açorianos, mas vale a pena enumerar.

O primeiro objetivo é disfarçar a dimensão avassaladora do desemprego na nossa Região.

Aos 10.753 desempregados registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional em janeiro deste ano, temos de somar os 5.043 desempregados em

programas ocupacionais nesse mesmo mês. Só aqui, esconde-se quase um terço do desemprego real da Região e isto sem falar nos milhares de trabalhadores que estão em empregos subsidiados, que irão terminar mal finde o apoio governamental, naturalmente temporário, ou os que estão em programas de formação e de estágios, ou as tantas açorianas e tantos açorianos – quantos serão? – que se viram forçados a emigrar, ou mesmo dos que pura e simplesmente não estão inscritos nos centros de emprego e que sobrevivem através do trabalho informal ou de outros expedientes.

Qual será o total da soma de todas estas parcelas? Se o número exato é difícil de calcular, o resultado, conhecemo-lo bem, infelizmente: uma tragédia social sem precedentes e ao contrário do que diz o Governo Regional, os programas não contribuem para promover o emprego. Contribuem para o ocultar e até para o perpetuar, ao desincentivarem a contratação de trabalhadores, que é mais fácil substituir por “beneficiários” de programas ocupacionais.

Os enormes esforços que o Governo Regional desenvolve para camuflar esta realidade, e o triunfalismo propagandístico dos seus comunicados festejando minúsculas variações de décimas de ponto percentual na taxa de desemprego oficial, demonstram que este Governo não quer enfrentar esta realidade. E essa era uma questão fundamental, Sr. Vice-Presidente, primeiro é assumir esta realidade e só assim é que conseguimos resolver o problema. Esse é de facto o primeiro obstáculo que é preciso remover para que se possa abordar seriamente este problema, o problema que nos preocupa a todos nós.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O segundo objetivo das políticas de emprego deste governo é o de transformar sub-repticiamente a natureza do emprego público, destruindo-lhe as características e condições, anulando os direitos e a estabilidade dos vínculos dos seus trabalhadores, substituindo-os paulatinamente, passo a passo, mas de

forma deliberada, por outros trabalhadores com regimes laborais mais flexíveis, leia-se precários e descartáveis.

E veja-se só, esta é uma evidência inegável, se pensarmos que para 21 mil funcionários da Administração Pública Regional e Local já existem pelo menos 5.000 trabalhadores em programas ocupacionais. São já quase 20% dos trabalhadores em funções públicas!

Na verdade, desde a entrada em vigor destes programas ocupacionais, a contratação de trabalhadores está virtualmente paralisada em toda a Administração Regional.

Os funcionários públicos que vão saindo, por reforma ou por outros motivos, são agora quase sempre substituídos por trabalhadores de programas ocupacionais. Qual será o panorama do emprego público nos Açores daqui a poucos anos?

Na realidade, já hoje se vive, em muitos serviços da Região, a situação paradoxal de entre trabalhadores que exercem as mesmas funções existir uma variedade de vínculos e remunerações completamente diferentes. Por exemplo, entre os trabalhadores com vínculo permanente, os que estão em contrato individual de trabalho, os que estão em programas de estágios, os que estão em diferentes programas ocupacionais, existem desigualdades inaceitáveis entre quem tem os mesmos deveres, as mesmas responsabilidades e, em muitos casos, até o mesmo horário de trabalho.

O terceiro objetivo desta política de emprego, não é menos importante. Trata-se também de sustentar as empresas privadas, fornecendo-lhes mão-de-obra gratuita ou subsídios para a contratação e contribuir para o aumento da precariedade também no sector privado, através da criação de uma camada de trabalhadores pouco qualificados, que vão sobrevivendo no ciclo, quase sempre sem saída, de programa de estágio, contrato precário, subsídio de desemprego, programa ocupacional, subsídio de desemprego, *ad aeternum*, até à idade da reforma!

A miríade de programas e regimes diversos acaba por permitir que uma empresa vá fazendo eternamente rotação de trabalhadores, a muito baixo custo ou mesmo quase gratuitamente.

Esta política prejudica os empresários que teimam nessa coisa antiquada de contratar trabalhadores, dando-lhes um vínculo e os respetivos direitos e as empresas que pretendam ter boas práticas de gestão dos recursos humanos, pois é o Governo Regional que dá vantagens competitivas às empresas que apostam na precariedade.

Isto não é apoiar o sector privado, isto é torná-lo dependente. Isto não é combater nem o desemprego, nem o trabalho precário, é torná-los estruturais, instituídos, regra absoluta com cada vez menos exceções.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS não resistiu à tentação de utilizar a crise para aumentar a exploração dos trabalhadores açorianos, de aproveitar os programas ocupacionais e de formação para tentar realizar o velho sonho da direita: criar uma vasta camada de trabalhadores pobres, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... sem direitos e com rendimentos que estão no limite da sobrevivência, que podem ser explorados à vontade, com o beneplácito das Resoluções do Governo Regional!

Reiteramos que são inaceitáveis os abusos dos programas ocupacionais, a total ausência de formação profissional, e a utilização desses trabalhadores para substituir necessidades de trabalho permanente, às quais devia corresponder um posto de trabalho efetivo.

Esta interpelação que hoje promovemos teve o mérito de ser esclarecedora em relação à teimosia do PS em persistir nesta política vergonhosa. Mas queremos também deixar claro a luta pela justiça para quem trabalha vai continuar!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o primeiro ponto da nossa Agenda.

Entramos agora no ponto dois: **Projeto de Resolução ...**

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para? Uma interpelação?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às quatro horas.

Eram 15 horas e 46 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 06 minutos.

Vamos entrar no ponto dois da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 144/X – “Recomenda ao Governo Regional a criação da oferta curricular da educação pré-escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes. São os que usamos habitualmente no processo legislativo comum: o PS, o PPM e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD, 20 minutos; o CDS, 13 minutos; e o PCP e o Bloco de Esquerda, 10 minutos.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por ler a parte resolutiva desta iniciativa: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que promova, já no próximo ano letivo, a criação da oferta curricular da educação pré-escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, dando assim cumprimento ao previsto nesta área no programa do Governo.”

Depois de fazer esta referência, que é a referência à parte resolutiva deste Projeto de Resolução, quero começar por fazer outra referência, que é a referência uma vez mais à moção de estratégia do Partido Socialista.

O Partido Socialista na sua página n.º 11 diz que o que interessa são os alunos, os alunos, os alunos e nesse sentido como a mim também o que me interessa são os alunos, os alunos, os alunos é nesse plano que nós vamos colocar esta questão.

Começo por dizer o seguinte: ter alunos do pré-escolar (neste caso são 10 alunos do pré-escolar e 13 alunos da creche na Santa Casa de Misericórdia da ilha do Corvo, onde funciona neste momento as valências da creche e do pré-escolar) que possam ter uma valência de educação visual, porque existe um professor de educação visual na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira; que possam ter também um professor e uma valência no âmbito da educação física, porque também esta valência existe na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira; que possam ter entre as suas atividades, entre o seu currículo, entre a componente educativa e a componente do seu projeto educativo, a colaboração de um professor de música, que também existe na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira; que possam ter a colaboração no projeto educativo da escola de um professor de inglês, que também existe na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira; e que possam finalmente ter o apoio de um professor, cuja preocupação e cuja formação é no âmbito das necessidades educativas especiais, funciona no âmbito das necessidades educativas especiais e a escola neste momento também tem, é uma quinta valência que aqui estou a fazer referência.

Isto parece-nos quase um sonho que se possa fazer isto numa ilha como o Corvo que há umas décadas nem sequer era percepcionável, mas não é um sonho, é algo que se pode concretizar e para isso não temos que deslocar nenhum destes funcionários, nenhum destes docentes qualificados nas respetivas áreas. Já existem estas valências e estes recursos na ilha, na Escola Básica e Secundária.

Portanto, é um sonho que é concretizável, está ao lado das instalações da Santa Casa da Misericórdia que neste momento gere a creche e o pré-escolar, mas neste caso é concretizável. Há uns anos atrás não era, mas hoje é possível e é possível concretizar, melhorar e dar toda esta qualificação, dar aos alunos, aos nossos alunos e àquelas crianças do pré-escolar, àquelas 10 crianças do pré-escolar, todas estas valências. Isto é quase um colégio de ricos, isto é quase algo que está só ao alcance de gente que no resto de país tem uma série de posses em que os colégios podem oferecer estas valências todas e que se possa fazer isto no ensino público é o meu objetivo, é o objetivo do PPM, que todos os alunos possam ter acesso a esta qualidade e a este conjunto de valências do ponto de vista do processo educativo e é possível, porque estas valências já existem e por isso é que o PPM apresenta. Eu apresento aqui esta iniciativa, pensando nos alunos, nestas crianças, em melhorar o processo educativo.

A questão aqui é a seguinte: do ponto de vista pedagógico eu quero chamar a atenção também em relação a duas conclusões que hoje podemos retirar de vários textos no âmbito pedagógico que eu penso que a maioria, para não dizer a totalidade dos profissionais desta área concordam, é que a planificação, a execução e a contextualização em projetos educativos comuns do 1.º ciclo e o pré-escolar, entre o pré-escolar e o 1.º ciclo, é algo muito positivo e é isso que é feito, por exemplo, na Finlândia, que é um dos objetos de referência.

Isso é algo de muito positivo. Não está a ser feito, mas também o podemos fazer: articular o pré-escolar ... Na Finlândia e em muitos sítios ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas que raio de exemplo!

O Orador: ... deste país em que isto já se faz, do pré-escolar e o 1.º ciclo, e quero dizer-vos também que há algo que se pode fazer também que é a contextualização do ponto de vista do projeto pedagógico. Contextualizar e construir em comum um projeto pedagógico entre o pré-escolar e o 1.º ciclo. Do ponto de vista pedagógico isto é possível.

Dizia-me a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda: “Bom, mas isto já é feito noutros sítios que não na Finlândia.”

Sim, em Portugal em muitas escolas, em muitos espaços, inclusivamente nos Açores, em muitas das nossas escolas, esta integração, esta interação entre o pré-escolar e o 1.º ciclo é algo que já se faz e também é possível que se faça na ilha do Corvo, porque estes meios, estes recursos, já existem.

Depois existe a parte prática da questão. Podem dizer: “É necessário ampliar a escola para que este processo educativo, este processo pedagógico seja concretizado, este sonho possa ser concretizado, é necessário?”

Não, não é. A escola já foi ampliada em relação às necessidades do ensino secundário. O que nós temos agora são instalações que são propriedade da Região, que agora vão ser ampliadas e que estão logo ao lado do edifício da escola e que podem ser utilizadas no âmbito de um protocolo a estabelecer, por exemplo, com a Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo, porque uma coisa teria que continuar a funcionar, a creche. A creche teria que continuar a funcionar, não na escola, porque isso não é possível, mas teria que funcionar na Santa Casa. Portanto, o pré-escolar passaria a estar integrado, como está em muitas outras das nossas escolas da Região, na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

O Sr. Secretário dirá: “Bom, isso é uma repetição. Vamos ter duas ofertas.”

Não! A partir do momento em que nós temos uma oferta pública na Escola Básica e Secundária, uma oferta pública do pré-escolar, deixa de funcionar essa oferta do pré-escolar no estabelecimento oficial, na Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo.

O que é que passará a funcionar na Santa Casa?

A creche. A creche continua a funcionar na Santa Casa e a educadora em questão continuará a desempenhar as suas funções tal como os funcionários e o pré-escolar é que passará a estar integrado no processo e no projeto pedagógico da Escola Mouzinho da Silveira, como já sucede em grande parte dos estabelecimentos escolares da nossa Região, ou seja, integrar o pré-escolar juntamente com o 1.º ciclo.

Portanto, o projeto é tão simples como isto. Não provoca nenhuma despesa, nem nenhuma duplicação, porque a Santa Casa continuará a seu papel no âmbito da creche e o pré-escolar na Escola Mouzinho da Silveira.

Vou terminar esta primeira intervenção dizendo o seguinte: já é a segunda vez que trago esta questão.

Da primeira vez, na primeira legislatura, nós tínhamos uma situação ainda mais injusta, que era não tínhamos oferta pública e os pais das crianças que frequentam o ensino pré-escolar alguns deles tinham que pagar quase 140 € por mês, porque não tínhamos oferta pública. Esse problema foi resolvido. O projeto foi chumbado, mas depois o Governo acabou por realizar um protocolo com a Santa Casa no sentido de absorver esse conjunto de despesas e essa questão ficou resolvida do ponto de vista financeiro. Falta a segunda etapa. A segunda etapa é resolvê-la do ponto de vista pedagógico.

De que vantagens é que eu estou aqui a falar?

Qual é a minha preocupação?

A minha preocupação são as crianças, os jovens e dotar aqueles jovens de um conjunto de valências, de auxílios do ponto de vista pedagógico, de um conjunto de profissionais que já desempenham as suas funções na escola e, portanto, que podem auxiliar no projeto (no projeto educativo e no projeto pedagógico) e permitir uma educação no âmbito do pré-escolar com muito mais qualidade.

Eu acho que este é um bom propósito para esta Assembleia e que deve merecer a vossa aprovação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

Sr. Deputado Iasalde Nunes tem a palavra.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O objeto da proposta de resolução que estamos aqui a analisar entregue pelo Partido Popular Monárquico visa recomendar ao Governo Regional a criação de oferta curricular da educação pré-escolar na Escola Básica Mouzinho da Silveira.

No entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista este Projeto de Resolução em nada beneficia quer a ilha do Corvo, quer o próprio serviço educacional, quer mesmo as próprias crianças e pais que usufruem deste serviço.

O ensino do pré-escolar é ministrado no Jardim de Infância “O Planeta Azul” pertencente à Santa Casa da Misericórdia do Corvo há vários anos com qualidade e eficiência por um grupo de funcionários competentes, formados para o efeito e com valências em condições para este fim.

É uma verdade que a frequência do número de crianças tem aumentado no último ano, principalmente devido à deslocação de alguns profissionais para o Corvo, nomeadamente professores, que optaram por levar consigo as suas famílias, mas isso verifica-se até mais ao nível da creche do que propriamente ao nível do pré-escolar.

É já notória, embora não problemática, uma falta de espaço na creche que será colmatada com as obras de requalificação desta infraestrutura a ter início muito brevemente.

Estas obras, assim como as do lar de idosos, só ainda não se iniciaram devido a uma mudança de direção na instituição.

Esta nova direção decidiu alterar os projetos já previstos, o que atrasou consideravelmente o seu início.

Concluídas essas obras, esta valência fica com capacidade e com instalações quase de excelência para ministrar o pré-escolar e aumenta a capacidade da creche para 18 crianças.

Não é de maneira justificável, no entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que numa altura em que se pretende uma interajuda e um aproveitamento de instalações entre todas as instituições nos Açores criar novas valências, duplicando-as sem necessidade.

Em relação ao ser ou não ser diferente das outras ilhas, lembro o Sr. Deputado, que ainda há bem pouco tempo alterámos legislação específica para a ilha do Corvo no que diz respeito ao desporto federado, o que permitiu já este ano que os nossos jovens pudessem competir deixando-nos a todos orgulhosos e isso para dizer o quê?

Que as realidades e os problemas são diferentes de ilha para ilha e é para isso que cá estamos, para quando for necessário alterarmos o que for necessário sempre em benefício dos açorianos.

Tive também o cuidado de falar com o provedor, quer com as funcionárias desta instituição e perguntar se existia alguma queixa ou denúncia da parte dos pais em relação ao serviço prestado pela instituição, o qual me foi transmitido que não.

Conhecendo bem, assim como o Sr. Deputado do PPM também, os corvinos e neste caso os pais corvinos que são por natureza (e ainda bem!) exigentes e querem sempre o melhor para os seus filhos fiquem mais elucidado e ainda mais convicto que este Projeto de Resolução não faz qualquer sentido.

Temos, pois, por isso um serviço de pré-escolar bom, de qualidade, gratuito e recomenda-se.

Em relação às atividades que o Sr. Deputado esteve a falar com todos os professores e que o Sr. Deputado mencionou, esses são perfeitamente possíveis. Basta uma colaboração entre as instituições.

Aliás, tem havido algumas atividades nesse sentido e basta o Sr. Deputado consultar o *site* da Santa Casa da Misericórdia e vai ver que isso tem acontecido, por isso, a nosso ver não é necessário duplicar a oferta curricular na Escola Mouzinho da Silveira.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com cerca de 17 km² e um pouco mais de 400 habitantes, a ilha do Corvo é, à semelhança das restantes oito ilhas, parte constituinte e integrante do arquipélago dos Açores e os seus habitantes cidadãos de pleno direito.

O Projeto de Resolução agora apresentado pela Representação Parlamentar do PPM recomenda ao Governo Regional a criação da oferta curricular da educação pré-escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Investir em educação é para o PSD investir no desenvolvimento e no futuro dos Açores e, portanto, um bom investimento e efetivamente a ilha do Corvo é a única ilha dos Açores que não tem ensino pré-escolar público. Efetivamente está escrito no programa do atual Governo Regional que num futuro próximo seria possível fazer depender da administração regional a cobertura total do pré-escolar através da rede pública, sendo certo que as crianças da ilha do Corvo nos merecem o mesmo respeito e as mesmas condições de equidade que as de qualquer outra ilha da Região, certo é também que se o ensino privado funciona bem e deve funcionar, porque os pais e encarregados de educação nunca se

manifestaram em contrário, o PSD entende que o Governo não deve interferir. Defendemos uma gestão menos tutelada pelo Governo Regional.

Por outro lado, a criação de uma turma de ensino pré-escolar na rede pública, apesar do aproveitamento de valências existentes, implicaria sempre o gasto de dinheiros públicos no que concerne a equipamentos que o número de crianças que o frequentam no momento não justifica.

A duplicação de oferta numa ilha de reduzida população colocaria em causa os postos de trabalho de pessoal docente, mas, e sobretudo, de pessoal não docente agora garantidos.

Porque o PSD-Açores entende que equidade subentende diferenciação e adaptação aos contextos e realidades de cada localidade e porque o ensino pré-escolar praticado na ilha do Corvo é do agrado dos corvinos, entendemos que, até provem contrário, o mesmo não deve ser alterado. Por isso, o PSD não poderá dar o voto favorável a esta iniciativa do PPM.

O mesmo não dispensa o Governo Regional de, no exercício das suas competências, verificar o funcionamento do ensino pré-escolar na ilha do Corvo para que sejam escrupulosamente cumpridas as orientações curriculares e sejam asseguradas as condições de segurança de todos quantos o frequentam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não obstante, não podemos deixar de recordar o Governo Regional e o Partido Socialista que o suporta que induziram em erro os corvinos ao verter no seu programa que a cobertura total do pré-escolar da rede pública ficaria assegurada até ao final da atual legislatura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

A Oradora: Uma proposta ambígua que não tinham a intenção de cumprir. Assumam que afinal nem sempre compromisso assumido é compromisso cumprido.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O ensino pré-escolar tem uma particular importância no desenvolvimento pessoal e social das crianças e na promoção de mais e melhores cidadãos. Afinal, como diz o ditado popular “ é de pequenino que se torce o pepino”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O programa do Governo explicita a importância em se apostar numa educação pré-escolar universal para todas as crianças a partir do momento em que atinjam os três anos de idade.

Nesse sentido, a realidade específica da oferta pré-escolar na ilha do Corvo é no mínimo estranha.

O Governo Regional não garante oferta pública do ensino pré-escolar na escola da rede pública. A Região paga à Santa Casa da Misericórdia do Corvo para que os meninos a partir dos três anos tenham acesso ao pré-escolar, mas a Santa Casa utiliza instalações da Escola Mouzinho da Silveira para ter os meninos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma parceria público-privada!

A Oradora: Por outro lado, sendo o pré-escolar no Corvo ministrado pela Santa Casa da Misericórdia, os meninos dos três aos seis anos são só acompanhados por uma Educadora de Infância.

Significa isto que todas as valências que a Escola Mouzinho da Silveira tem para oferecer não são utilizadas a bem do desenvolvimento das crianças do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Aliás, como muito bem explicou o Sr. Deputado Paulo Estêvão é possível que as crianças corvinas possam vir a usufruir de aulas de inglês, ou de aulas com um professor de educação visual, ou até mesmo com um professor de educação física.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: É certo que o Governo Regional assegurou uma resposta pública de pré-escolar no Corvo, pagando à Santa Casa para a prestação deste serviço, mas considerando as potencialidades e as capacidades que a Escola Mouzinho da Silveira tem, se calhar fará todo o sentido poder colocar todas estas valências ao serviço destas crianças?

Assim, o que se pergunta é: será que os corvinos não terão direito a usufruir de uma resposta pré-escolar na rede do ensino público, aliás como os restantes açorianos?

E será que a Escola Mouzinho da Silveira tem, ou não tem então a capacidade para acolher e dar resposta a estas crianças?

Ao fim ao cabo o que se pretende aqui é formar mais e melhores cidadãos dando oportunidade às crianças do Corvo uma resposta que é possível dentro da escola que é da rede pública.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu estou um bocado confusa, perplexa ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Perplexa!

A Oradora: ... quer com a argumentação aqui trazida pelo PSD através da Sra. Deputada Judite Parreira para anunciar o voto contra este Projeto de Resolução

do PPM, quer também com as declarações do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura em sede de Comissão de Assuntos Sociais aquando da audição a propósito do Projeto de Resolução da iniciativa do PPM que recomenda ao Governo Regional que promova já no próximo ano letivo a criação de uma oferta curricular da educação pré-escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Ora bem, o Sr. Secretário Regional disse em sede de Comissão o seguinte: “Se o compromisso de instalar o ensino pré-escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira estivesse assumido no programa de Governo seria cumprido, mas como não está iria criar duas respostas para o mesmo fim num espaço tão pequeno o que seria uma atitude irrealista. Além disso, a distância entre a Santa Casa e a escola dista a escassos metros, estando reunidas todas as condições para uma excelente interação entre as mesmas.”

Sr. Secretário Regional, a ver se nos entendemos: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Uma coisa é o Sr. Secretário Regional dizer que o ensino pré-escolar está assegurado e bem pela Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo e que não está a pensar alterar esse figurino; outra coisa é dizer que não o faz porque isso não está no programa do Governo e que também não o faz, porque a Santa Casa e a Escola Mouzinho da Silveira ficam tão pertinho uma da outra que dá para haver uma interação entre alunos e professores.

Sr. Secretário Regional, faça-me o favor de aceitar que esta argumentação “não bate a bota com a perdigota”, porque eu pensei foi que o Sr. Secretário iria falar da mais-valia curricular, da mais-valia pedagógica, das crianças, dos alunos ... Não! O senhor vem falar-me de quilometragem e de programa de Governo, o que não deixa de ser assinalável.

Por outro lado, o PSD vem e diz assim: “Não senhor! O ensino é privado, nós gostamos imenso do ensino privado, seja ele complementar ou concorrencial com o ensino público, portanto, deixem lá estar as coisas como estão, mas

atenção: o Governo Regional disse que ia assegurar a cobertura pública do ensino pré-escolar até ao final da legislatura.”

Portanto, o PSD não quer que se mexa no pré-escolar do Corvo, mas quer que o Governo cumpra o seu compromisso.

Ora, é impossível fazer as duas coisas ao mesmo tempo, a não ser numa espargata que nem a melhor atleta será capaz e diz ainda o PSD que a tutela deve fiscalizar muito bem fiscalizado como é que está a ser dado e ministrado este ensino pré-escolar na Santa Casa da Misericórdia.

Oh, Sra. Deputada, não é preciso, porque os pais (e já agora as mães que também deve haver na ilha do Corvo!) dizem que está tudo bem, não têm queixas a apresentar e isso para o PSD chega para provar que não há necessidade de mudar coisa nenhuma.

Sras. e Srs. Deputados, isto deve ser da hora, depois do almoço, porque ninguém se entende aqui.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Uma coisa é uma proposta absolutamente clara do PPM, que é: há um compromisso do Governo de assegurar a cobertura pública do ensino pré-escolar estendida a todas e a cada uma das nossas nove ilhas e isso está por cumprir na ilha do Corvo; há uma mais-valia pedagógica e curricular se este ensino pré-escolar for ministrado na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira. Esta é a proposta límpida do PPM.

Toda a argumentação, Sras. e Srs. Deputados, ouvida até agora contra, seja do PSD, seja do PS, seja do Governo Regional através do Sr. Secretário Regional em sede de Comissão, não responde de maneira nenhuma àquilo que está em causa.

Portanto, para já eu faço o seguinte convite: entendam-se, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura porque é que não aprovam, porque as razões apresentadas não querem dizer nada.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Arlinda Nunes.

(*) **Deputada Arlinda Nunes (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos termos do programa do Governo o compromisso do Governo Regional, a prioridade do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é consolidar a universalização do ensino pré-escolar às crianças de três e quatro anos, à semelhança do já concretizado na faixa etária dos cinco anos. Esse é um objetivo alcançado também no Corvo.

Como o Sr. Secretário Regional referiu em audição da Comissão de Assuntos Sociais, concluídas as obras a que esta infraestrutura (referia-se ao Jardim de Infância, o infantário “O Planeta Azul”) será sujeita, a capacidade do pré-escolar aumentará para 30 lugares, sendo 18 deles para a creche e 12 lugares para o jardim-de-infância, o que permitirá garantir o acesso a todas as crianças da ilha do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então é para mudar? É uma questão de tempo!

A Oradora: Considerando que o Sr. Deputado refere que é incompreensível e penalizador para as crianças da ilha do Corvo a não existência de uma sala de educação pré-escolar no edifício da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Sr. Deputado, incompreensível é o que refere, na medida em que a sala do jardim-de-infância da Santa Casa de Misericórdia se situa num espaço contíguo e a escassos metros da referida escola pública.

Aliás, a separação física entre o jardim-de-infância e o 1.º ciclo do ensino básico é uma constatação verificada em vários concelhos da Região, como o senhor bem sabe, sem que por isso fique inviabilizada a planificação e a

execução de projetos conjuntos contextualizados em projetos educativos partilhados.

Felizmente, muitos são os projetos entre as escolas da mesma unidade orgânica, ou mesmo entre unidades orgânicas, ou ainda entre unidades orgânicas e outras entidades da comunidade educativa, que deitam por terra o seu argumento de que a planificação colaborativa e reflexão sobre o método de ensino e a formação dos colegas só é possível entre profissionais que partilham o mesmo espaço físico.

Independentemente da oferta, quer seja pública ou privada, o que realmente prevalece ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não disse isso!

A Oradora: ... é uma lógica de rede regional única que garanta o direito à frequência de todas as crianças açorianas no acesso à educação pré-escolar numa lógica de cobertura integral do território evitando a duplicação de recursos e a criação de valências em áreas onde as necessidades já se encontram satisfeitas.

Neste caso em particular temos uma instituição que trabalha há 25 anos em prol das crianças corvinas. São 25 anos de experiência, de comprovada satisfação por parte dos pais e encarregados de educação daquela ilha por um trabalho dedicado e empenhado em contribuir para a formação de jovens e adultos conscientes, responsáveis e capazes de atingir as metas pessoais e profissionais a que comprometam.

“O Planeta Azul”, como é denominado, tem, pelo reduzido número de crianças existentes, dado resposta competente, seja ao nível de espaços, como de profissionais ao serviço das crianças.

Ainda a este respeito, o programa deste Governo Regional refere que, e passo a citar: “Já é possível na Região Autónoma dos Açores garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas e assegurar que essa frequência se efetue em regime de

gratuidade da componente educativa”, bem como é igualmente necessário, volto a citar, “valorizar as condições de gestão das escolas, reforçando os projetos educativos e pedagógicos dos estabelecimentos inseridos em contextos sociais muito díspares, efetuando-se para tal uma gestão racional dos recursos.” Refere ainda que “a Região Autónoma dos Açores possui uma rede de pré-escolar que cobre a totalidade do território desde meados dos anos 90”, o que é de assinalar.

Realça e bem que este compromisso não tem sido efetuado de forma isolada, mas numa ligação e cooperação entre o oficial e as Instituições Particulares de Solidariedade Social que permitiram de forma mais célere o cumprimento deste importante desígnio: fazer chegar a todas as crianças os primeiros anos de aprendizagem.

Esclarecida que está a garantia do acesso universal também na ilha do Corvo à educação pré-escolar importa interpretar e analisar os considerandos seguintes do Projeto de Resolução apresentado pelo proponente.

Assim, considerando a articulação desejada e referida pelo Sr. Deputado entre o pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a desautorizar o Deputado Iasalde!

A Oradora: ... atendendo à proximidade real e efetiva dos edifícios em questão e consequentemente a proximidade dos profissionais que neles trabalham, é perfeitamente possível, (mais!) é desejável, expetável, a implementação de uma boa articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico da ilha do Corvo. Não existe qualquer impedimento para que isso aconteça.

Para isso, podem e devem os responsáveis superiores hierárquicos das referidas instituições convergir sinergias de modo a que a educadora de infância da Santa Casa da Misericórdia participe e seja membro do Conselho Pedagógico do estabelecimento de ensino da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira na qualidade de membro da comunidade educativa com relevo para o projeto

educativo, conforme previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto.

Pode ainda e também a Sra. Educadora de Infância do Jardim-de-Infância “O Planeta Azul” participar nas reuniões de departamento do 1.º ciclo da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira por forma a inteirar-se dos conteúdos programáticos que nela são trabalhados.

A bem da verdade o principal lema das instituições que trabalham em prol das crianças é o supremo interesse destas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com certeza! Que poético!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Considerando a proximidade real e já referida entre as suas instituições, considerando a autonomia da gestão das escolas, digo-lhe, Sr. Deputado, que tudo o que o senhor referiu como uma articulação desejável da componente educativa, seja ao nível da educação visual, da educação física, educação musical, aulas de inglês e até a componente de educação especial são perfeitamente exequíveis.

Sonho? Isto seria um sonho no Corvo, Sr. Deputado?

Não, isto é uma prática corrente entre a rede privada e a rede pública em outros concelhos, nomeadamente na ilha das Flores.

É perfeitamente exequível concretizar esta interação entre crianças e adultos e entre ambos os espaços, desde que para tal haja boa vontade e espírito de colaboração entre as instituições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso que ele está à espera!

A Oradora: Por fim, mas não menos importante, é necessário ter em conta que a aprovação deste Projeto de Resolução levará a uma duplicação de valências que iria necessariamente obrigar à contratação de uma educadora, seja para o infantário “Planeta Azul”, se a atual concorresse para a Escola Básica ou para a escola, o que significaria uma despesa acrescida, uma vez que a atual corresponde às necessidades verificadas.

Sr. Deputado, não sei se o senhor teve bem a consciência do que disse há bocadinho. O senhor sugeriu, ou pressupôs, que se abrissemos o pré-escolar na escola pública todas as crianças que frequentam o pré-escolar no infantário transitariam para a escola pública e que a Santa Casa ficaria com a valência de creche.

O Sr. Deputado sabe melhor do que eu as implicações que isso teria para a Santa Casa da Misericórdia da ilha do Corvo a nível de contratos de cooperação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Esse é que é o problema! Financiamento da Santa Casa!

A Oradora: A diminuição de 10 crianças na Santa Casa, 10 crianças na ilha do Corvo representam 2% da população.

O valor contratualizado por valência é o resultado do valor padrão pelos serviços protocolados e os serviços protocolados são calculados com base na capacidade instalada e na frequência da instituição, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Porque é que querem esvaziar a Santa Casa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Os senhores é que têm de explicar como é que estão a financiar a Santa Casa!

A Oradora: Retirar 10 crianças daquela instituição seria gravoso, incluindo que colocaria em causa os postos de trabalho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

A Oradora: Quanto aos funcionários situação idêntica se verifica, uma vez que a mobilidade permitida seria sempre provisória, nunca garantido a estabilidade desejada àqueles funcionários, ao invés, iria verificar-se uma duplicação de valências, podendo pôr-se em causa novamente postos de trabalho.

A transição das crianças do infantário para a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira levaria à diminuição da frequência do jardim-de-infância e, como disse, à diminuição, é possível e exetável a diminuição do valor contratualizado.

Pelo acima exposto, não consideramos que a abertura do jardim-de-infância na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira acresça qualquer vantagem à educação do pré-escolar na ilha do Corvo, podendo criar pelo contrário situações desvantajosas, nomeadamente no que concerne à manutenção dos postos de trabalho naquela ilha, pelo que desta forma o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não encontra qualquer mais-valia na aprovação do presente Projeto de Resolução.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar espero que o Sr. Secretário Regional da Educação venha ao debate quando o proponente ainda tem tempo.

Em segundo lugar, quero aqui referenciar aquela que é de facto uma posição absolutamente incompreensível por parte do PS e também da Sra.

Deputada Judite Parreira, que veio aqui ao contrário do PS dizer: “Não! Não! O privado? Temos que proteger o privado!”. Qual é o privado? O edifício é da Região! O dinheiro é da Região! Onde é que está o privado, Sra. Deputada? Onde é que está o privado no âmbito da creche e no âmbito do funcionamento do pré-escolar? Esta questão de um privado que é financiado a 100% com dinheiro público, eu não sei que privado é que é este, Sra. Deputada!

Deputada Zuraída Soares (BE):Muito bem!

O Orador: Em relação ao PS, exatamente o contrário! Então um partido de esquerda, o partido que defende a causa pública, que está no programa que

defende: “pender da administração regional a cobertura total do pré-escolar através da rede pública”. Onde é que fica o Corvo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De fora!

O Orador: Na lua? Eu acho que fica na Região Autónoma dos Açores. Então, universal? Universal é tudo. Se eu percebo há uma coisa do âmbito do significado destas palavras e deste tipo de expressões. Então os senhores vêm aqui? Não. Há duplicação de funções. Porquê? A partir do momento em que o pré escolar, tal como acontece em todo o resto da Região é integrado juntamente com o primeiro ciclo num único projeto pedagógico, o que eu pergunto é se isto é algo que não esteja a acontecer em toda a Região? Está! Então os seus argumentos se fossem aplicados a toda a Região isso significaria que nós teríamos uma componente privada, integralmente paga com dinheiro público e em instalações públicas. Isto é absolutamente incompreensível!

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

O Orador: E os senhores dizem-se do PS e dizem-se de uma esquerda que vem aqui defender este tipo de princípios e este tipo de anacronismos. É evidente que não é isto que está no vosso programa do Governo Regional.

O Sr. Deputado Iasalde, do alto da sua sapiência dizia: “Bem, pedagogicamente nenhuma vantagem!

Deputado Iasalde Nunes (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Nenhuma vantagem!”. Eu disse-lhe aqui que passaríamos a ter professores do ensino especial: nenhuma vantagem!

Deputado Iasalde Nunes (PS): Eu não disse isso!

O Orador: O Sr. Deputado onde é que está? Na pré história? Estas crianças do pré escolar passariam a ter ensino de inglês: nenhuma vantagem, diz o Sr. Deputado! Não vejo nenhuma vantagem! Não há nenhuma vantagem para as crianças!

Educação Visual e Educação Musical: Nenhuma vantagem para as crianças!

Ensinar música com um professor de educação musical que temos na escola:
Nenhuma vantagem!

Oh Sr. Deputado, onde é que o Sr. Deputado está? Qual é a sua visão da escola?

O senhor do ponto de vista do conceito, para as crianças o que é que serve? Um pãozinho de leite, um papo seco e uma aguinha. Já chega! Já estão lá sentadas no pré escolar!

Portanto é este o seu conceito, Sr. Deputado: Nenhuma vantagem, diz o Sr. Deputado!

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Olhe para a cábula!

O Orador: O que eu gostava de dizer aqui, o que é fundamental, é que nestas coisas temos que ser coerentes, temos que ser coerentes! Na Santa Casa funciona um serviço que é pago com dinheiro público, integralmente com dinheiro público, em instalações que são públicas. Onde é que está aqui o privado nesta questão. Eu não quero privados ou então nós estamos aqui em dois campos opostos. Então o PS, é esta a noção que tem de privado? Pagar um serviço com dinheiro público, em instalações públicas, é este o vosso conceito no âmbito da educação? Então encontramos-nos de facto em dois locais completamente diferentes do ponto de vista daquele conceito que temos para a educação dos Açores.

Para já, porque quero ficar com alguns minutos para o Sr. Secretário Regional da Educação, termino esta intervenção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu não disse isso, eu não disse que não havia nenhuma ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Disse, disse!

O Orador: Não disse não senhor! Não disse isso! Não disse! E eu vou ler ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não vale a pena!

O Orador: Eu não me importo de ler porque pelo menos aquilo que está escrito normalmente não tem falhas, enquanto aquilo que nós falamos ...

Eu nem sequer falei em professor de música. Onde é que eu falei em Professor de Música?

O que eu disse foi: “em relação às atividades com todos os professores que o Sr. Deputado mencionou, essas são perfeitamente possíveis e basta uma colaboração entre as instituições, aliás tem havido algumas dessas iniciativas e o Sr. Deputado pode ir ao site da Santa Casa da Misericórdia e vai ver que tem havido iniciativas da própria Escola Mouzinho da Silveira com a Santa Casa e com o Jardim de Infância”: Está a perceber? Foi isso que eu disse.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** *(Avelino de Meneses):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para assegurar a igualdade de oportunidades e para garantir percursos escolares de sucesso, a educação pré escolar assume uma importância extraordinária no sistema educativo.

Com efeito é a educação pré escolar que melhor diminui, senão anula mesmo, as assimetrias de desenvolvimento entre crianças devidas aos diversos estatutos sociais e económicos das respetivas famílias.

No Corvo desde 1990, com autorização da Direção Regional de Educação, a educação pré escolar é ministrada no jardim de infância “Planeta Azul”,

pertença da Santa Casa da Misericórdia. Inclusivamente, o edifício disporá em breve de instalações reabilitadas que quase duplicarão a sua capacidade, pois passará a contar com 30 lugares – 18 na creche, 12 no jardim de infância – quando hoje já responde às necessidades da população corvina, albergando menos crianças.

Esta intervenção de que vos falo, inscrita na Carta Regional de Obras Públicas, á foi publicitada em Diário da República, correspondendo a um investimento de 415 370 euros, que se prolongará em obra por dez meses a cargo da Secretaria Regional da Solidariedade Social.

Nos Açores em matéria de educação pré escolar, o Corvo não constitui propriamente um caso de exceção, muito menos de discriminação, acima de tudo porque no arquipélago as redes da educação pré escolar pública e privada cooperativa e solidária, foram criadas numa lógica da rede regional única, que garante a frequência de todos, isto é a universalidade nas mesmas condições para todos, isto é pela prática de gratuidade.

Além disso a rede pública e a rede particular cooperativa e solidária, funcionam à luz do cumprimento dos mesmos princípios orientadores que promovem o desenvolvimento pessoal da criança, atentando na experiência do convívio democrático, também no incentivo à participação das famílias no processo educativo.

De resto, o funcionamento em separado do pré escolar e do ensino básico, ocorre em muitas localidades de diversas ilhas sem evidência e inconveniência.

Chegado aqui impõe-se que seja muito, muitíssimo claro, provada que está a oferta de educação pré escolar a todas as crianças corvinas, nada se alterará porque nada existe para alterar, quer isto significar que o Governo não procederá à oferta curricular de educação pré escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, independentemente do que alegadamente possa ter sido escrito em contrário e também não deve ter sido assumido nenhum compromisso oficial.

O Governo não agirá porque não tem de agir e porque não deve agir. Se o fizesse estaria desnecessariamente a promover a duplicação de valências, quando as necessidades estão plenamente satisfeitas e se eu o fizesse enquanto Secretário Regional da Educação e Cultura, estaria a promover a irracionalidade e o desperdício na gestão de recursos humanos, técnicos e financeiros. Esse não é propriamente o meu registo.

Entre as alegações a favor da introdução do pré escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, o PPM invoca a vantagem pedagógica, resultante do funcionamento sob o mesmo teto da educação pré escolar e do 1.º ciclo do ensino básico que poderiam articular programas e iniciativas.

A propósito, convirá recordar que em muitas localidades de diversas ilhas, ambas as valências decorrem em separação sem a revelação de prejuízo pedagógico.

A propósito, convirá ainda recordar que no pequeno universo do Corvo, os edifícios da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira e da Santa Casa da Misericórdia, são naturalmente vizinhos, são mesmo contíguos e assim o estabelecimento de cooperação entre a educação pré escolar e o primeiro ciclo do ensino básico, depende exclusivamente da vontade dos profissionais de ambas as partes.

Estou certo de que esta vontade existe e existirá de que é procurada e de que será procurada. Sendo assim, a alegada urgência pedagógica cai efetivamente por terra.

Esta proposta de introdução da educação pré escolar na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, implica ainda custos humanos e financeiros bem reais que o bom senso desaconselha para a proteção do emprego dos funcionários da Santa Casa também para a salvaguarda de recursos públicos.

Vamos por partes: comecemos pela proteção da estabilidade profissional dos funcionários da Santa Casa. Ao contrário do que propõe a Representação Parlamentar do PPM, a lei não permite a transição simples de docentes ou

assistentes do quadro da Santa Casa da Misericórdia do Corvo para o quadro da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira.

Não é uma questão de vontade política ou de falta dela, é uma questão de impossibilidade jurídica.

Nestas circunstâncias a abertura da educação pré escolar na escola ameaça pelo menos o emprego de parte dos docentes dos funcionários da Misericórdia, caso esta instituição mantenha como pode manter a valência pré escolar.

Nestas circunstâncias a abertura da educação pré escolar na escola pode mesmo provocar a destruição do emprego dos docentes e funcionários da Misericórdia, caso esta instituição abdique da valência pré escolar.

A questão parece-me muito simples: a lei estabelece o mecanismo do concurso por meio exclusivo de transição de docentes entre quadros e por meio quase exclusivo de transição e assistentes entre quadros, só neste caso passível da substituição mas sempre provisória, por uma cedência de interesse público por um ano renovável na eventualidade da concertação de uma diversidade de vontades, isto é, das instituições envolvidas e do próprio Governo.

Pormenorizemos um pouco mais, comecemos pelos docentes: o Estatuto da Carreira Docente que regula a atividade profissional dos educadores e dos professores desde o pré escolar até ao secundário, estabelece que o concurso é o processo normal e obrigatório de recrutamento e de seleção de pessoal docente para o sistema educativo regional.

Desta forma, um qualquer lugar e educador de infância aberto na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, só poderá ser provido de duas maneiras, ou através de um concurso interno de provimento ao qual seria opositores somente os docentes já titulares de um lugar de quadro, numa escola da rede pública, ou em alternativa através de um concurso externo de provimento ao qual seriam opositores também os educadores da Santa Casa da Misericórdia do Corvo, se devidamente habilitados, mas em igualdade de circunstâncias com uma infinidade de candidatos.

Trocando tudo isto por miúdos é caso para se dizer que somente um capricho da sorte e daqueles que jamais acontecem, poderia viabilizar a transição de educadores entre a Santa Casa e a escola na Ilha do Corvo.

Passemos ao pessoal assistente: a lei geral do trabalho em funções públicas só admite a figura da mobilidade por cedência de interesse público na transição de funcionários entre instituições.

Mesmo assim como foi dito atrás por um ano, embora renovável mas sempre dependente da existência de cabimento de verba, de parecer favorável das entidades envolvidas e de autorização governamental superior.

De resto, é também o procedimento concursal que faculta a transição definitiva de funcionários entre serviços.

Dito isto, é justo acrescentar que destituída de qualquer vantagem a iniciativa parlamentar do PPM, acarreta um perigo para o Corvo e para os corvinos, esse perigo dá pelo nome de desemprego, uma autêntica calamidade num universo social tão pequeno e tão frágil.

Voltemos um pouco atrás.

Disse e mantenho que esta proposta ameaça a boa gestão de recursos públicos.

Tenho todas as razões para pensar que a aprovação desta proposta poderia reabrir agora com alguma propriedade a questão da ampliação da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira, algo recente de uma recompartimentação de espaços, realizado a contento de todos, inclusivamente do seu Conselho Executivo que o manifestou através de correspondência oficial remetida à Secretaria Regional da Educação e Cultura e se a recompartimentação de espaços custou 156 mil euros, uma ampliação que no mínimo exigiria a abertura de alicerces, levantamento de paredes e a colocação de um teto custaria certamente muito mais.

O bom senso obriga a que os governos, todos eles, a que os políticos e também os Deputados, todos eles, sejam, efetivamente responsáveis na aplicação de recursos que são de todos nós.

Em suma, no Corvo as crianças que frequentam o jardim de infância estão muito bem servidos pelo “Planeta Azul”, pertença da Santa Casa da Misericórdia e que dentro em breve disporá até de instalações melhoradas.

A universalidade da admissão, a gratuidade da frequência e a qualidade do exercício não aconselham qualquer mudança ainda por cima necessariamente traduzida em acréscimo de despesa pública e em revelação e instabilidade laboral.

Neste contexto um qualquer propósito de mudança não é seguramente filho de um consistente projeto político, muito menos de um elevado grau de responsabilidade.

Esta discussão poderia ter tido uma vantagem, mas não teve. Teria sido vantajosa se houvesse colocado a ênfase na relevância da educação pré escolar, quando já se justifica que passe de optativa a obrigatória, a começar necessariamente aos três aos três anos, quiçá até antes.

Muito obrigado.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, a referência que fez à hora de almoço, confesso que não a compreendi, mas também não vou pedir que explique.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Cansaço!

A Oradora: A senhora lá saberá do que é que está a falar.

Compreendo que o que a move é uma questão ideológica. É o facto de se tratar da existência de ensino pré-escolar privado na ilha do Corvo e tudo o que seja ensino privado ou particular a horroriza. Compreendo isso.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): O grande capital!

A Oradora: Só que para o PSD isto é uma questão de coerência, coerência com os seus princípios.

Se o ensino privado funciona bem, não há necessidade de interferência do ensino público e funciona bem com certeza, porque eu lembro-lhe, Sra. Deputada, que nestes quase quatro anos (não tenho conhecimento do que se passava anteriormente, porque não estava cá) que estou nesta Casa não me lembro de alguma vez nos ter chegado alguma queixa dos encarregados de educação das crianças da Ilha do Corvo relativamente ao funcionamento do pré-escolar naquela ilha.

Mesmo assim, ainda tivemos o cuidado de contactar os pais de lá para ter a certeza de que estava tudo bem e o que nos chega é efetivamente isso de que não há qualquer anomalia a registar.

Isso não desobriga, no entanto, o Governo Regional, de cumprir com as suas obrigações, porque é quem tem competência para isso, que é fiscalizar o funcionamento, quer do ponto de vista pedagógico, quer do ponto de vista da segurança. É isso que nós propomos que o Governo Regional cumpra escrupulosamente.

Relativamente àquilo que está plasmado no Programa do Governo, sim. Entendemos que os corvinos foram enganados, agora nem vou dizer mesmo induzidos em erro. Os corvinos foram enganados, porque se está lá escrito e não é cumprido então significa que houve aqui um engano.

Deputado André Bradford (PS): Deve ser por isso que não conseguem ter candidatos no Corvo!

A Oradora: Agora, Sra. Deputada, isso não significa que nós concordemos com o que está lá. Porquê? Porque o programa é do PS, não é nosso, e nós não concordamos com tudo o que está no Programa do Partido Socialista, o que não quer dizer que quem promete fazer não cumpra. Isso são coisas totalmente diferentes.

Portanto, se está no programa deve ser para ser cumprido, com certeza.

Quanto ao sentido de voto, a Sra. Deputada também precipitou-se, porque eu jamais disse aqui que iríamos votar contra.

Deputada Zuraida Soares (BE): É tudo para mim?

A Oradora: Isto é para si, porque a senhora também falou comigo. E tenho mais para dizer ainda, ainda não acabei.

Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu sei que está ao telefone, mas precisava que me ouvisse, porque agora fui eu que fiquei confusa. Francamente, eu não percebi.

Então o Sr. Deputado não está a propor que o Governo cumpra com aquilo que está no programa e que crie o ensino pré-escolar público na Ilha do Corvo? Não é isso que está a propor?

Então é porque o que existe é privado. Não sei qual é o seu espanto...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Privado em termos de gestão!

A Oradora: ... de eu dizer que se tratava de ensino privado.

Se não é público, é privado. Ou então é o quê?

Relativamente ao que disse o Sr. Secretário apenas uma coisa a dizer:

Eu bem sei que o Sr. Secretário não esteve na elaboração do Programa do Governo, que não está desde o início nesta Casa, mas quando se fala de duplicação de valências, Sr. Secretário, o Partido Socialista quando cria o seu Programa, antes dele ser sufragado e foi sufragado, já sabia que havia apenas uma valência na Ilha do Corvo e que era para o pré-escolar e que era privado.

Portanto, quando se fala aqui da duplicação de valências, isso já era do conhecimento do Partido Socialista.

Portanto, não pode agora vir dizer que não pode criar porque há uma duplicação de valências. Então não deveria ter posto isso sequer em causa e deveria ter automaticamente excluído a Ilha do Corvo, porque ao não o fazer, das duas uma: ou está a enganar os corvinos, porque tem lá plasmado uma coisa que não foi feita, ou então não considerava que o Corvo fizesse parte do arquipélago dos Açores. Das duas, uma!

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Vamos ter que aprofundar este assunto e ir por caminhos ainda não navegados.

Por isso, Sr. Secretário Regional da Educação, “ah! Funciona muito bem! Estou aqui a garantir”.

Então faça o favor de dizer quantos projetos educativos vindos do pré-escolar, neste caso, foram entregues na Secretaria Regional da Educação? Faça o favor de me dizer isso.

É porque nós temos por exemplo um documento, que é a Carta Educativa, feita pelo município, onde diz que não constam projetos educativos elaborados por aquela casa.

Então o senhor garante a qualidade e não viu os documentos? – Sr. Secretário, primeira questão.

Segunda (vamos continuar por caminhos ainda não navegados):

Quantas sinalizações em termos das necessidades educativas especiais foram realizadas pelo pré-escolar? Quantas sinalizações de alunos com necessidades educativas especiais?

Essa posso poupar-lhe. Nenhuma!

Mas temos muitas dificuldades no 1.º Ciclo e temos muitas sinalizações de necessidades educativas especiais no âmbito do 1.º Ciclo. Isto deve ser feito e deve acompanhar o processo dos alunos do pré-escolar para o 1.º Ciclo e não há nenhuma sinalização.

Portanto, Sr. Secretário, o senhor está a falar daquilo que não sabe, daquilo que não fiscalizou e daquilo que veio para este debate com a obrigação de saber, de dizer “nós garantimos a qualidade do projeto educativo”.

Ficam essas duas referências a esses dois documentos em relação àquilo que é a sua responsabilidade, que é a fiscalização da qualidade do projeto educativo que está a ser desenvolvido naquela escola. Isso é da sua responsabilidade e o senhor não sabe. O senhor não sabe, o senhor não fiscalizou.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas o PSD já fiscalizou!

O Orador: Em segundo lugar: de quem é o edifício? De quem é o edifício? De quem é o edifício, Sr. Secretário?

O senhor diz: vamos ter que construir um novo edifício.

Sabe uma coisa: o senhor é muito crítico do sistema parlamentar. Mas sabe uma coisa que é fundamental? Uma coisa que é fundamental é seriedade nos argumentos que são apresentados.

O senhor sabe que durante muitos anos o pré-escolar funcionou num edifício que é da Região, Sr. Secretário.

Portanto, o senhor não precisa de construir novos edifícios, porque o pré-escolar esteve a funcionar num edifício que era da Região, outro argumento perdido, outro argumento que não corresponde à realidade.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é tudo ideológico!

O Orador: Dizia-me a Sra. Deputada Judite Parreira... Sra. Deputada Judite Parreira, vamos lá ver uma coisa entre privado e público. Vamos ver se nos entendemos, porque penso que é a posição do PSD também.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É a viragem à esquerda!

O Orador: Eu defendo o privado, mas se for feito com dinheiro privado. Defendo a gestão privada de algo que seja executado com dinheiro privado.

Eu não posso é concordar que exista uma gestão privada...

Deputada Zuraída Soares (BE): Paga com dinheiros públicos!

O Orador: ... paga com dinheiros públicos.

Eu penso que o PSD também não defende isso, porque isso é exatamente o sistema que o Partido Socialista montou em toda a Região, que é um privado

totalmente dependente de dinheiros públicos e totalmente controlado por dinheiro públicos.

Privado, sim! Gestão privada, sim! Mas com dinheiro privado e não com dinheiro público.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Em segundo lugar, vamos para outra questão:

Já falámos aqui da questão do edifício. O edifício é da Região. Portanto, não vamos ampliar.

É um falso argumento.

Já aqui falámos na qualidade pedagógica. Eu quero ver o projeto educativo, e porque na carta educativa não aparece.

Sr. Secretário, o senhor leu alguma coisa que não estava na Carta Educativa?

Depois, outra coisa que eu há pouco estava a dizer, que é a vantagem de ter sido professor naquela escola. É porque os alunos, de facto, chegam ao 1.º Ciclo com hábitos que evidenciam perfeitamente que ainda não se encontram, que ainda não têm determinados hábitos de trabalho, nem têm desenvolvimento do ponto de vista de hábitos de trabalho mais adequado e que nós podíamos atingir.

Portanto, em relação a essa qualidade o senhor não tem documentos, o senhor não tem análise, o senhor não tem relatórios que comprove aquilo que veio aqui dizer. O senhor não tem nenhum relatório em relação a essa matéria.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem o PSD!

O Orador: O senhor não tem nenhuma informação, mas eu tenho e estou a dizer-lhe que existem graves problemas do ponto de vista do funcionamento pedagógico.

O Sr. Deputado Iasalde tem que regressar, são as nossas questões do Corvo.

O Sr. Deputado Iasalde dizia (tenho aqui as suas frases): “este projeto não faz sentido, as questões que aqui foram levantadas pelo Projeto do PPM não trazem nada de novo”.

Então, eu acabei de explicar. Traz a colaboração do professor de educação especial, que traz a colaboração do professor de educação musical, que traz a colaboração do professor de inglês.

Então para o senhor isto não conta?

Eu pergunto-lhe: qual é a sua matriz de funcionamento? É que o senhor em termos de ensino deve estar no séc. XIX, Sr. Deputado.

Deputado Iasalde Nunes (PS): Isso não está no projeto!

O Orador: Portanto, estas são as questões.

Última questão: o Sr. Secretário Regional, devia ter tido o cuidado, porque sei que é um investigador metuculoso. Mas então também devia colocar essa análise metuculosa do ponto de vista dos projetos.

Então no projeto eu abro aspas e digo assim: “a absorção total ou parcial, admitindo que haja educadoras de infância que pretendam ficar no ensino privado nas valências de creche e ATL das educadoras do particular pela rede pública”. Quem é que escreveu isto? Fui eu? Fui eu que escrevi isto? Eu abri aspas e fiz a referência.

Programa do Governo Regional!...

Programa do Governo Regional, Sr. Secretário!

Não foi o PPM que escreveu isto.

Portanto, este mecanismo, que o senhor agora considera que é impossível, está no Programa do Governo Regional, votado por V. Exas..

O senhor não me venha dizer: “eu não faço parte do Governo Regional”.

Está sentado desse lado. Jurou com certeza cumprir aquilo que está no Programa do Governo (não é?). O senhor tem responsabilidades políticas e o senhor não pode cometer também (deixe-me dizer-lhe isso) essa deslealdade com os seus companheiros de Governo, porque isto não foi escrito pelo PPM.

Esta é uma situação de uma solução que está no Programa do Governo. Está no Programa do Governo, Sr. Secretário!

O que quer que eu lhe diga sobre esta questão?

Não é possível. Foram os senhores que a escreveram!

Não é possível?

Foram os senhores que a redigiram!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É inevitável dirigir-me diretamente à Sra. Deputada Judite Parreira, até porque ela teve a gentileza de o fazer praticamente durante toda a sua intervenção dirigindo-se a mim.

Deputada Judite Parreira (PSD): Tive de responder!

A Oradora: Sra. Deputada, eu queria começar por dizer o seguinte:

Eu pessoalmente dispensava a deselegância da sua introdução e preferiria que a senhora se tivesse concentrado em aprimorar a argumentação, porque a Sra. Deputada continuou, em nome do PSD, a fazer a espargata e a defender e o indefensável.

Quando a senhora diz que o nosso posicionamento é ideológico, eu digo-lhe assim, é! E o vosso? É demagógico.

Eu prefiro o meu ideológico ao vosso demagógico, e vou também explicar-lhe porquê?

O PSD quer o privado pago com os dinheiros públicos, aliás foi isso que fez durante os quatro anos de governação PSD/CDS da República, foi depauperar a escola pública em todos os níveis de ensino até deixar exaurida gastando centenas de milhões nos colégios privados e nem preciso fazer um desenho porque isso é notícia pública em tudo o que quanto é comunicação social deste país.

E a senhora quer pegar nesse modelo e trazê-lo para a Região Autónoma dos Açores e tem um aliado, Sra. Deputada. Fico contente. Tem o Partido Socialista do seu lado!

O Partido Socialista está do seu lado. Não se zangue.

É assim: a senhora quer o privado à custa dos dinheiros públicos e o PS quer garantir a manutenção e a salvação da Santa Casa da Misericórdia, custe o que custar.

Portanto, a vossa argumentação vai no mesmo sentido. O resultado é exatamente o mesmo. Continua a ser o dinheiro de todos a pagar o privado, os empreendedores da Região, que sem o dinheiro de todos não fariam coisíssima nenhuma.

Portanto, Sra. Deputada, fique com a sua demagogia.

Eu fico com a minha ideologia e ficamos as duas bem

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não! A ideologia carregada com demagogia!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Eu vim a debate novamente pelas declarações, por aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse, que eu acho, sinceramente nem parece palavras suas.

Em relação às atividades do jardim-de-infância do Planeta Azul, eu vou provar já aquilo que o senhor disse, porque o senhor disse que para mim era o suficiente o leitinho e as sandesinhas para as crianças.

Eu acho que isso é desrespeito pelos funcionários daquela instituição, sinceramente.

Eu acho que é um desrespeito para os funcionários.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É a si!

O Orador: “Não é a si”, não senhor.

Só nós últimos três meses, e isso são exemplos, são pequenos exemplos:

“Escolas do Corvo recebem campanhas SOS Cagarro.

O Parque Natural do Corvo, no âmbito do Programa SOS Cagarro, promoveu ações de sensibilização junto dos alunos da Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira e da Creche e Jardim-de-Infância Planeta Azul”.

Eu não me vou alargar em relação a isso, mas tenho mais exemplos.

“Na passada semana (isso foi em março, ou seja, já este mês) os alunos do 3.º Ciclo da Escola Básica Mouzinho da Silveira fizeram uma visita surpresa aos pequenos do Jardim-de-Infância Planeta Azul. A ideia foi construir em conjunto duas caixas de ninho para colocar na árvore do Jardim-de-Infância para que os mais pequenos possam observar as aves que ali vão fazer ninho”.

Isso não são atividades, Sr. Deputado?

Está a rir-se?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é para rir!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor ainda percebeu!

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Não! Temos aqui outra atividade.

“No seguimento da calmaria do mar do Corvo nada melhor do que dar a conhecer aos meninos e meninas da Creche Planeta Azul algumas das espécies de peixe características dos Açores, em especial que se capturam na Ilha do Corvo”.

Isso foi uma outra atividade que fizeram, entre festas, em conjunto com os idosos, entre uma série de atividades que essa instituição faz e eu acho que sinceramente fica-lhe muito mal dizer que as únicas atividades que o Planeta Azul faz é dar uma sandesinha e um copo de leite às crianças.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão não gosta da Santa Casa!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu não lhe vou deixar passar essa. O senhor está a mentir.

Eu não disse que as atividades eram essas e não atribui isso à Santa Casa. Eu disse-lhe é que para si, de acordo com o seu discurso, esse é era o ensino adequado.

Eu falei em professor de inglês, Sr. Deputado. Eu não estou a falar em jogos de legos, eu não estou a falar em brincadeiras.

Eu estou a falar-lhe em professor de inglês, estou a falar num professor de música, estou a falar num professor de educação especial, estou a falar-lhe na melhoria das valências pedagógicas daquela instalação.

Não brinque aqui.

Estamos a falar do pré-escolar, mas o Sr. Deputado não pode imitar as brincadeiras que nós estamos a fazer referência em relação aos alunos e àquele grupo etário.

Portanto, o senhor não brinque, porque o que eu lhe estou a dizer, estou a falar-lhe de valências que o pré-escolar não tem e que nós no Corvo poderíamos dar, podíamos atribuir sem duplicações, como o Sr. Secretário há pouco dizia.

Duplicações porquê? Se o pré-escolar passa a funcionar na escola o Governo Regional com certeza não tem que continuar a pagar o pré-escolar noutras instalações, instalações que são também públicas e dinheiros que são também públicos.

Duplicação porquê, Sr. Secretário?

Portanto, o que nós temos aqui e o que eu estou a defender, respeitando o trabalho de todos, é que os alunos do Corvo tenham acesso a tudo o que

merecem, a todas as valências que nós temos naquela ilha e que lhes podemos dar, e que não são dadas, não são atribuídas e não são desenvolvidas por culpa do Partido Socialista e deste Governo absolutamente retrógrado nesta matéria.

Deputada Cecília Pavão (PS): Não é verdade!

O Orador: Portanto, neste sentido, o que eu estou a defender... E digo-lhe uma coisa, Sr. Secretário:

O Sr. Secretário disse-me: aqueles que muito aqui já me disseram ao longo destes oito anos. “Isso nunca vai acontecer”. Disseram-me isso a respeito do Museu. “Isso nunca vai acontecer”. Disseram-me isso a respeito do ensino secundário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: “Isso nunca vai acontecer”. Foi essa a resposta que eu tive durante muito tempo.

Aliás, em relação ao pré-escolar que se pagava no Corvo, que todos tinham que pagar e disseram-me “isso nunca vai acontecer”.

Sr. Secretário, tudo isso já aconteceu.

Eu vou garantir-lhe o seguinte: Eu vou garantir-lhe que o Corvo vai ter ensino pré-escolar público.

Eu posso garantir-lhe que eu não saio deste Parlamento sem que esse objetivo esteja atingido.

Portanto, o senhor pode ter a certeza absoluta, e deixo aqui uma profecia, no prazo de menos de um ano este objetivo estará concretizado, Sr. Secretário.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Qual é a casa que o senhor vai vender desta vez?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Muito rapidamente dois ou três esclarecimentos suscitados pelas intervenções que foram feitas, particularmente pelas intervenções que foram feitas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Em primeiro lugar, o projeto educativo da educação pré-escolar do Planeta Azul, no Corvo, está aprovado pela Direção Regional da Educação.

Segunda questão:

Em toda a Região os professores de educação especial do ensino público colaboram com instituições do ensino particular, do ensino cooperativo e do ensino solidário, na sinalização de crianças com necessidades educativas especiais e na criação de programas próprios de intervenção.

Claro que depois não fazemos o acompanhamento. Pertence, portanto, às instituições.

Todavia, no pequeno universo do Corvo, creio que com boa vontade poderíamos ir mais longe.

Terceiro esclarecimento, e a questão foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, também de certa forma pela Sra. Deputada Judite Parreira:

Prende-se com as inspeções que o Governo Regional faz ou não faz ao ensino particular, solidário e cooperativo.

Posso dizer-vos que no ano passado, de 2014/2015, em matéria e pré-escolar, foram inspecionadas pela Inspeção Regional da Educação oito instituições.

Na Terceira, o Jardim-de-Infância o Carrocel, o Jardim-de-Infância o Ninho, o Jardim-de-Infância da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, o Jardim-de-Infância Divertiláxia;

Em São Miguel, o Jardim-de-Infância Casa Centro de Apoio Social e Acolhimento e o Jardim-de-Infância os Traquinas;

No Pico, o Jardim-de-Infância do Centro de Apoio à Crianças da Candelária;

Em São Jorge, o Jardim-de-Infância o Roseiral.

Na sequência destas inspeções foram detetados pontos fortes e pontos fracos.

Entre os pontos fortes, o cumprimento das orientações estipuladas para o nível de ensino em causa; as bastas evidências dos trabalhos realizados pelas crianças traduzidos geralmente em desenhos, pinturas, colagens, etc.; a superintendência das instituições por uma direção técnico-pedagógica; a existência de documentos pedagógicos estruturantes, por exemplo projeto educativo, projeto curricular, plano individual de atividades; a existência de pessoal devidamente habilitado; um horário de funcionamento abrangente e a oferta de atividades de tempos livres mesmo em período de férias.

Entre os pontos fracos, a pouca estabilidade, muitas vezes verificada no exercício do cargo de direção técnico-pedagógica que nem sempre acompanha a vigência do projeto educativo durante os três anos; alguma deficiência no funcionamento de órgãos de ação pedagógica, nomeadamente o Conselho Pedagógico; alguma insuficiência na articulação entre o projeto educativo, o projeto curricular e o Plano Anual de Atividades; alguns sinais de envelhecimento e degradação de alguns edifícios.

Na conclusão, o balanço da Inspeção Regional da Educação foi fracamente positivo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Para terminar, tudo aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu, e bem, em benefício dos alunos que frequentam o pré-escolar no Corvo, tudo isso, Sr. Deputado, pode fazer-se hoje mesmo, pode fazer-se hoje mesmo com cooperação. Nesse capítulo o Corvo é efetivamente um terreno privilegiado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra. Dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Eu quando digo aqui qualquer coisa nesta câmara digo com absoluta convicção que estou a dizer a verdade. A verdade!

Por isso não quero que fique nenhuma dúvida:

Diga-me, esse projeto educativo foi assinado? Foi visto? Quando?

Deputado André Bradford (PS): Lá vai começar o inquérito policial.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É a minha palavra que está em causa.

Esse projeto educativo foi assinado, foi aprovado, quando?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Arlinda Nunes tem a palavra.

(*) **Deputada Arlinda Nunes (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O acesso universal à educação pré-escolar que se falou aqui e que se afirmou é pugnar para que todas as crianças possam ter o direito ao acesso à educação pré-escolar, aliás como está legalmente instituído pela Lei-quadro da Educação Pré-Escolar em que define que as redes da educação pré-escolar são constituídas por uma rede pública e uma rede privada, complementares entre si, visando a oferta universal e a boa gestão dos recursos públicos.

Na Ilha do Corvo isto também acontece desde a década de 90.

O Corvo tem acesso à educação pré-escolar. Estão criadas as condições de acesso a essa educação, nomeadamente pela gratuidade da componente educativa.

A ampliação da Santa Casa da Misericórdia:

A Santa Casa tem assegurado, e com as consequentes obras de requalificação e ampliação, e melhor assegurará excelentes condições de convívio e de aprendizagem às crianças que lá frequentam aquela instituição.

Os objetivos gerais e pedagógicos da educação pré-escolar são exatamente os mesmos para toda a rede da educação pré-escolar, seja ela pública, seja ela privada, baseando-se nos mesmos documentos orientadores preconizados na lei que referi acima.

Para tal, todos os jardins-de-infância do sistema educativo regional devem seguir e seguem as orientações curriculares da educação básica e no referencial no âmbito da educação pré-escolar do currículo regional da educação básica.

Não podem acontecer graves problemas do ponto de vista pedagógico no Corvo, Sr. Deputado. Não podem. Como é que o senhor diz que estão a acontecer graves problemas pedagógicos naquela ilha? Não podem. Porquê? Qual a razão deles acontecerem?

O Sr. Deputado tem estado a insistir numa coisa que eu já lhe tinha respondido. Toda a articulação, que é vantajosa existir ao nível de projetos conjuntos entre a rede privada, entre a Santa Casa da Misericórdia e a Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira são possíveis de concretizar, são desejáveis que se concretizem, é estabelecimento de sinergias, de parcerias e pode ser perfeitamente viável, exequível a frequência da educação visual...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não diga asneiras!

A Oradora: ... da educação física, da educação musical. O senhor sabe que é verdade, isto acontece na Ilha das Flores. Por que é que não acontece no Corvo, Sr. Deputado? Porquê? Diga!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leia o Estatuto da Carreira Docente!

A Oradora: Sr. Deputado, isto acontece na Ilha das Flores, está previsto na lei. O senhor pode, a escola tem autonomia suficiente para interagir articuladamente com a rede privada, podem fazer, elaborar, concretizar e implementar projetos conjuntos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Leia o Estatuto da Carreira Docente, Sra. Deputada!

A Oradora: Pelas suas especificidades uma pequena comunidade onde todos se conhecem, Sr. Deputado, um meio privilegiado de sã convivência intergeracional onde tudo fica perto, onde se convive lado a lado com todas as instituições públicas e privadas e com todas as atividades que praticam naquela comunidade, têm de constituir no seu conjunto um meio facilitador de excelência para contribuir para uma aprendizagem profícua, sólida e benéfica para as crianças e jovens da Ilha do Corvo.

Não se pode compreender, portanto, muito menos aceitar, que considere questionável esta interação desejável, adequada e a consequente transição entre as crianças da educação pré-escolar e o 1.º Ciclo do ensino básico, como também uma relação privilegiada entre toda a comunidade escolar.

Estamos a falar, Sr. Deputado, de dois edifícios que estão separados por escassos metros.

Os jardins-de-infância da rede privada elaboram projetos pedagógicos, segundo as orientações curriculares da educação pré-escolar definidas por lei.

Naturalmente, aliás como o Sr. Secretário acabou de confirmar, a educadora de infância da Santa Casa da Misericórdia tem um projeto pedagógico para aquela instituição como acontece nas demais.

Naturalmente que com boa vontade de ambas as partes, a educadora de infância da Santa Casa da Misericórdia poderá fazer parte do Conselho Pedagógico daquela escola dando o seu contributo para a elaboração do projeto educativo.

Naturalmente que toda a comunidade escolar tem todo o interesse em proporcionar uma interação adequada e benéfica entre a educação pré-escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Não se compreende o que leva o Sr. Deputado a insistir nesta ideia. Como o meu colega já referiu a população do Corvo está satisfeita, sempre estiveram satisfeitos, aliás, não há qualquer notícia pública contrária, seja por notícias, seja até por qualquer reivindicação como a Sra. Deputada Judite Parreira bem referiu, não existiu qualquer tipo de reclamação ou de queixa em relação a isto. Estão satisfeitos com o espaço, estão satisfeitos com os profissionais, estão satisfeitos com os métodos educativos praticados naquela ilha.

O Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional sentem-se tranquilizados por verificar e sentir que esta satisfação é patente na Ilha do Corvo e é uma realidade e sobretudo estamos conscientes e convictos de que está salvaguardado o que mais importa: o supremo interesse da criança, a qualidade da aprendizagem e da educação e ensino ministrados naquela ilha.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária Regional:

Para responder diretamente à questão que, em encurta, foi levantada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado, todos os anos a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Educação, tem aprovado os projetos educativos da Santa Casa da Misericórdia do Corvo.

Agora, em que dia, em que hora, minuto, segundo, o último que foi aprovado isso é irrelevante.

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não pode ser!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estes projetos educativos não constam da Carta Educativa, não foram entregues.

Eu considero que a informação que tenho é uma informação correta. A outra informação vamos verificar a veracidade desses documentos e dessa troca de informação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 18 abstenções do PSD.

Está assim encerrado este ponto. Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18.

Eram 17 horas e 39 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares, precisamos de quórum para reiniciar os trabalhos.

Eram 18 horas e 09 minutos.

Entramos no ponto 3 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 154/X – “Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, PCP e PPM.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes cada Grupo e Representação Parlamentar tem mais cinco minutos ao tempo habitual do processo legislativo comum, uma vez que esta é uma iniciativa subscrita por mais de um partido.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Alerto apenas que esta é uma proposta de substituição integral que já foi distribuída por todos. É esta que vai ser apresentadas, depois debatida e posteriormente votada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor da pesca nos Açores vive momentos de incerteza e de profunda crise. Em algumas comunidades piscatórias vivem-se mesmo situações de verdadeira emergência social.

De entre os muitos problemas com que o setor se depara surgem com destaque os baixos rendimentos e os problemas de sustentabilidade dos recursos.

Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca são dois objetivos centrais que uma verdadeira política regional de pescas, se existisse, devia e deve almejar.

É nesse contexto que surge este Projeto de Resolução subscrito por todos os partidos da oposição neste Parlamento. Procuramos dar um contributo para garantir um presente ao setor com rendimentos dignos e, sobretudo, um futuro que queremos sustentável para um setor de grande importância económica e social na nossa Região.

Os problemas relacionados com a sustentabilidade dos recursos piscícolas na Região são cada vez mais notórios e preocupantes. Não é possível nem desejável esconder mais este problema.

Nos Açores os problemas de sustentabilidade colocam-se com maior ênfase ao nível das principais espécies demersais costeiras com grande relevância no rendimento da fileira da pesca e algumas correm sérios riscos de esgotamento se medidas precaucionárias não forem urgentemente tomadas.

Perante esta situação é determinante que a Região defina e implemente, em parceria com o setor e com a Universidade dos Açores, planos de salvaguarda para estas espécies que procurem garantir a sua sustentabilidade e simultaneamente assegurar os rendimentos da pesca.

Apostar no presente em planos de salvaguarda para algumas espécies piscícolas, reduzindo o esforço de pesca e assegurando os rendimentos da pesca, não pode ser encarado como um gasto mas sim como um investimento que visa garantir o futuro da pesca nos Açores.

Este é mesmo, no nosso entendimento, o investimento central e prioritário deste setor, ao qual faz todo o sentido alocar os respetivos meios financeiros. Muitos outros investimentos deixarão de fazer sentido se não existir peixe para pescar.

Sras. e Srs. Deputados:

Tem sido com o goraz que estes problemas de sustentabilidade têm adquirido maior visibilidade e pertinência nos últimos tempos.

Vigorou mesmo na Região um período de defeso para a pesca desta espécie.

Independentemente dos eventuais efeitos desta medida na sustentabilidade e na gestão da quota desta espécie, a verdade é que ela impôs mais um forte corte no

rendimento dos profissionais de pesca, que hoje já podemos objetivamente avaliar.

E isso é tanto mais grave se atendermos à importância que esta espécie tem para esse rendimento e ao facto deste período de defeso ter acontecido numa altura em que os pescadores já se debatiam com enormes problemas de rendimentos por causa do rigoroso inverno que atravessamos.

Estas circunstâncias muito contribuíram para que muitos pescadores em janeiro e fevereiro deste ano tivessem rendimentos mensais inferiores a 100 euros.

Neste contexto não é possível nem justo pedir ou impor aos nossos pescadores mais cortes nos seus já diminutos rendimentos. E, portanto, se estas e outras medidas são necessárias para gerir a quota do goraz ou para a recuperação de stocks é preciso definir e acionar mecanismos adequados para compensar os pescadores pelas perdas de rendimentos que aquelas medidas objetivamente acarretam.

Argumentar que os pescadores recuperarão essas perdas de rendimentos mais tarde é algo que ninguém pode assegurar e, sobretudo, não resolve no imediato a situação de emergência social que afeta muitos profissionais da pesca e que urge acudir.

É bom referir e reconhecer que a generalidade do setor não está contra a adoção de medidas que procurem salvaguardar a sustentabilidade das espécies, apenas reivindica, justamente, uma compensação pelas eventuais quebras de rendimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Estamos, portanto, perante um problema económico, social e ambiental de grande dimensão e profundidade que afeta o setor das pescas nos Açores, cuja solução é complexa mas que importa reconhecer e agir com urgência.

Damos aqui um contributo com esta proposta que entendemos desafiante, corajosa e estruturante.

Desafiante porque assume aqueles que são os desafios maiores e centrais das pescas: acautelar a sustentabilidade dos recursos e o rendimento da fileira.

Corajosa porque assume e reconhece os problemas e quer abrir caminhos para encontrar soluções.

Estruturante porque é essencial e decisiva para o futuro deste setor.

Esta proposta não esconde nem empurra para a frente os problemas. Pelo contrário reconhece-os e assume-os o que é a primeira condição para os resolver.

Esta proposta não pretende, como o PS afirmou em Comissão, atirar dinheiro para cima dos problemas porque acudir, com transparência e equidade, a quem muita precisa não poder ser assim considerado.

Muito menos é atirar dinheiro para cima dos problemas ou redundante, como afirmou o Senhor Secretário do Mar, porque não pode ser assim considerada uma proposta que pretende acautelar a sustentabilidade das nossas espécies demersais essenciais para o rendimento deste setor. O que aqui propomos não é um gasto é um investimento.

Bem sabemos e registamos que entretanto o Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional reagiram. Tocaram as campanhas eleitorais!

O Governo Regional através do seu Presidente anunciou a criação de um grupo de trabalho para, Imagine-se, reestruturar o setor e definir as condições para a realização de um resgate.

O Grupo Parlamentar do PS anunciou a humildade e a disponibilidade do PS para ouvir “atentamente todos os alertas”.

Reconheçamos, Sras. e Srs. Deputados, que é muito pouco para quem fez tanto mal ao setor das pescas nos Açores e, sobretudo, é pouco tendo em conta a dimensão dos problemas que provocaram neste setor.

A constatação em ano eleitoral de que o setor precisa de ser reestruturado e de que é preciso ouvir os seus problemas e alertas é, antes de mais, o

reconhecimento de que as políticas desta governação de 20 anos para as pescas falharam redondamente.

Estes anúncios não podem, por isso, servir para branquear a responsabilidade do PS e dos seus sucessivos governos nesta matéria.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Mas a reação do PS e do Governo continua. Depois de terem procurado descredibilizar esta proposta na Comissão e na Comunicação Social.

Depois de terem classificado esta proposta de redundante, de afirmarem que tudo isso já estava a ser feito e até que esta proposta pretendia atirar dinheiro para cima dos problemas, o PS parece agora disponível para aprovar este Projeto de Resolução, após ligeiras alterações. É caso para dizer, mais vale tarde do que nunca.

Se essa aprovação acontecer e se o Governo Regional implementar o que é aqui proposto daremos um forte e sério contributo para garantir a sustentabilidade e os rendimentos na pesca. E aqui estaremos., Srs. Membros do Governo, para fiscalizar rigorosamente a sua implementação.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Ávila, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado Sr. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Vou começar quase pelo fim.

O Sr. Deputado Luís Garcia disse que o PS tinha feito muito mal ao setor das pescas durante estes anos.

Lamento dizê-lo mas, Sr. Deputado, eu acredito que – eu vou usar uma força de expressão – acredito que ninguém acredita em si.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Vou dizer-lhe isto porque, Sr. Deputado, isto está à vista de todos.

Deputado Luís Garcia (PSD): É verdade! Está à vista de todos!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o Sr. Deputado tem que perceber que a pesca vive em ciclos e é preciso ter atenção quando se explora essa área.

O Sr. Deputado traça um período negro da pesca e não é bem assim.

Eu queria dizer-lhe que o PS tem muita honra de ter investido muito nas pescas e não foi atirado dinheiro para cima dos problemas, aliás, eu quando usei essa expressão na Comissão de Economia, foi exatamente para dizer ao Sr. Deputado que se fossemos nós a propor uma coisa dessas, os senhores iam dizer logo que nós estávamos a atirar dinheiro para cima dos problemas, que é o que é costume.

Mas queria dizer-lhe, Sr. Deputado, o que é que fizemos de mal? Foi construir portos novos? Fizemos mal melhorar a frota, criar condições trabalho aos pescadores? Fizemos mal valorizar o pescado, metendo gelo a bordo? Foi isso fazer mal?

É por isso que o preço médio cresceu 162%, Sr. Deputado.

Será que fizemos mal apoiar os nossos pescadores na exportação do peixe, do pescado? Acho que não Sr. Deputado!

O Sr. Deputado acha que fizemos mal retirar da pesca cerca de 36% dos pescadores? Eu creio que não!

Acha que baixar 65% do número de embarcações é fazer mal, é prejudicar a pesca? Eu acho que o senhor fez mal em referir isso!

Queria dizer se limitar a pesca predadora, a pesca mais predadora, se foi fazer mal à pesca? Sr. Deputado, acho que também não!

Salvaguardar as três e as seis milhas. Sr. Deputado, esta é uma medida precaucionaria das mais importantes tomadas nos últimos anos!

Criar estruturas de frio, por exemplo ...

(Aparte inaudível do Deputado João Costa)

O Orador: Oh, Sr. Deputado João Costa, o senhor oiça porque também precisa de aprender alguma coisa.

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o senhor oiça!

Sr. Deputado Rendeiro, o senhor quando fala a maior parte das vezes não concordo consigo, mas fico aqui calado a ouvi-lo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Às vezes!

O Orador: Por exemplo, a questão dos tamanhos mínimos que foi instaurado no setor das pescas, será que foi prejudicar as pescas? Creio que não!

Por último, Sr. Deputado, por exemplo, manter uma frota com 67% das embarcações com menos de nove metros e que pescam sobretudo com arte de pesca de linha de mão, se é prejudicial para a pesca, creio que não!

O Governo do PS honra-se de ter tomado medidas durante estes anos todos sempre em favor do rendimento dos pescadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nota-se!

O Orador: Eu vou dizer-lhe, mas o senhor vai ter que ouvir porque isto vai custar, mas vai ter que ser.

Nos últimos 22 anos tem havido ciclos bem definidos de altos e baixos neste setor.

Vou começar por 95 (e palavra de honra não vou referir-me a 96, esse ano vai ficar à parte). Em 95 capturou-se na Região 20 mil toneladas de pescado; em 2001 essas capturas reduziram sete mil toneladas, portanto a maior redução de sempre, de 65%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está contente!?

O Orador: Isto é só para perceberem como é que isto funciona.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores já deram cabo da agricultura e agora vão dar cabo das pescas!

O Orador: Essa redução deveu-se sobretudo às capturas de pelágios, que entre estes dois anos que eu referi, sofreu uma quebra, só os pelágicos, sofreu uma quebra na ordem dos 77%, enquanto a pesca demersal, essa diminuição também foi de 35%.

Em 2007 as descargas registaram uma subida acentuada para 15,9 mil toneladas, fruto de um ano excelente de captura de pelágicos que só por si e neste ano, em 2007, as capturas de pelágicos representaram 71,2% do total das capturas, portanto nós estamos a falar de capturas de 15 milhões de quilos, que só o atum representou 11,3 milhões de quilos.

Entre 2001 e 2007 a pesca demersal registou até um ligeiro aumento de 6.4%.

Em 2009 há uma nova redução do total de capturas, devido mais uma vez à diminuição de capturas devido mais uma vez à diminuição de 52,7% das capturas de pelágicos.

Comparando com 2011, e eu queria chamar a atenção que 2011 não é um ano qualquer, é só o segundo melhor dos últimos 22 anos em termos de valor e o terceiro melhor em termos de quantidade descarregada, portanto comparando com esse ano, dizia eu, e tendo em conta esses cinco anos, registou-se uma redução de 49,2% da quantidade de pesca descarregada e 27% do valor.

Essa diferença assenta sobretudo na redução de captura de pelágicos, mais uma vez, que baixaram comparando com 2011, cerca de 66%, enquanto as descargas dos demersais cresceram até 12.7%.

Se fizermos essa mesma comparação com 2006, portanto a 10 anos, verifica-se que as descargas em lota desceram 3,7 mil toneladas enquanto o seu valor em primeira venda, desceu 3,8 milhões de euros.

Relativamente ao goraz, Sr. Deputado, eu só lhe queria fazer uma lembrança, que a paragem da pesca do goraz foi perfeitamente consensualizada com os parceiros do setor. O senhor talvez não percebeu mas é melhor parar na altura em que o preço é mais reduzido e foi isso que aconteceu.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E não só! E a desova!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O ciclo biológico também é importante!

O Orador: Eu queria dizer-lhe que relativamente ao goraz, que em termos comparativos até ontem foram capturados, aliás em valor em lota em primeira venda do goraz e do peixão, juntos, representou à volta de 609 mil euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga o dia! Estava a ser vendido a 18 euros e no terceiro dia a 5 euros por falta de transporte!

O Orador: Do dia 1 de janeiro até ao dia de ontem. Do dia 1 de janeiro até ao dia 14 de março.

Oh, Sr. Deputado, a média do goraz incrivelmente é mais alta, o preço médio é mais alto do que o ano passado. O ano passado era 4,97, este ano são 6,54 no peixão e no goraz era 9.79 e agora é 11.18.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso! Esses números são falsos!

O Orador: É verdade. Sr. Deputado, eu tenho pena do Sr. Deputado quando não concorda diz que não são dados verdadeiros.

Mas eu queria dizer outra coisa.

Relativamente ao dia 1 de janeiro, também, até ao dia 15 de fevereiro contabilizada a receita da pesca, em primeira venda, os pescadores de facto perderam 831 mil euros, mas se contarmos mais um mês à frente, se contarmos até ao dia de ontem, essa diferença já é menor, já são menos 509 mil euros. É aqui que está a grande diferença relativamente ao ano passado.

Nos últimos cinco anos, também, Sr. Deputado, há aqui um fator importante, as licenças desceram 14,1% relativamente há cinco anos atrás.

Fazendo uma observação mais atenta e vamos chegar lá a espécies que o senhor diz que está tudo a acabar e que não há peixe, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não sou eu que digo!

O Orador: ... fazendo uma observação mais atenta verifica-se que as grandes oscilações aconteceram de facto naqueles anos que eu referi (99, 2000, 2001, 2002, 2005, 2009, 2014 e 2015) são de facto os anos piores, mas fazendo uma leitura atenta às tais espécies que o senhor se estava a queixar, eu vou dizer-lhe o que é que se está a passar: o goraz desceu 12,4% nos últimos cinco anos, perdeu de facto 26% relativamente aos últimos dez; nos últimos cinco anos o peixão subiu 0,9% ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Goraz júnior! Vamos chamar as coisas pelos seus nomes!

O Orador: Sra. Deputada, isso é o que está nas estatísticas, eu não vou usar um nome diferente. A senhora tenha paciência mas vai ter que ouvir aquilo que está escrito lá.

Numa leitura há dez anos, há de facto uma quebra de 22,5%.

A produção do congro, por exemplo, que também é outra espécie que é muito falada, curiosamente cresceu 45,2% nos últimos cinco anos.

Houve um aumento do safio nos últimos cinco anos também que atingiu quase os 33%.

O boca negra, que é outra espécie que é muito falada, é também uma espécie que causa alguma preocupação nos cientistas e também me preocupa a mim e deve preocupar o Sr. Deputado, mas curiosamente há cinco anos as capturas eram inferiores e há dez anos também.

Portanto, nós sabemos que temos aqui um problema, é um problema sobretudo que tem a ver com a pesca pelágica, é preciso nós concertarmos posições, é preciso reunirmos consensos e eu queria dizer ao Sr. Deputado que se de facto

nós não assinámos a vossa proposta foi porque os partidos da oposição não quiseram.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): O que é que a gente não fez?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este assunto não é novo, a verdade é que as sucessivas revisões da reforma da política comum das pescas tem vindo sistematicamente a alertar para uma prática mais sustentável da atividade piscatória, obviamente com especial enfoque para a sobrepesca.

Mas a verdade também é que a comunidade científica muito em particular, a comunidade científica regional, já nos anos 2000 veio a alertar de que existiam dados consistentes que indicavam que capturas acima das mil toneladas, colocariam em risco a sustentabilidade dos stocks e a verdade é que o Governo Regional, pua e simplesmente ignorou estes dados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Alimentou-se irresponsavelmente a ideia de que não havia qualquer problema porque tínhamos uma vasta Zona Económica Exclusiva. Isto é uma enorme falácia porque se não sabiam deviam saber que a área onde se pode efetivamente pescar que se resume aos bancos é muitíssimo menor porque apenas nos bancos onde as profundidades são muito menores é possível a atividade da pesca.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, passados dez anos, em 2010, quando a quota para o goraz era de 1 116 toneladas, só se conseguiram capturar praticamente metade,

ou seja, 650 toneladas, o que é claramente indicativo de uma rutura de stock porque toda a gente reclama que não se pode pescar goraz porque a quota é restritiva mas a verdade é que em 2010 a quota era de 1 116 toneladas e só conseguimos pescar 650.

Deputado Luís Garcia (PSD): Porque será?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a distribuição da quota?

A Oradora: A verdade é que sem dados fidedignos sobre os nossos stocks o que é que acontece? A Comunidade Europeia, como o Sr. Secretário sabe e muito bem, aplica o princípio da precaução não sabemos quanto é que eles têm, então vamos impor quotas mais restritivas, que de resto foi o que se passou com o goraz e em sede de Comissão ao inquirir o Sr. Secretário sobre esta questão recorrente de por que é que efetivamente o Conselho Internacional da Exploração dos Mares não reconhece os nossos dados, o que é que se estava a passar, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma questão simples!

A Oradora: ... o Sr. Secretário disse-me, entre outras razões que a sua formação não lhe permitia dar-me dados fidedignos sobre as recolhas das amostras e que não era a pessoa certa para me responder a esta questão, que eu entendi.

No seguimento da mesma audição quando tivemos oportunidade de ouvir o Sr. Diretor do Departamento de Oceanografia e Pescas, o CDS voltou a colocar a mesma questão por que é que sistematicamente os dados sobre a dinâmica das populações das espécies dos Açores apareciam lá como ou não existentes, ou não considerados, ou seja não contam.

Aquilo que foi explicado é que o problema tinha a ver com os métodos de recolha das amostras, ou seja a campanha de pesca científica que é financiada pelo Governo Regional é feita com o cruzeiro de demersais, que na altura foi desenhado e depois construído com um sistema de palangre, portanto a recolha das amostras é feita com um sistema de palangre que sendo seletivo não é

representativo de todas as espécies e portanto a Comunidade Europeia considera que os dados são pouco robustos ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Grande lição!

A Oradora: ... que a recolha das amostras devia ser feita por arraste e depois vieram com a conversa: “Ah, mas não se fez por arrasto porque o arrasto era proibida na Região!”. Obviamente que a captura por arrasto é proibida porque é não seletiva, agora quando queremos escolher uma amostra que seja representativa ela tem que ser o menos seletiva possível, se não só se vai lá apanhar algumas especiezinhas e por isso a Comunidade Europeia não reconhece os nossos dados.

Como eu imagino que o Governo Regional não esteja disponível par mandar construir um novo barco para colher as amostras, Sr. Secretário, neste momento

...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Quid juris!*

A Oradora: ... a questão está esclarecida mas não está resolvida.

Portanto, eu pergunto o que é que o Governo Regional vai fazer para resolver esta situação porque não podemos continuar sistematicamente a não ter dados na Comunidade Europeia sobre as nossas populações, caso contrário por uma questão de precaução vamos ser sistematicamente penalizados.

Mais, se nesta iniciativa uma das coisas que nós propomos é que se faça um plano de salvaguarda, eu não percebo como é que se vai fazer um plano de salvaguarda se nem sequer temos dados fidedignos sobre as nossas populações.

Para já, é só.

Deputado Berto Messias (PS): Mas a senhora é que fez a proposta. Como põe em causa a proposta que fez?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Volto ao debate porque fiquei algo perplexo com a intervenção do Sr. Deputado José Ávila, pensei que o senhor tivesse ultrapassado essa fase porque se os senhores estão aparentemente disponíveis para aprovar esta proposta têm que mudar de discurso, têm que reconhecer os problemas.

Se tivesse tudo bem, Sr. Deputado José Ávila, como o senhor diz que está tudo um mar de rosas, nós estaríamos aqui a discutir soluções para melhorar os rendimentos baixos da pesca? Nós estaríamos aqui a procurar soluções para resolver os gravíssimos problemas da sustentabilidade dos recursos? Se estivesse tudo bem, havia necessidade do governo Regional anunciar uma reestruturação do setor? Um regaste?

Deputado José Ávila (PS): Eu não disse que estava tudo bem!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, a nova solução socialista é o resgate: é o resgate para as pescas; é o resgate para a agricultura, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para o leite! Não é para a agricultura!

O Orador: ... para o leite.

Sr. Deputado, mude o discurso porque de facto os problemas existem e se está tudo bem como o senhor diz que construíram portos, construíram tantas outras coisas, se fizeram tudo isso por que é que os pescadores estão à míngua, por que é que os pescadores estão na penúria?

Infelizmente não sou só eu a dizê-lo. Repare o que diz o empresário, Genuíno Madruga, numa entrevista recente, de janeiro da 2016: ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Apoiado pelo Partido Socialista!

O Orador: ... “É inconcebível como é que as pescas estão numa situação de penúria”. E quando lhe pergunta: a culpa é de quem?

Olhe repare: “Há vários fatores que contribuem para se chegar a uma situação de quase penúria. É preciso ter em conta que salvo em pequenas épocas, as

pescas foram geridas como um navio que navegou ao sabor dos ventos!”.

Genuíno Madruga.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Era mandatário de quem?

O Orador: Jorge Gonçalves da APEDA, “considera que não existe política das pescas”.

Universidade dos Açores: “Pesca no arquipélago dos Açores está a atingir níveis preocupantes, alerta investigador”. Não é o PSD a dizer, Sr. Deputado!

Sr. Deputado, aqui quero citar-lhe também um outro articulista que diz o seguinte: “Nunca pensei ver a pesca envolta num nevoeiro tão denso e com tão poucas perspetivas de futuro. Os mais atentos já repararam que de uma forma ou de outra esta atividade está a ser condenada na Região”. O senhor sabe quem é que escreveu isto?

Deputado José Ávila (PS): Não foi o PSD!

O Orador: Não foi o PSD, não senhor. Foi o José António Fernandes. O senhor sabe quem é?

Deputado José Ávila (PS): Sei! É meu amigo!

O Orador: Ex-Presidente da Federação de Pescas!

Portanto, Sr. Deputado José Ávila, os problemas existem, não é só o PSD que os diz e que os afirma, os senhores ainda estão em estado de negação e a primeira condição para se resolver um problema é reconhecer e assumi-lo. Reconheçam antes que este caminho seja de facto irreversível, reconheçam que existe este problema para que possamos em conjunto, com o setor, com a Universidade, salvar um setor que é de uma importância extrema em termos económicos e sociais para a Região.

Deixem esse estado de negação!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu bem sei que a nossa Região é dada a tempestades sobretudo em determinadas alturas do ano, mas nós estamos a atravessar um período em que há uma característica que começa a ser reiterada, é que não são só tempestades, são tempestades perfeitas.

Temos uma tempestade perfeita no setor do leite, sem dúvida nenhuma, e temos uma tempestade perfeita no setor das pescas. Temos esta tempestade perfeita no setor das pescas, neste momento concreto, por razões umas conjunturais, outras estruturais, mas que se podem resumir, penso eu, em três variáveis:

Primeiro: condições climatéricas adversas durante um largo período de tempo;

A seguir: escassez de recursos piscícolas, sobretudo em determinado tipo de espécies;

Terceiro: o corte da quota do goraz.

Estes três fatores criaram de facto uma tempestade perfeita.

E agora chegados aqui perguntamos: mas então ao longo de todos estes anos o PS e o Governo Regional apoiado pelo PS não tomou medidas relativamente ao setor da pesca no sentido do infraestruturar, no sentido de lhe dar condições de maior rentabilidade, no sentido de apoiar os pescadores e as suas famílias em períodos de maiores dificuldades, nomeadamente resultantes das condições climatéricas adversas que também são uma característica da nossa Região? É impossível dizer que não! É óbvio que o PS e o Governo Regional apoiado pelo PS, tem tomado medidas, tem tomado iniciativas, tem tido uma política! Bom, não é possível dizer que não!

Mas agora, Sras. e Srs. Deputados, chegamos a este ano de 2016 e apesar das medidas e apesar das infraestruturas e apesar dos apoios e apesar das políticas

mais ou menos à vista estamos confrontados com uma tempestade perfeita. Peço desculpa, mas alguém tem que perguntar: o que é que correu mal? O que é que correu mal para nós chegarmos aqui e em vez de estarmos preparados para enfrentar esta tempestade perfeita, estamos absolutamente impreparados, estamos tão impreparados que temos que fazer um resgate a este setor que é a prova, Sras. e Srs. Deputados, da impreparação completa e não querendo, de maneira nenhuma, dizer que são só estas as razões ou que o BE é que tem a verdade sobre esta matéria, também penso que ninguém neste Plenário, nem nenhum Membro do Governo Regional, nem o seu Presidente negará que neste setor nós estamos de facto a enfrentar um problema social, económico e ambiental de monta, que é a tal tempestade perfeita.

Agora, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. membros do Governo: Alguns, talvez a grande parte, dos armadores da nossa Região (porque a grande parte dos armadores são de pequena dimensão, não são grandes armadores, são pequenos e médios armadores) têm retenções na lota superiores a 40% do valor bruto da primeira venda e a que é que correspondem estes 40%? Eu vou dizer, Sras. e Srs. Deputados.

Corresponde aos encargos para a segurança social: 10%;

Corresponde ao seguro: 10%;

Corresponde à taxa da lota: 4%;

Corresponde ao fundo de pesca e outras associativas: 2%.

Tudo isto incide sobre o quinhão, obviamente que é dado a cada pescador.

É por isso que nós chegámos entre os meses de janeiro e fevereiro a uma soldada média para cada pescador, Sras. e Srs. Deputados, de 56 euros.

Portanto, é caso para dizer que os pequenos armadores deixam na lota 40% daquilo que ganham, obviamente que não têm dinheiro depois para pagar a quem para eles trabalha. Quem são? São os pescadores.

Portanto alguma coisa, Sras. e Srs. Deputados está mal nesta política. Não é tudo, Sr. Deputado José Ávila! Não é tudo! Não está tudo mal, porque dizer isso

é a melhor maneira de desacreditar e descredibilizar quem faz qualquer tipo de crítica. Obviamente não está tudo! O que seria de nós se algumas medidas não tivessem sido tomadas? O que seria dos pescadores e das suas famílias neste momento da tempestade perfeita? Obviamente que não é tudo!

Mas a pergunta que se impõe, Sras. e Srs. Deputados, a reflexão que nós temos que fazer juntamente com o Governo Regional, nós Deputados e Deputadas desta Casa, juntamente com o grupo de trabalho que se vai instituir, é o que é que está a falhar para nós chegarmos a esta situação? E alguma coisa ou algumas coisas, ou se calhar muitas coisas têm falhado.

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Resolução que é assinado por todos os partidos da oposição propõem que esta Casa recomende ao Governo Regional, duas coisas:

Primeira: que defina e implemente em articulação com a Universidade dos Açores e com o setor ...

(Diálogo entre os Deputados)

A Oradora: Eu estou a perturbar os vossos apartes, Srs. Deputados e eu não quero de maneira nenhuma fazer isso.

Muito obrigada.

Dizia eu que o Projeto de Resolução assinado e subscrito por todos os partidos da oposição, pede a esta Casa que recomende ao Governo Regional dois pontos ...

(Aparte inaudível)

A Oradora: Todos os partidos da oposição, foi o que eu disse. Todos os partidos da oposição.

Primeiro: “Defina e implemente, em articulação com a Universidade dos Açores e com o setor das pescas um plano de salvaguarda para as principais espécies demersais costeiras dos Açores, que procure a sua sustentabilidade e que simultaneamente assegure os rendimentos da pesca. Parece-me razoável, até diria redundante para utilizar as palavras do Sr. Secretário Regional do Mar, em sede de Comissão, mas já agora redundante ou não, é credível, é aceitável ...

Segundo: “Que defina e acione os mecanismos adequados para compensar os pescadores pelas perdas de rendimentos derivadas do período de defeso que vigora na Região para a pesca do goraz”. Isto era o que dizia a proposta subscrita por todos os partidos da oposição.

Mantendo o ponto n.º 1, no seu ponto n.º 2 da Resolução passou a ser assim: “Que o Governo defina e acione os mecanismos adequados para recuperar o mais depressa possível os rendimentos dos pescadores afetados pelo corte da quota do goraz nos Açores”. Sim senhor! O BE faz apenas uma pergunta: aceitando esta alteração eu tenho que perguntar ao Governo Regional o que é que entende por “o mais depressa possível”. Não é o BE com certeza só que quer saber, os pescadores, os armadores, os pequenos armadores, as suas famílias também querem saber, porque se nós aceitamos “o mais depressa possível”, atendendo a que há várias medidas a tomar, até se calhar o tal grupo de trabalho e de estudo há-de ter com certeza medidas a propor, mas Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, tem que haver um tempo limite, isto tem um prazo de duração como os iogurtes portanto o que é que quer dizer “o mais depressa possível”, dois meses, meio ano, três meses? Com o que é que aquilo que os pescadores desta Região podem contar, quando nós nesta Casa, todos penso eu, estou digamos a antecipar-me ao sentido de voto do PS, mas penso eu que será favorável, portanto todos nós vamos aqui votar “o mais depressa possível”.

O mínimo que pode ser pedido é que expliquem o que é “o mais depressa possível”.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Na segunda intervenção do Sr. Deputado Luís Garcia eu aprendi uma coisa. Eu já tinha feito uma pesquisa sobre as propostas do PSD sobre o setor das pescas e de facto tive a desilusão de não ter encontrado nenhuma, em lado nenhum ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas vai encontrar! Não se preocupe!

O Orador: ... inclusivamente no vosso documento orientador para as próximas eleições regionais.

(Diálogo entre os Deputados Luís Maurício e José San-Bento)

O Orador: Mas aprendi outra coisa muito importante: é que as ideias do PSD sobre o setor das pescas afinal existem, mas em folhas de jornal e opiniões emanadas por outras entidades, o que não deixa de ser um bocadinho triste.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já te vi fazer melhores intervenções! Está meio atrapalhado!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, só acrescentando mais um pormenor não sei como poderia haver resgate no vosso tempo se não havia nada para resgatar.

Ora bem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, relativamente a esta questão das pescas nunca tentei esconder que nós estávamos a atravessar uma fase difícil. É verdade, nós estamos! Sempre disse em qualquer fórum sobre esta matéria, tenho falado várias vezes. Nós estamos a atravessar de facto um período que é menos bom nesta área: houve a redução nas capturas e a redução também no rendimento mas é preciso também não esquecer e quem for sério tem que fazer esta observação, portanto nós temos este problema realmente nas capturas e no

rendimento dos pescadores essencialmente por causa da redução na safra do atum e os anos que nós temos tido mais problemas são os últimos dois anos e aqueles que eu enunciei há bocadinho, coincidem todos com a redução drástica dos atuns e confirmo que nestes anos que eu referi qualquer um deles, as capturas foram abaixo das 10 000 toneladas.

Portanto, aqui está uma das justificações para a redução do rendimento dos nossos pescadores e quem for sério a abordar este problema tem que abordá-lo na sua totalidade e não só parcialmente.

Fiquei admirado também, Sr. Deputado Luís Garcia, não ter trazido o seu gráfico, costuma trazer um ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Está aqui!

O Orador: ... que é a descer, eu tenho outros a subir ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O meu está sempre a descer!

O Orador: ... o senhor desta vez não trouxe.

Sr. Deputado, sinceramente, quando nós estamos aqui reunidos a minha posição sobre o goraz é conhecida, eu acho que o corte que foi feito na quota do goraz foi muito acentuado, foi muito mais do que nós estávamos à espera e eu sempre assumi que esta redução da quota do goraz era de facto drástica para algumas comunidades piscatórias e eu referi aqui na altura.

Só tenho pena que no dia que estive aqui a Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, não tenha ouvido nada sobre a redução da quota do goraz para as ilhas dos Açores ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Graça Silveira (CDS-PP): Não ouviu dele, mas ouviu da minha!

O Orador: Ovi da sua! É verdade! E a senhora com certeza se teve com atenção também ouviu da minha e também seria justo reconhecer.

Nessas alturas, uma altura em que nós tivemos aqui uma grande oportunidade para demonstrar aos Deputados da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu que estávamos unidos numa questão essencial para algumas comunidades

piscatórias, nomeadamente na minha ilha e nas ilhas das Flores e do Corvo, era bom que tivéssemos todos unidos e falássemos uma só voz, mas o que assistimos aqui foi um PSD a bater nas pescas da Região, a dizer que isto estava tudo mal que era o fracasso absoluto, a política de pescas que é reconhecida lá fora.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E estivemos! Onde é que foi isso?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, algum dia que eu apareça nesta ou noutra casa e que tenha que defender os Açores eu não vou estar preocupado com a cor política do meu partido, eu vou estar ao lado dos açorianos e naquele dia foi pena, foi uma oportunidade perdida, em abril de 2015 foi uma oportunidade perdida, acho que foi um dia negro para a Assembleia Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra para uma interpelação.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Gostava que a Sra. Presidente informasse a câmara se há algum impedimento regimental para o Governo participar no debate.

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia, o Sr. Secretário está inscrito, inscreveu-se depois do senhor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Então dê-lhe a palavra.

Presidente: Vou dar-lhe mas o Sr. Deputado Luís Garcia pediu a palavra para uma interpelação, tive que dar a palavra.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Fausto Abreu*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamento a entrada tardia no debate que tanta ansiedade parece causar aos Srs. Deputados.

Queria começar por dizer que o tema do aumento do rendimento dos pescadores e da sustentabilidade ecológica dos nossos recursos marinhos, é um tema absolutamente consensual e da maior prioridade política para o Governo e julgo que é um objetivo partilhado por todas as forças políticas, pelo próprio Governo e pelas associações do setor.

Portanto, este debate político deve centrar-se não necessariamente nestes objetivos mas nas vias para os atingir.

O setor vive de facto um momento difícil com uma quebra acentuada de rendimentos e como aqui já foi dito para se encontrar uma solução para estes problemas é importantíssimo termos um diagnóstico correto e não fazer uma confusão entre o que são problemas estruturais e de longo prazo, com problemas conjunturais e dentro dos problemas estruturais distinguir os que são de natureza genérica e não específica das pescas, daqueles que têm a ver com as políticas de pescas seguidas.

De facto, como disse muito bem a Sra. Deputada Zuraida Soares, o setor das pescas passa por uma tempestade perfeita e que tem mais fatores do que aqueles que elencou.

O fator essencial e negá-lo é “tapar o sol com a peneira” e falando com qualquer pessoa que siga a realidade das pescas nas nossas ilhas poderá dizer, a falta de atum em dois anos consecutivos é um aspeto absolutamente central do

que se está a passar no setor. Num ano normal a pesca de atum vale 50% dos rendimentos do setor; dois anos consecutivos com safras muito pobres, removem 50% dos rendimentos do setor.

Portanto, ignorar este facto e em anos de boas safras remover os atuns da equação e comparar apenas espécies demersais, é uma forma falaciosa de analisar o problema do rendimento dos pescadores.

Segundo aspeto chave que também foi referido pela Sra. Deputada, tem a ver com o goraz que é uma das espécies de maior valor comercial, vale cerca de 22% das descargas em lota na nossa Região e foi como sabem objeto de dois cortes de quota: 25% em 2015; 25% em 2016, portanto está reduzido a um valor em 2016 de 507 toneladas, um valor mais baixo do que alguma vez foi capturado nos Açores e portanto terá um impacto bastante sensível no ano de 2016 no rendimento dos nossos pescadores.

O mau tempo de facto fez-se sentir, ou faz-se sentir este ano, não foi o caso do ano passado, o inverno do início do ano passado foi benigno e houve mais capturas do que seria normal, mas há outro fator absolutamente essencial que não foi referido aqui no debate até agora e que é da maior importância, que é o atraso enorme que estamos a sentir na operacionalização do Quadro Comunitário de Apoio e em especial o pagamento do apoio aos armadores relacionado com as regiões ultraperiféricas, o chamado POSEI Pescas e este atraso tal como a ausência de atuns em dois anos consecutivos e os cortes de quotas de 25% em dois anos consecutivos não são responsabilidade do Governo Regional nem de nenhuma política que o Governo regional pudesse ter feito, nem de nenhuma política que esta Assembleia pudesse ter definido.

Portanto numa análise séria do que se está a passar no setor, temos que reconhecer que a dimensão conjuntural da dita tempestade perfeita é absolutamente essencial. Qualquer um destes fatores, a ser naturalizado, em muito mitigaria a dificuldade que neste momento estamos a sentir.

Deputado Luís Garcia (PSD): Se temos tempestades então não precisamos de Governo. Precisamos é de meteorologistas!

O Orador: O Governo Regional faz tudo o que pode para em cada um destes fatores permitir mitigar o impacto do rendimento dos pescadores. Lutámos pela defesa da quota do goraz, continuamos a fazê-lo este ano e daí grandes divergências que temos tido com algumas associações do setor e com alguns dos partidos da oposição sobre como garantir a quota no próximo biénio; temos trabalhado com o Ministério em Lisboa para acelerar o mais possível a operacionalização do POSEI e estamos a fazê-lo a bom passo e em relação à falta de atum, como sabemos estamos num século de alterações climáticas em que vai haver cada vez mais variabilidade na pescaria do atum.

Uma dimensão será natural, outra por ventura terá a ver com atividades humanas em outras zonas em que a roda do atum passa e estamos atentos nas instâncias internacionais para regulamentar que possam criar algum tipo de disrupção nas migrações, contudo outras medidas podemos tomar para um mundo em que cada vez vai haver mais volatilidade na pesca do atum, por exemplo temos uma rede de frio e infraestruturas que nos permite capitalizar e valorizar mais o atum em anos bons para pagar anos maus e anos difíceis. Apenas para citar um exemplo: a valorização do atum e do pescado em geral é outra e várias outras medidas.

O Governo não esconde nem empurra para a frente os problemas.

Há duas semanas atrás o Sr. Presidente do Governo anunciou a constituição formal de um grupo de trabalho que incluirá entre outros representantes da Federação das Pescas dos Açores, representantes da Universidade dos Açores e que têm como missão trabalhar, conceber uma reestruturação de longo prazo no setor. É o género de trabalho que se faz uma vez por década, não se faz todos os anos, não andamos a fazer reestruturações todos os anos, fazemo-lo quando se chega a uma fase em que faz sentido fazê-lo e vamos adequar a nossa frota aos recursos marinhos efetivamente disponíveis e esta é uma missão que não emana

da proposta dos Srs. Deputados dos partidos da oposição. É uma missão que está prevista no documento “Melhor pesca, mais rendimento”, que foi discutido com o setor há cerca de um ano, em abril do ano passado.

Portanto, lamento, sendo redundante como foi dito, que se por ventura consideraram o adjetivo ofensivo posso substituir por outro, não há nada de mal em redundâncias quando são coisas boas, mas lamento informar que não foi por inspiração desta proposta que o Sr. Presidente do Governo fez o seu anúncio ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi coincidência!

O Orador: ... era uma proposta que aliás a própria Federação das Pescas já em muitas reuniões tinha pedido esta iniciativa que estava a ser desenvolvida.

Neste contexto concreto o que é que aconteceu de diferente em relação à proposta que tinha sido apresentada antes e que é apresentada agora, tivemos condições para a discutir na Comissão e de facto o primeiro ponto deste Projeto de Resolução não tem absolutamente nada completamente alinhado com o que o Governo está a fazer, a fazer há bastante tempo e continuará a fazer, portanto não virá mal ao mundo, como assim foi dito em Comissão por se aprovar isto.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que disseram em comissão? Disseram isso em comissão? Grande cambalhota!

O Orador: O segundo ponto foi alterado substancialmente e como estava escrito em preâmbulo o Projeto de Resolução centrava-se no período de defeso do goraz e era apresentado na leitura que foi feita pelo Governo como o Governo, da sua iniciativa, criou um período de defeso, está a criar um problema aos rendimentos dos pescadores agora, é preciso uma reação urgente. É isto que foi feito e isto foi alterado. O Governo introduziu um período de defeso por razões ecológicas, sim senhor, é o período de desova da espécie, por razões também tipicamente em altura do ano em que menos danos faz, é a altura do ano em que temos pior tempo para pesca nos Açores, portanto é a melhor altura para parar a pesca para fazer manutenção dos barcos e menos danos

causará aos pescadores pararem esta pescaria e é também a altura do ano como muito bem disse o Sr. Deputado José Ávila em que o preço do goraz é o mais baixo, portanto é a altura menos inteligente do ano para gastar quota do goraz num ano em que temos 507 toneladas para gastar.

Referindo os problemas de sustentabilidade e as medidas que estão a ser seguidas: propõe-se que se procure um plano de salvaguarda para as várias espécies demersais costeiras, o goraz sendo uma das mais importantes. Pois isto já está a ser feito e está a ser feito como os senhores sugerem, com a Universidade dos Açores e com o setor.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Bem me parecia!

O Orador: Foi implementada uma faixa de proteção nas três milhas náuticas em algumas ilhas e seis milhas náuticas proibindo a utilização do palangre de fundo que como sabem é a arte principalmente utilizada para a maior parte das espécies e em especial para as que têm quota de pesca.

Foi revista e reforçada a restrição do tamanho mínimo do goraz em concreto.

Sofremos não por iniciativa nossa, nem desta Casa, nem do Governo, cortes de 25% na quota do goraz que a prazo terá um impacto favorável na sustentabilidade desse stock pesqueiro.

Criámos várias zonas de interdição de pesca e períodos de interdição de pesca, temos um período de defeso, como já referi de um mês e meio.

São várias medidas que terão um efeito e mostram que está em curso este plano de salvaguarda. Está a ser feito, tanto esta Assembleia como o Governo, estão a trabalhar na salvaguarda destes stocks.

A Sra. Deputada Graça Silveira, do CDS-PP, apresenta uma grande confusão com os dados científicos apresentando aqui o problema do arrasos, versus, o palangre.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Isso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que confusão com dados científicos!

O Orador: Não é o problema Sra. Deputada! Não é por esse motivo que nós no Conselho Internacional da Exploração dos Mares, temos problemas dos dados não estarem a ser aplicados. É muitíssimo mais complexo do que isso e não tem a ver com essa metodologia, tem a ver com vários outros aspetos e com os modelos teóricos que são aplicados aos dados, sejam eles apanhados por palangre, por arraste ou por qualquer outra metodologia, é o ponto especial.

Mas pareceu-me deprender da sua intervenção e peço que me clarifique se não for o caso, que o que se estaria a passar era maus resultados científicos que como quem paga a conta é o Governo dos Açores, são culpa do Governo dos Açores, maus resultados científicos estão a causar um corte desnecessário na quota do goraz. Parece que o objeto da crítica é esse.

Portanto, está a dar razão à posição do Governo que se é esse o problema e até temos goraz a mais, não é preciso então mais medidas de conservação e sustentabilidade e portanto parece contrariar o que a sua própria Proposta de Resolução está a propor.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está a fazer uma pequena confusão!

O Orador: A Sra. Deputada Zuraida Soares fez dois comentários que eu gostaria de referir.

Em primeiro lugar refere que de facto as retenções em lota para alguns armadores são extraordinariamente penalizadoras, são retenções em lota elevadas em relação ao rendimento.

O motivo por que isto sugere e até é possível que haja alguns pescadores que chegue ou ultrapasse os 40% é porque a Lotaçor e as lotas funcionam como o banco dos pescadores, é uma instituição que tem presença nas nove ilhas do arquipélago, serve autenticamente como um banco, é onde se paga o seguro, é onde se paga a segurança social, em muitos casos é onde se paga a prestação do barco, são empréstimos feitos com a Lotaçor como a primeira frente junto a um banco.

Portanto, o ser um valor alto tem a ver com o facto de a Lotação ser um enorme apoio ao nosso setor da pesca. Rendimentos mais baixos obviamente tornam a vida mais complicada; rendimentos mais altos tornam a vida mais simples ao pagamento.

Mas pareceu-me que estava a apresentar o facto de haver retenções elevadas na lota como algum tipo de imposto ou imposição do Governo Regional, que estaria a dificultar a vida aos pescadores. É o oposto disto. É um sintoma de enormes apoios, peço desculpa se estou a ser injusto.

Segundo aspeto: pergunta-me a Sra. Deputada Zuraida Soares se no segundo ponto o Governo se revê no “o mais depressa possível” e o que quer o Governo dizer com isto? A proposta como sabe não é do Governo, portanto diga-me a senhora o que é que entende com “o mais depressa possível”?

Mas posso responder-lhe, lendo eu isto e aceitando esta recomendação da Assembleia, como é que eu lerei? Será “o mais depressa possível” em função da medida que estivermos a falar. Se estivermos a falar, por exemplo, do acionamento do fundo de pesca, “o mais depressa possível” é pedir à Direção Regional Pescas que em vez de 11 dias, que foi o que fez, tente mais cedo ou pelo menos no mesmo prazo, pagar aos pescadores o apoio do fundo de pesca, mal sejam entregues os documentos todos. Se tivermos a falar do POSEI aos armadores, estamos a falar de trabalhar junto do Governo da República para o mais depressa possível a Sra. Ministra do Mar assinar as portarias; se estivermos a falar de outra medida qualquer será “o mais depressa possível” em cada caso:

Não lhe vou dar um prazo, porque não sei do que é que estamos a falar, a proposta não é do Governo é uma proposta dos partidos da oposição.

Creio que cobri os pontos principais mas estou disponível para responder a outras perguntas das Sras. e dos Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está inscrito o Sr. Deputado Luís Garcia. Tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, essa sua tentativa de atribuir todos os problemas que nós vivemos nas pescas a fatores conjunturais, não pode ter a nossa concordância. Muitos dos problemas que nós vivemos na pesca têm origem em problemas estruturais há muito diagnosticados, há muito que muitos agentes do setor, a própria Universidade alertam para eles e eles resultam, eu sei que não é do seu tempo, Sr. Secretário mas o senhor é herdeiro desses erros, resultam de erros de políticas que persistiram e insistiram em erros, anos após anos: o sobredimensionamento da frota; no aumento do esforço de pesca; uma modernização de uma frota que tem pouca autonomia e pouca capacidade. Os senhores construíram uma armada política ao longo destes anos que delapidaram os nossos recursos e os resultados estão aí! São esses erros que nós hoje estamos a assistir e a viver, Sr. Secretário!

Portanto, não são só problemas conjunturais, há muito problema estrutural há muito diagnosticado e que os senhores não inverteram esse caminho porque não foram sensíveis aos alertas que vos foram sendo feitos ao longo deste percurso.

Mas há um outro percurso, Sr. Deputado José San-Bento, que os senhores e o Sr. Secretário não explicou e que o Grupo Parlamentar do PS ainda não explicou.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado, o senhor não pesca nada!

O Orador: O que é que se passou da Comissão até ao dia de hoje? Isto é que é!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa é bem lembrada!

O Orador: Os partidos da oposição apresentaram esta proposta; a proposta na Comissão era redundante. Deixou de ser redundante?

Deputado António Marinho (PSD): Entendam-se!

O Orador: O Governo está a fazer estudos! Está tudo feito! Mas está a fazer tudo e vamos aprovar uma coisa que está a fazer? Está tudo a ser feito então por que é que o PS vai aprovar, se está tudo a ser feito?

Atirar dinheiro para cima dos problemas, deixou de ser ...

Atirar dinheiro para cima dos problemas, Sr. Deputado José Ávila...

Deputado André Bradford (PS): Os senhores querem que a gente chumbe!?

O Orador: Ah, e uma outra coisa que é fantástica, é que não se pode falar nisto porque a União Europeia se sabe, isto pode ter implicações na negociação das quotas do próximo ano.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fala baixinho!

O Orador: Não se pode falar nisto! Mas afinal, agora já se pode falar? Já não há problema com as implicações da negociação das quotas? O que é que se passou, Sr. Secretário e Srs. Deputados do PS? E a reunião da Comissão não foi há muito tempo. A Comissão reuniu a semana passada e entretanto o Sr. Secretário justifica-se com um plano fantástico apresentado em abril do ano passado que é “Melhor pesca, melhor rendimento”.

Deputado Francisco César (PS): Se a gente concorda é porque a gente concorda ...

O Orador: Está tudo pensado! Está tudo lá proposto mas curiosamente está tudo proposto e o Presidente do Governo talvez não sabe que está lá tudo proposto e propõe formar um grupo de trabalho para se pensar como é que se vai reestruturar, para se pensar como é que se vai resgatar. Mas então não está tudo lá proposto nesse plano fantástico apresentado em abril?

Oh senhores, entendam-se e expliquem o que é que está a acontecer! O que é que se passou entre a reunião da Comissão e hoje?

Eu tenho uma ligeira suspeita: é que os senhores concluíram, olharam ao seu lado e viram que estavam isolados!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Os senhores viram que estavam isolados e perante problemas objetivos, factuais, os senhores deram um passinho e quiseram arranjar aqui espaço para afinal não ficarem isolados e quererem também aprovar a proposta, apesar dela ser redundante, apesar dela estar a ser feita, mas os senhores a verdade é que reconhecem os problemas porque se não os reconhecessem, não os aprovavam as soluções que estamos aqui a preconizar e reconhecem os problemas porque é impossível não reconhecê-los porque eles estão aí à vista de todos e a solução para eles não é escondê-los, não é enfiar a cabeça na areia. Os senhores viram que estavam isolados e perante problemas objetivos, factuais, os senhores deram um passinho e quiseram arranjar aqui espaço para afinal não ficarem isolados e quererem também aprovar a proposta, apesar dela ser redundante, apesar dela estar a ser feita, mas os senhores a verdade é que reconhecem os problemas porque se não os reconhecessem, não aprovavam as soluções que estamos aqui a preconizar e reconhecem os problemas porque é impossível não reconhecê-los porque eles estão aí à vista de todos e a solução para eles não é escondê-los, não é enfiar a cabeça na areia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, com todo o respeito que eu tenho pela sua competência, devo lembrar-lhe que fiz a pergunta em primeiro lugar a si: o que é que se passa com os resultados?

Respondeu-me que no seu terceiro ano do curso tal e tal, que não tinha formação suficiente para me dar essa resposta, é verdade, e que não era a pessoa certa para me responder.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade ou mentira?

A Oradora: Eu perguntei ao Diretor do Departamento de Oceanografia e Pescas o que é que se passava? Foi esta a resposta. Eu não estou a fazer confusão nenhuma, aquilo que foi explicado é que o barco que faz a recolha das amostras foi desenhado com palangre, que o palangre é seletivo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade ou mentira?

A Oradora: ... que a Europa considera que as amostras não são representativas. Eu pergunto-lhe: o senhor vai pagar um barco novo para fazer a colheita por arrasto? Se não vai, eu perguntei mas não há possibilidade de fazer uma análise desses dados? Tal e qual como o Sr. Secretário agora, passado uma semana, até já sabe tudo e veio explicar aqui, eu também perguntei isso: se não era possível com outros modelos conseguir que os dados fossem mais robustos? Respondeu-me o Sr. Diretor do Departamento de Oceanografia e Pescas: isso exigia outras análises adicionais para introduzir no modelo, elas também caras. Pergunto: o Governo Regional vai pagar e não tente pôr nas minhas palavras coisa alguma. Eu não estou a achar que o senhor pagou e que os dados científicos, isto e aquilo outro...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Já explicaram!

A Oradora: Eu pergunto é: o Governo Regional paga para ter dados que precisa. Precisa porque tem que apresenta-los em Bruxelas. Não apresentou, não existem e nas suas palavras por precaução houve uma redução da quota.

Pergunto-lhe: por que é que Bruxelas reduziu a quota para 507?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda!

A Oradora: Há dados científicos que demonstrem que as nossas populações estão saudáveis e não precisavam de ser reduzidas as quotas?

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o princípio da precaução!

A Oradora: É esta a questão.

Como é que o Governo Regional via resolver a situação? Se é um modelo que é estranho, que não é estranho isso não interessa aos pescadores. O que interessa é: o que é que o Governo Regional vai fazer para ter dados que paga para ter e que Bruxelas e as comunidades internacionais reconheçam como dados fidedignos para avaliar as nossas populações. É só esta a questão, Sr. Secretário.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande tarefa! Misericórdia!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vê-se que está de regresso a velha técnica parlamentar do Governo Regional da lei mental.

Deputado André Bradford (PS): A mim não me diz nada!

O Orador: Lei mental! Nunca ouviu falar Sr. Deputado? Lei mental.

A técnica da lei mental é o que o PS tem feito ao longo destes 20 anos e que apresenta aqui como desculpa, ou seja, se não fez, é óbvio que não fez, já pensou em fazer.

Portanto, nesse sentido nós há algum tempo que não ouvíamos este tipo de desculpas mas já estamos de regresso à técnica da lei mental.

Mas devo dizer em relação a esta matéria o seguinte: é evidente que este Governo velho, de 20 anos, de duas décadas que tem arrastado os Açores para problemas em todos os setores, nós aliás hoje já estivemos aqui a debater vários assuntos e se falamos de pescas é uma desgraça, se falamos de ensino é uma desgraça, de educação, todas estas matérias da questão do emprego é uma desgraça, portanto neste momento o que nós temos é sempre um cenário terrível e calamitoso.

Portanto, nesse sentido nós nas pescas temos um cenário idêntico.

A verdade é que nós hoje temos um problema em relação à sustentabilidade temos um problema em relação à melhoria dos mecanismos de comercialização, temos um problema em relação à sustentabilidade dos recursos piscícolas, temos um problema em relação ao esgotamento de alguns destes recursos e a pergunta que se deve fazer é: o que é que o PS, o que é que os sucessivos governos do PS fizeram em relação a esta questão ao longo de duas décadas.

Qual é a avaliação correta desta questão e a avaliação correta desta questão não pode deixar de ser bastante negativa no sentido em que nós temos hoje uma frota em que se verifica que não foi efetivamente estruturada de forma racional, nós verificamos que temos um esgotamento dos recursos e que não foram tomadas medidas racionais em relação a esta exploração que estava a ser realizada na nossa Zona Económica Exclusiva e também nós temos hoje a perceção que o rendimento dos pescadores se manteve muito baixo porque o sistema de comercialização foi absolutamente ineficaz.

Portanto, neste momento nós temos um passivo grave, um passivo muito negativo na área das pescas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Enorme!

O Orador: ... e a única resposta que o Governo Regional tem para lançar nesta Assembleia e para afirmar é que agora, a oito meses do fim, é que é. Agora é que é! Eu também acho que agora é que é, daqui a oito meses vamos ter um novo Governo nos Açores e vamos ter uma estratégia completamente diferente em relação a esta matéria, vamos ter sentido de responsabilidade e vamos deixar de governar como se não houvesse amanhã e vamos começar a governar com sentido de estado, com sentido de que nestas matérias é preciso preservar a realidade atual, manter os rendimentos dos pescadores, mas também projetar a sobrevivência do setor no futuro e a única solução, a única verdadeira solução é a solução política de acabar com este Governo que agoniza há tanto tempo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, provavelmente expliquei-me mal mas vou reformular.

O BE não está contra o período de defeso criado pelo Governo, aliá não há nenhum representante do setor que esteja contra.

Mais, até há representantes do setor que queriam mais tempo, mais quinze dias e explicou muito bem porquê, atendendo à característica de determinadas espécies, nomeadamente o goraz, a fase de reprodução e a sua natureza hermafrodita que não transexual como foi dito em sede de Comissão.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Portanto, nada contra o período de defeso, agora Sr. Secretário Regional, a pergunta que se põe é esta: como é que os pescadores sobrevivem no meio desta tempestade perfeita em que para além do corte da quota ainda tem em cima o período de defeso, e bem.

Nós não estamos contra a decisão do Governo, estamos é contra a limitação dessa decisão. Chegar nos últimos dois meses a casa com uma soldada média de 56 euros, Sr. Secretário, alguma coisa tem que acontecer, estes pescadores são pessoas! Têm família!

Portanto, o Sr. Secretário não se pode esconder por detrás da razoabilidade, necessidade, urgência da implantação deste período de defeso, dizendo que ele tem que ser feito e os pescadores fazem o quê? Vão à vida! Mas qual vida? É que já há pouca vida por aí: já não há no leite, já não há na construção civil, quer dizer só se for para o turismo, mas também parece que as coisas ao nível dos trabalhadores não estão lá muito bem nesse setor, ao nível dos trabalhadores.

Depois “o mais depressa possível”, o Sr. Secretário atira a bola para este lado e diz: “os senhores é que sabem!”.

Oh Sr. Secretário, tem que saber porque se esta Assembleia aprovar este Projeto de Resolução, e eu já nem sei se irá aprovar, mas se aprovar, é o Governo Regional, nomeadamente o senhor que o vai implementar “o mais depressa possível”.

Portanto, o S. Secretário tem que saber o que é que no seu entendimento quer dizer “o mais depressa possível” independentemente do que quer dizer no nosso. A minha curiosidade é saber no seu entendimento, como é que os pescadores vão sobreviver enquanto não tiverem “o mais depressa possível” resposta à fase de carência de absoluta tragédia económica na vida de muitos deles para sobreviver. Esta é que é a questão e não é do Bloco, é de todos, é da grande maioria dos pescadores e das suas famílias nesta Região.

Concordando com as medidas do Governo, também eles concordam, são parceiros destas medidas, agora medidas são medidas, fome é fome!

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Abreu):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por explicar por que é que aparentemente há uma alteração de posição do Governo em relação a este Projeto de Resolução e digo aparente porque não há absolutamente nenhuma.

Em primeiro lugar eu devo dizer que não atribuo os problemas da pesca todos a questões conjunturais, não foi isso que foi dito, mas como o debate em concreto foi apresentado como uma emergência e a proposta na sua versão original tinha quase enfoque exclusivo na questão do defeso, julguei que era este o tema principal do debate. Não sendo, não atribui e falei, aliás, de medidas a longo

prazo e de uma série de iniciativas que estão em curso, designadamente a reestruturação de longo prazo do setor.

O que é que se passou desde a Comissão?

Passou-se o que eu expliquei: deixou de haver uma proposta que na minha perspetiva parecia demagógica e centrava no Governo Regional as culpas as culpas da redução de rendimento dos pescadores e temos agora um texto que não fala em compensar os pescadores pelo período de defeso que o Governo dos Açores maliciosamente impõe aos pescadores. Não! Fala em recuperar o mais depressa possível os rendimentos dos pescadores que foram afetados pelo corte de quota que nos é imposto externamente e que tem o impacto que todos nós conhecemos e todos reconhecemos como sério.

Esta, na perspetiva do Governo, se me perguntarem se faz diferença? Faz toda a diferença. É a diferença em relação ao que se passou há uma semana na Comissão de Economia.

Voltando ao tema dos dados científicos: como eu tive ocasião de responder na Comissão de Economia quando me fez essa pergunta, a informação que foi transmitida ao Governo sobre os problemas que se passam no Conselho Internacional de Exploração dos Mares, onde os nossos dados foram analisados e considerados não compatíveis com o que é a prática corrente do consenso científico, nesse sentido, tem a ver com o modelo e como bem se lembrarão na Comissão de Economia expliquei isto, não falei de palangre, não falei do arrasto contra o palangre. Não fui eu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Afinal ela tem razão!

O Orador: Foi o Diretor do DOP que falou e que saberá do que é que está a falar muito melhor do que eu ou a Sra. Deputada Graça Silveira, mas é seguramente um fator muito importante a amostragem ser de uma maneira de outra. Não é único.

A questão do modelo matemático usado não está enquadrada no consenso científico.

É esta a única forma de vermos que dados é que temos? Não é, como eu também expliquei na Comissão de Economia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E qual é a outra?

O Orador: Nós temos dados de descargas que são recolhidos no âmbito do programa nacional de recolha de dados que dão, não dão toda a imagem mas dão uma imagem que é a que é exigida pela política comum de pescas e que cumprem integralmente todas as obrigações da Região nessa matéria.

Segundo aspeto: é ou não desejável ter um cruzeiro de demersais que seja analisado com um método que depois seja aceite pelo consenso. É com certeza. É feito o cruzeiro de demersais desde há perto de 20 anos, pago pelo Governo Regional.

O que é que o Governo Regional vai fazer? Posso dizer o que é que não vai fazer. Não vai mandar a Sra. Deputada Graça Silveira e o Secretário do Mar para o ICE discutir modelos de uma espécie que, entre outras coisas, muda de sexo, o que parece fazer grande diferença, para o efeito do modelo como foi discutido em Comissão.

Portanto, não há nenhum cenário em que possa a Sra. Deputada politizar o resultado do que é o consenso internacional da análise de modelos que são de facto complexos e que transcendem amplamente o que está ao alcance de um Governo e de medidas políticas que se possam tomar neste Parlamento.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, confesso que não conhecia a referência à lei mental, consegui rapidamente fazer um Google ...

Deputado André Bradford (PS): Não tem nada a ver!

O Orador: ... e perceber que se entendi bem é uma lei do século XV, reinado de D. Duarte I, que visava a centralização do poder na coroa. Não é de todo o que o Governo faz em políticas de pescas. O Governo faz o oposto disto, faz política com um setor, reativou um Conselho Regional das Pescas e está até aberto a concordar com propostas de todos os partidos da oposição sobre esta

matéria, recomendando planos de salvaguarda e um esforço para o mais depressa possível aumentar ou recuperar o rendimento dos pescadores.

Portanto, é o oposto de centralização.

Por último, Sra. Deputada Zuraida Soares, pediu-me para eu responder e já lhe respondi, portanto será feito caso a caso, medida a medida, iniciativa a iniciativa o esforço máximo por parte do Governo e como sabe temos colaborado com o Parlamento, por exemplo na questão do Fundo de Pesca; por iniciativa nossa, cortámos o prazo de análise e a rapidez com que é efetuado esse pagamento como um exemplo do que é que no meu entender como destinatário desta Resolução, caso ela venha a ser votada favoravelmente neste Parlamento, o que faremos. Tem o compromisso político do Governo, deste Secretário Regional do mar que, medida a medida, iniciativa a iniciativa será feito e sujeito a todo o escrutínio dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, que seja feito tudo o que é possível para se recuperar o mais depressa possível o efeito do período de defeso.

Pergunta-me então: o que é que acontece agora em março de 2016, porque de facto é pesado, é pesado para os armadores não poderem pescar uma das espécies mais valiosas neste período.

Bom, no curtíssimo prazo a opção é, e foi adotada em muitos casos e como sabe há vários pescadores que não dependem exclusivamente das pescas, há realidades muito diferentes em diferentes ilhas, aos que podem (que não são todos) diversificam a sua atividade nessa altura, fazem outras coisas, fazem manutenção das suas embarcações; outros que pode diversificar têm licenças para mais artes, não usam o palangre de fundo ou usam palangre de fundo em zonas que sabem que há menos goraz.

Portanto, há várias alternativas para fazer alguma coisa, para se tentar sobreviver (usando o seu termo) nesta época do ano e entre agora e o próximo período de defeso que será daqui a algum ano, esta revisão da frota começará a fazer efeito e os próprios pescadores terão que se adaptar.

Portanto, neste sentido a discordância em relação à proposta original que foi apresentada na Comissão de Economia e que era expressamente inspirada nas propostas da APEDA e da Cooperativa Porto de Abrigo, em relação à qual o Governo expressou discordância publicamente, há uma diferença colossal em relação ao que está apresentado agora nesta Proposta de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e nas minhas outras intervenções não falei nisso mas queria agradecer aos partidos da oposição o facto de terem aceite as nossas alterações,

...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nós somos magnânimos!

O Orador: ... acho que isso denota uma humildade democrática que eu gostava muito de ressaltar, mas acreditem o documento ficou muito melhor, muito melhor.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Outra coisa não seria de esperar!

O Orador: Sr. Deputado Luís Garcia, o senhor acusa sempre o Governo de faltar com os alertas da Universidade dos Açores. O Sr. Deputado esteve presente numa Comissão de Economia em que esteve a ser ouvido o Diretor do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores e ele disse precisamente o contrário, o que ele disse foi que a Universidade dos Açores tem participado em todas as decisões políticas que têm sido tomadas para preservar as espécies ao longo dos últimos anos, isso foi dito e redito, aliás essa acusação é cíclica e aparece sempre nessas alturas em que estamos a falar de recursos, mas a Universidade dos Açores participou em todas as decisões e o Sr. Secretário Regional também em sede de Comissão disse que a Universidade sempre serviu de apoio às suas decisões.

O Sr. Diretor do Departamento de Oceanografia e Pescas até falou em vários exemplos, em medidas de salvaguarda, imagine, medidas de salvaguarda, que é um termo que também utilizam no vosso documento.

Ele diz que participou na restrição da pesca no Condor, diz que participou na questão da lei das seis milhas, participou nas áreas protegidas, participou nos limites dos tamanhos mínimos, portanto a Universidade dos Açores em articulação com todos os parceiros da área participou nestas decisões que têm sido tomadas ultimamente.

Relativamente à questão da frota, a questão da frota vários Sras. e Srs. Deputados aqui costumam criticar muito a composição da frota mas ainda nunca cheguei a perceber é que tipo de frota é que querem: eu não sei se querem mais palangreiros, se querem mais atuneiros ou se querem acabar com os barcos com menos de nove metros.

Deputado André Bradford (PS): Eles também não sabem!

O Orador: Eu por mim acho que é uma medida precaucionaria, e uma das medidas precaucionarias muito importantes, ter mais de 60% das embarcações com menos de nove metros que pescam com linha de mão.

Esta é uma medida importantíssima mas nunca foi aqui referida.

Os senhores querem barcos fábrica? Digam o que é que querem, se não assim a gente nunca chega a perceber.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores é que anunciaram o resgate!

O Orador: Oh Sr. Deputado, resgatar, tivemos nós que resgatar a frota do vosso tempo que tinha 26% dos barcos sem motor. Sabe? Tinha 26% dos barcos sem motor.

Portanto, aí é que foi feito um resgate.

Sr. Deputado, era muito importante que os senhores aqui, acho que aqui é o espaço ideal, dizem assim: “A frota está mal dimensionada!”. Ok. O que é que devíamos fazer? Expliquem o que é que devíamos fazer?

Palangreiros, mais palangreiros? Pronto. Essa nunca seria a minha opinião.

A questão de atirar dinheiro para os problemas que o senhor referiu aí, eu confesso que o senhor apanhou esta frase bem. Acho que sim! Apanhou bem e tenho que lhe dar os parabéns por causa disso.

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual? Já se arrependeu!

O Orador: Mas o que eu quis dizer naquela altura e já disse aqui hoje, é que ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já se arrependeu!

O Orador: Já me arrependi, sim senhor. Já me arrependi e o senhor também espero que se tenha arrependido de não ter dado uma ajuda ao seu partido para meterem no vosso esboço de programa um parágrafo sobre as pescas ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas que inquietação!

(Aplausos dos Deputados da bandada do PS)

O Orador: Mas Sr. Deputado, para que fique completamente esclarecido eu entendo que nós não queremos atirar dinheiro para os problemas, nós queremos é resolver os problemas e aí é que está.

Relativamente ao facto do que se passou nesta última semana e do Sr. Deputado ter acusado de nós estarmos isolados, ora bem, como sabe Sr. Deputado, esta proposta é uma cópia, ou foi inspirada, é melhor talvez assim, foi inspirada na proposta da Porto de Abrigo e também da Associação da pesca dos demersais aqui do Faial.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é do Faial, é dos Açores!

O Orador: Dos Açores. Exatamente! Obrigado pela correção.

Essa questão, eu até na altura referi isso, que a vossa proposta era inspirada nestas duas e também disse que não vinha mal ao mundo por causa disso, mas ainda bem que os senhores voltaram atrás, ainda bem que aceitaram as correções porque a proposta fica muito mais rica.

Mas, eu até disse na altura que ela era parecida na forma, no *timing* e no conteúdo, mas eu queria dizer uma coisa ao Sr. Deputado, nós isolados? Oh Sr.

Deputado, estas propostas que nós aqui a falar foram apresentadas a 11 associações filiadas na Federação de Pescas, votaram 10 contra e uma a favor.

Quem é que está isolado?

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não tinha ido por aí!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Secretário, se a questão é tão simples como tratar os dados com outro modelo eu não percebo como é que o Governo Regional tem andado ano após ano a entregar dados que não são validados.

Se é apenas uma questão de modelo por que é que já não foi feita a alteração do modelo do tratamento de dados ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há anos!

O Orador: ... e deixou-se que nos últimos anos sistematicamente por uma questão de princípio de precaução, tenhamos sido penalizados em termos de quota, baixando para 2015, 507 toneladas, por princípio de precaução porque não têm dados fidedignos para fazer uma real avaliação do nosso stock.

Se é como o Sr. Secretário diz apenas uma questão de modelo por que é que não se tem tratado os dados com modelo correto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Segunda questão Sr. Secretário e em relação ao rendimento dos pescadores que não é uma questão menor. Obviamente que está toda a gente de acordo com a paragem biológica. A pesca ao contrário da agricultura é uma atividade extrativa, ...

Deputado André Bradford (PS): Ah! Isso é bom ser dito assim!

O Orador: ... eles não produzem aquilo que vão capturar e portanto tem que haver um cuidado sobre os stocks, é preciso haver um cuidado sobre a

delapidação e os próprios pescadores já perceberam que neste momento estão a ficar sem peixe para pescar e portanto até eles estão de acordo que se faça uma paragem biológica, que é a única maneira que nós temos de repor os níveis das populações.

Agora a questão é que se queremos a pesca como uma atividade económica que permita aos pescadores ter rendimentos, não podemos deixar os pescadores praticamente dois meses sem compensação nenhuma impedidos de fazer a sua atividade.

Eu pergunto-lhe, Sr. Secretário: está ou não está disposto a acionar o Fundo Europeu? Esta é a questão.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do mar, faça-me a graça de reconhecer que o BE tem estado neste debate sobre esta iniciativa de uma forma séria, construtiva, criticando aquilo que entende que deve criticar mas reconhecendo também aquilo que entende que deve reconhecer.

Exatamente por isso, Sr. Secretário Regional, eu não posso aceitar que quando eu pergunto ao Sr. Secretário o que é que os pescadores nos últimos dois meses têm uma soldada média de 56 euros, vão fazer da sua vida, já no dia de amanhã?

Basicamente aquilo que o Sr. Secretário me diz é: “Desembrulhem-se! Desembrulhem-se e esperem por melhores dias!”.

Quando o Sr. Secretário Regional diz: “Vão fazer outras coisas! Dediquem-se a outro tipo de pesca! Façam outra a atividade! Recorram a outra atividade!”, aquilo que o senhor está a dizer, Sr. Secretário é: “Desembrulhem-se, porque o Governo Regional não tem nada para vos fazer!”.

O Sr. Secretário Regional vai desculpar-me mas eu não aceito esta resposta e tenho a certeza que nenhum pescador nesta Região também a aceitará.

Depois, o Sr. Secretário Regional falou aqui em variáveis conjunturais, estruturais, e bem, e na realidade até estamos de acordo na identificação de algumas dessas variáveis, mas há uma que eu não posso deixar de questionar-lhe até porque está relacionada com a discussão científica entre a Deputada Graça Silveira e o Sr. Secretário Regional, a propósito da recolha das informações e da avaliação do estado dos recursos, que o Sr. Secretário disse, e bem, que há um programa europeu que tem o apoio regional e um programa nacional de recolha de dados em que o DOP participa ativamente, mas há uma outra forma adicional a esta, que é através, Sr. Secretário, do cruzeiro de demersais, que tem um histórico de 20 anos e que há dois anos, nos últimos dois anos, não tem feito trabalho nenhum, de acordo com as declarações do Prof. Helder Silva, na sua condição de Diretor do DOP, porque o Governo Regional não tem tido disponibilidade financeira para apoiar (foi o que foi dito) e que este facto retira informações e monitorização do banco de Condor.

Perguntei eu ao Sr. Diretor ...

(Aparte inaudível)

O Orador: É o que está escrito aqui.

Perguntei eu ao Sr. Diretor do DOP, prof. Helder Silva, se isto teria alguma consequência negativa na monitorização dos stocks e na informação necessária para uma melhor gestão dos recursos e a resposta do Diretor do DOP foi esta: “O Diretor reconheceu ser difícil responder mas que devia ter um impacto razoável ...

Presidente: Agradeço que termine Sra. Deputada.

O Orador: ... para dar resposta a cada momento”.

Portanto há aqui também uma falta, isto é uma variável conjuntural, mas que eu acho que o Governo Regional deve tão breve quanto possível corrigir.

Depois, Sr. Deputado José Ávila, dizia o Sr. Deputado que o PS estava muito bem acompanhado porque estava com dez associações entre onze que concordaram ...

Deputado José Ávila (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Oh, Sr. Deputado foi isso que eu ouvi, estava acompanhado de dez associações entre onze que constam da Federação.

Oh, Sr. Deputado eu aconselhava-o a rever as companhias e vou explicar-lhe porquê. A rever as companhias porque: ...

Presidente: Tem de terminar Sra. Deputada.

O Orador: Eu vou terminar se me deixarem, Sra. Presidente, não é fácil.

No dia 2 de fevereiro a Federação das Pescas reuniu, por acaso reuniu na Cooperativa Porto de Abrigo, ...

(Aparte inaudível do Deputado José Ávila)

O Orador: Deixe-me acabar!

... e estava representado pelo seu Presidente (da Federação), pelo Presidente da Associação de Pescadores Graciosenses e pelo Presidente da Associação de Pescadores de S. Jorge. Muito bem!

(Aparte inaudível do Deputado José Ávila)

O Orador: Tem, então sabe o que é que eu vou dizer e vou continuar porque se calhar há Deputados e Deputadas que não têm e sobretudo o povo açoriano não tem.

A Direção da Federação informou a proposta da APED e da Porto de Abrigo não tinha sido discutida por causa de divergências existentes nas onze

associações que constituem a Federação e porque a maioria delas, uma maioria não quantificada, se inclinava para aceitação da proposta.

No dia 3 de fevereiro, passado, ...

Presidente: Tem de abreviar, Sra. Deputada.

O Orador: ... os dirigentes da Federação manifestaram interesse em promover a realização de uma nova Assembleia e veja lá, Sr. Deputado, que essa Assembleia ainda não se realizou, essa Assembleia vai realizar-se na próxima sexta feira, próxima sexta feira, o que quer dizer Sr. Deputado José Ávila que as concordâncias e as discordâncias das tais dez associações, entre onze, estão bastante problemáticas porque não é possível concordar antes de fazer uma reunião. Se a reunião é na próxima sexta feita eu não percebo como é que já há concordância a 100% e que acompanha também o Governo e o PS.

Presidente: Tem de terminar Sra. Deputada.

O Orador: Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu a crítica que fiz foi à forma como foi seguido este processo político por parte de V. Exa. e também do Grupo Parlamentar do PS, porque aqui o que aconteceu e essa referência à lei mental não é no sentido da centralização, o normativo aponta nesse sentido mas foi no facto do Rei D. Duarte dizer que aquela legislação não é dele, é do rei D. João que tinha outro ascendente sobre a nobreza da época e portanto dizer-lhe que o Rei D. João, já a tinha em mente, por isso é que é mental.

É isso que V. Exa. fez, ou seja o senhor o que disse é que estas medidas já estavam pensadas mas que ainda não tinham sido executadas mas portanto nesse sentido o que o Sr. Secretário afirmou neste Parlamento foi de que não há mérito na iniciativa dos partidos da oposição porque no fundo nós já estávamos

a pensar em fazer isto mesmo e o PS acrescentou: “Bom, nós aprovamos não há qualquer tipo de problema, até nos juntamos e votamos também, alteramos aqui algumas coisas”. Eu nesse sentido nunca faço nenhuma referência ao processo negocial, acho do ponto de vista do Parlamento acho que não se deve fazer, portanto há um processo negocial que decorreu e eu em relação a esse processo não entro nunca em discussão, chegámos a acordo é o que interessa.

A questão fundamental é esta, é que os senhores dizem que isto não traz nada de novo. Do ponto de vista é isto: os senhores dizem que esta iniciativa é como o “Melhoral”, não faz bem nem mal, já estava pensada, já seria executada.

Bom, eu recuso-me a pensar e a aceitar que o Parlamento dos Açores e Vs. Exas. que têm a maioria absoluta nesta Casa, aprovem uma recomendação a respeito de algo que já está a ser feito. Se os senhores recomendam ao Governo algo que já está a ser feito isto significaria da vossa parte uma atitude política pouco sensata e pouco séria, por isso a partir daí eu considero que os senhores quando votam a favor desta iniciativa reconhecem que o conjunto de recomendações que aqui são feitas, são recomendações que o Governo deve acatar e que não está a fazer. Isso não seria uma redundância e portanto não aceito que os senhores valorizem a proposta nesse sentido e é esta a posição que quero reafirmar da parte do PPM, considero muito condenável a posição do Governo e do PS em relação à apreciação política que fazem deste documento que é no sentido de o diminuir, dizendo que já estavam a pensar no assunto e dizendo até da parte do Grupo Parlamentar do PS, que já estavam a fazê-lo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota sobre o período de defeso que vigorou na Região para a pesca do goraz, para reafirmar aquela que tem sido a posição do PSD sobre esta

matéria, que nunca fomos contra essa implementação dessa medida, o que sempre dissemos é que se esta medida é necessária, esta e outra para gerir a quota para garantir a sustentabilidade da espécie, é preciso que se arranje a solução por completo, ou seja que se assegure os rendimentos dos pescadores devidamente e hoje nós já podemos olhar para esse impacto desse período de defeso nos rendimentos dos pescadores. Comparando os meses de janeiro e fevereiro de 2015 com 2016, essa quebra é muito significativa. Na Graciosa é de 73%; no Faial, 55%; nas Flores, 53%.

Essa quebra de rendimento dos nossos pescadores é muito significativa. Portanto, se estas medidas são necessárias esta é só a meia solução, porque a outra meia solução é arranjar mecanismos para compensar os pescadores por essa perda de rendimentos.

Já agora o Sr. Secretário não o disse na comissão mas à saída da Comissão de Economia, questionado pelos jornalistas sobre quais eram esses mecanismos, onde é que eles poderiam recorrer para os compensar, remeteu os pescadores para a Secretaria da Solidariedade Social.

Portanto, eu queria perguntar-lhe diretamente quais são os mecanismos no âmbito dessa Secretaria da Segurança Social e da Solidariedade Social que os pescadores podem acionar e solicitar para essa compensação de rendimentos.

Uma segunda nota sobre aquilo que o Sr. Secretário disse que entre esta proposta que agora está aqui e a anterior há uma diferença colossal.

Oh, Sr. Secretário, o que se pretende é que seja assegurado o rendimento dos pescadores. Se deixar na proposta que essa perda de rendimentos é devido ao período de defeso ou à diminuição da quota, para mim é indiferente. O que para mim é essencial e o que é essencial para o PSD, é que se encontrem mecanismos para essa recuperação de rendimentos. Isso é que é essencial. Se é por causa da quota, se é por causa do período de defeso, isso para mim é absolutamente indiferente.

Uma terceira nota ao Sr. Deputado José Ávila que já na Comissão tinha esta preocupação desta proposta ser semelhante à proposta, ou ser influenciada pela proposta apresentada pela Porto de Abrigo e pela APEDA.

Nós saudamos a proposta da Porto de Abrigo e da APEDA. É um sinal muito claro de maturidade daquelas duas associações, portanto não somos surdos nem insensíveis a esses problemas que foram ali focados, portanto fomos influenciados por esta proposta e isso não tem mal nenhum.

Uma quarta nota para terminar, Sr. Deputado José Ávila, este já é o terceiro plenário que o senhor revela aqui uma preocupação, ...

Deputado José Ávila (PS): Não é preocupação nenhuma!

O Orador: ... que eu acho que já não é uma preocupação, é uma obsessão por um trabalho que está a ser desenvolvido no Gabinete de Estudos do PSD ...

Deputado André Bradford (PS): Há que anos isso está a ser desenvolvido!

O Orador: ... com vista à preparação do nosso programa eleitoral.

É um processo que está em evolução, que está a ser executado e o senhor está muito preocupado com isto.

Há outras omissões, Sr. Deputado, que eu nunca o ouvi revelar qualquer tipo de preocupação. Dou-lhe só um exemplo: o Plano de Ação dos Açores na Estratégia Nacional do Mar, que há 28 meses devia lá constar e ainda não consta e eu nunca ouvi uma palavra sua sobre isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Eu só vejo essa sua ansiedade e essa obsessão pelo Programa Eleitoral do PSD, ...

Deputado José Ávila (PS): Preocupação!

O Orador: ... eu só posso concluir uma coisa, é que o senhor quer avaliar esse Programa para avaliar se vai ou não votar no PSD, eu não tenho outra justificação para isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer à Sra. Deputada Zuraída Soares que não vale a pena estarmos aqui a reinventar a história.

O que aconteceu na Comissão de Economia e a senhora se quiser usar a sua memória certamente que vai chegar lá porque o Sr. Presidente da Federação a uma pergunta minha, respondeu que das onze associações que faziam parte da Federação de Pescas, dez tinham votado contra e uma tinha votado a favor.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas ainda não houve reunião Sr. Deputado!

O Orador: Oh, Sra. Deputada isso é a informação que a senhora tem, mas não sei se a sua informação é melhor do que a minha ou é melhor do que aquilo que o Sr. Presidente da Federação disse presencialmente à frente de todos nós e a senhora estava lá também, portanto a senhora está a distorcer a verdade.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu é que estou a distorcer!?

O Orador: Oh, Sra. Deputada, sinceramente eu não queria dizer isto mas é verdade, o Sr. Presidente da Federação disse com todas as letras aquilo que estou a acabar de dizer à senhora, portanto tenha paciência, tem que reconhecer que foi verdade, estava lá mais gente. Se os Srs. Deputados quiserem dizer podem dizer, agora não vale a pena pôr na minha boca coisas que eu não disse e

coisas na boca do Sr. Presidente que ele não disse. Ele disse isto exatamente que eu estou aqui a referir.

Deputada João Bruto da Costa (PSD): Isso merece um protesto!

O Orador: Não, acho que não merece protesto nenhum! Pelo amor de Deus!

Relativamente à questão do período de defeso eu acho piada, Sr. Deputado Luís Garcia, isto é tudo muito bonito, nós temos o período de defeso, é proposto, associações aceitaram, aliás as associações é que pediram para haver este período de defeso, até para se defenderem, se calhar é este o termo a aplicar aqui, da escassez de quota e é claro que os partidos políticos na altura também gostaram muito (muito bem e tal) porque era de acordo com quase toda a gente, mas agora é que está a doer. É evidente que se houve uma paragem numa espécie, é evidente que houve uma redução de capturas e há uma redução nos rendimentos. Quem é que duvida disto? Pelo amor de Deus! Vêm para cá agora lamentar-se que houve uma redução de capturas e houve uma redução nos rendimentos dos pescadores. Mas isso não era lógico, havendo uma paragem? Pelo amor de Deus! Isto é assim mesmo!

Agora não podem ... é história de andarem no lado certo. Querem andar sempre no lado certo, que é onde dá certo, é onde podem apanhar alguma contestação para depois utilizarem isso como uma arma de arremesso político.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar já, Sra. Presidente.

Sr. Deputado, registo aqui que o senhor não foi capaz de dar aqui uma resposta a uma pergunta minha relativamente qual é a frota de pesca ideal para o PSD. Era importante sabermos isto, porque podemos estar aqui com uma grande ideia desse lado e não a podemos aproveitar e isso era muito mau.

Relativamente à questão do vosso Gabinete de Estudos, oh Sr. Deputado, eu não tenho problema nenhum, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Em votar no PSD!

O Orador: ... o senhor está sempre a lembrar-me isso, eu vou falar mais vezes,
...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor está sempre a falar disso!

O Orador: ... eu vou ter que falar nisto mais vezes.

Sr. Deputado, eu tenho uma grande preocupação: o maior partido da oposição não foi capaz de escrever uma linha sobre um setor que é muito importante para a Região. Não é uma preocupação minha. É sim uma preocupação minha e deve ser uma preocupação dos açorianos que votam em vocês.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu venho a este debate ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Porque está a correr mal!

O Orador: ... porque considero a matéria muito importante, aquela que é suscitada pela proposta que agora está aqui em análise.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não diga que é uma tempestade perfeita!

Deputado Luís Garcia (PSD): É mais uma!

O Orador: Desse ponto de vista gostaria que, pelo menos é esse o esforço que da parte do Governo fazemos, que a forma não condicionasse o mérito da substância.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora que não temos mais tempo vem a debate!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A um minuto para as oito!

O Orador: Desse ponto de vista aquilo que me parece importante para além de variadíssimos aspetos que aqui foram salientados, quer da parte dos partidos proponentes, quer da parte do PS, quer da parte do Governo, é o facto da situação que o setor das pescas vive na nossa Região hoje em dia, é uma situação desafiante como poucos vezes terá sido no passado.

Portanto, desse ponto de vista, julgo que aquilo que esta Proposta de Resolução também faz, é o facto desta câmara (e isso é importante para o Governo) também de forma clara, através dos instrumentos que tem à sua disposição, manifestar uma posição de preocupação, manifestar uma posição de no fundo colocar este assunto no centro do debate político ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Porque é que demorou tanto tempo para vir dizer isso?

O Orador: ... colocar esse assunto como uma das matérias que neste momento exige uma intervenção da parte dos órgãos de governo próprio da Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A esta hora ninguém se pode inscrever!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também ainda não disse nada!

O Orador: Eu não acrescentarei nada em relação àquilo que o Sr. Secretário Regional já aqui adiantou e também em relação àquilo que diversos Srs. Deputados, quer proponentes, quer do PS apresentaram em relação a esta matéria.

Obviamente que a busca de soluções para este desafio que vive o setor das pescas não é fácil, porque se fosse fácil, também não seria esta a resolução que nós teríamos aqui, seria outra, porque efetivamente o que esta proposta de resolução faz é remeter para o Governo a definição e a implementação, ou dito de outra forma, a concretização de princípios que o Governo já vem prosseguindo há muito tempo.

Portanto, desse vista quer no âmbito instrumental de uma parceria com a Universidade dos Açores, quer a salvaguarda das principais espécies demersais,

quer a sustentabilidade, quer os rendimentos da pesca, não se pode dizer em bom rigor e em boa verdade que seja com esta Proposta de Resolução que o Governo fica desperto para esses assuntos e para esses princípios. Em boa verdade não é possível dizer isso! O Governo tem-no feito mas a leitura que o Governo faz em primeiro lugar da presente situação é que precisa de fazer ainda mais, porque efetivamente se é certo que há circunstâncias conjunturais, há também circunstâncias estruturais, é verdade e necessitam de uma intervenção e que necessitam de medidas que possam no fundo servir aqueles três aspetos principais que julgo que une ...

Eu não sei se os senhores estão a rir para mim ou se estão a rir me mim, de qualquer das formas parece-me que a situação será um bocadinho mais delicada do que aquilo que isso exige.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é indiferente!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se o senhor quisesse debater tinha-se inscrito mais cedo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Mas dizia eu que em relação a estas matérias há três aspetos ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Mais do que esses Srs. Deputados demonstram por mim.

Em relação a esta matéria julgo que há três aspetos que na minha leitura me parecem unir o Governo e esta câmara:

Uma preocupação: o rendimento dos pescadores, o rendimento das suas famílias;

Uma preocupação com o facto de nós necessitarmos de termos medidas que possam dar futuro e sustentabilidade ao setor das peças;

Um objetivo de ter um setor que possa efetivamente contribuir para a criação de emprego, para a criação de riqueza na nossa Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): Para quem está há 20 anos no poder ... Agora é que vai ser!

O Orador: A propósito do “agora é que vai ser” que em aparte disse o Sr. Deputado Luís Garcia e que já tinha referido na sua intervenção a propósito dos oito meses, eu não quero entrar por aí, mas se por ventura quisesse entrar por aí eu não sei o que é que é pior ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Se o senhor quisesse entrar tinha entrado mais cedo! Se quisesse efetivamente entrar!

O Orador: ... se é um Governo que agora lança as medidas e toma as decisões que toma, se é um partido da oposição que guarda as propostas que eventualmente tem para este assunto para o seu Gabinete de Estudos e para apenas apresentar em pedido eleitoral.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas há seguramente algo que eu posso garantir para descanso intelectual dos Srs. Deputados do PSD: não é uma questão de oito meses, é uma questão de até ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Presidente já devia ter chamado a atenção que já ultrapassou a hora regimental!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: ... ao último minuto, até ao minuto deste mandato deste Governo tomaremos as medidas, reformaremos as medidas que forem necessárias para servir este setor em particular e outros.

Há orientações e princípios que são salientados nesta Proposta de Resolução. O Governo já o estava a desenvolver, mas considera que sobretudo naquilo que tem a ver com o contato com entidades externas à Região mas quais também relevam alguns desses princípios essa tomada de posição da Assembleia

Legislativa Regional é importante, é útil e vem dar mais força àquele que é um trabalho que o Governo, no âmbito das suas funções vem desenvolvendo.

Isso é um aspeto que não posso deixar de salientar neste momento, não para benefício do Governo, mas para benefício dos pescadores e das suas famílias.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Considero que é muito importante a participação do Sr. Presidente do Governo Regional no âmbito dos trabalhos desta Assembleia, valoriza a discussão política, acho que é muito importante.

Mas também considero que é importante que a Mesa atue, já agora vou utilizar com igualdade republicana, todos somos iguais nesta câmara, perante o Regimento e portanto que a Sra. Presidente deveria ter obviamente alertado o Sr. Presidente para que já passam cinco minutos da hora regimental.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a falar!

O Orador: Já passam cinco minutos da hora regimental e a Sra. Presidente não fez nenhuma referência ao Sr. Presidente do Governo Regional e há um problema aqui que é o problema do contraditório. Foram feitas referências, foral visados partidos que já não podem responder, porque já terminou a hora regimental.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: Portanto é por isso que eu considero, Sra. Presidente, do ponto de vista da condução dos trabalhos eu considero ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É muito feio aquilo que o Sr. Presidente fez! É falta de coragem! É feio!

(Apartes entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão está no uso da palavra.

O Orador: Eu considero, Sra. Presidente, com todo o respeito, que deveria ter alertado o Sr. Presidente do Governo Regional, para que a hora regimental já tinha concluído.

Presidente: Fica registada, Sr. Deputado, a sua interpelação.

Naturalmente a Mesa agiu como é habitual, dei a palavra porque ainda estávamos dentro do período regimental e como também é habitual os debates muitas vezes passam para o dia seguinte, que é o que vai acontecer hoje, uma vez que a Mesa ainda tem duas inscrições ainda.

Vamos encerrar os trabalhos.

Uma boa noite a todos e até amanhã.

Eram 20 horas e 09 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Partido Social Democrata (PSD)

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Documentos entrados

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece disposições em matéria de segurança de operações de petróleo e gás no *offshore* de petróleo e gás, transpondo a Diretiva n.º 2013/30/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013 – ME – (Reg. DL 44/2016) – n.º 215- OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 02 – 23

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2016 – 03 – 03;

Assunto: Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos e revoga o Decreto Regulamentar n.º 14/2000, de 21 de setembro - MM - (Reg. DL 58/2016) – n.º 216 - OGP

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 02 – 25

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 03 – 01.

2 – Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho:

Assunto: Relativa à utilização da faixa de frequências de 470-790 MHz na União [COM (2016) 43] + [SWD (2016) 19] e [SWD (2016) 20] – n.º 232 - AR

Proveniência: Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2016 – 03 – 17;

Assunto: Relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor e seus reboques e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos, [COM (2016)31] + [SWD(2016)9] e [SWD (2016)10] – n.º 233-AR

Proveniência: Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 02

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 03 – 17;

Assunto: Medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás e que revoga o Regulamento (UE) N.º 994/2010, [COM(2016)52] + SWD(2016)25] E [SWD(2016)26] - n.º 234-AR

Proveniência: Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 04

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 04 – 05.

3 – Proposta de Lei:

Assunto: Terceira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 4/2006, de 16 de janeiro, e alterada pelas Leis n.ºs 78/2013, de 21 de novembro, e 34/2014, de 19 de junho, que estabelece a titularidade dos Recursos Hídricos – n.º 17/XIII/1.ª (ALRAM) - n.º 231/X

Proveniência: Comissão 5.ª COFMA/XIII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 02

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2016 – 03 – 21.

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: Recomenda ao Governo a dinamização do plano de revitalização económica da ilha Terceira - n.º 173/XIII/1.ª (PS) - n.º 230/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 03 – 21.

5 – Anteproposta de Lei:

Assunto: [Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das Forças de Segurança colocados na Região Autónoma dos Açores – n.º 18/X](#) -

Substituição Integral

Proveniência: PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2016 – 03 – 01

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 04 – 03;

Assunto: Atribuição de subsídio de insularidade aos elementos das Forças de Segurança colocados na Região Autónoma dos Açores – n.º 18/X - **Segunda Substituição Integral**

Proveniência: PSD, CDS-PP, BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2016 – 03 – 01

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2016 – 04 – 03.

6 – Requerimentos:

Assunto: [Ligações aéreas para a ilha Graciosa no Verão IATA 2016](#)

Autores: João Costa, Valdemiro Vasconcelos e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 16

Referência: 54.03.04 – N.º 519/X;

Assunto: [Ligações aéreas para a ilha de S. Jorge no Verão IATA 2016](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 17

Referência: 54.03.05 – N.º 520/X;

Assunto: [Novas Contradições da Política de Cultura](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 521/X;

Assunto: [Reabilitação da EBS das Flores](#)

Autores: Bruno Belo e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 24

Referência: 54.03.08 – N.º 522/X;

Assunto: [Realização de uma sondagem por parte do Governo Regional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 25

Referência: 54.07.00 – N.º 523X;

Assunto: [Operacionalidade do Porto de São Roque do Pico](#)

Autores: Cláudio Lopes, Luís Garcia, António Pedroso e Jorge Costa Pereira (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 26

Referência: 54.03.06 – N.º 524X;

Assunto: [Execução do Projeto Museológico concebido para a ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 26

Referência: 54.07.09 – N.º 525X;

Assunto: [Dificuldades no escoamento de peixe fresco a partir da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 526X;

Assunto: [Obra de beneficiação da casa adstrita ao médico residente da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 527X;

Assunto: [Adjudicação da empreitada referente à interpelação nos Circuitos Logísticos Terrestres do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 528X;

Assunto: [Obra de reabilitação do edifício onde funcionam a Associação Agrícola do Corvo e o Núcleo dos Serviços de Desenvolvimento Agrário das Flores e do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 529X;

Assunto: [Protocolo entre o IROA, S.A. e a Câmara Municipal do Corvo para a análise e execução das intervenções necessárias em caminhos agrícolas da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 530X;

Assunto: [Estudo que permita evidências as vantagens competitivas do desenvolvimento de uma estratégia comercial que associe a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo com a classificação Reserva da Biosfera atribuída pela UNESCO a estas ilhas](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29

Referência: 54.07.00 – N.º 531X;

Assunto: [Estratégia, recursos e potencial do Parque Natural da ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 01

Referência: 54.07.09 – N.º 532X;

Assunto: [Infiltrações no polivalente do Capelo precisam de ser resolvidas](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 02

Referência: 54.03.07 – N.º 533X;

Assunto: [Estudo de dimensionamento de cabeços de amarração das estruturas de acostagem dos terminais de passageiros dos Portos da Madalena, São Roque, Horta e Velas](#)

Autores: Cláudio Lopes, Luís Garcia, António Pedroso e Jorge Costa Pereira (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 534X;

Assunto: [Cumprimento da Resolução da Região Autónoma dos Açores n.º 176/2014, de 26 de dezembro e dos trâmites da concessão do jogo de fortuna e azar na Região](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 535X;

Assunto: [Falta uma auxiliar na Escola dos Cedros](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 07

Referência: 54.03.07 – N.º 536X;

Assunto: [Diversificação tarifária e divulgação das tarifas sociais de eletricidade](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 08

Referência: 54.06.00 – N.º 537X.

7 – Respostas a Requerimento:

Assunto: [Tarifa Interjovem - Tarifa Aérea Promocional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 02 – 23

Referência: 54.01.00 – N.º 208/X;

Assunto: [Lobbying em Bruxelas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 02 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 344/X;

Assunto: [Acumulação de algas no porto da Madalena](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 02 – 23

Referência: 54.03.06 – N.º 491/X;

Assunto: [Obras de Reperfilamento da Ribeira da Aqualva](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29

Referência: 54.03.03 – N.º 483X;

Assunto: [Monitorização e avaliação do POOC da ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 473X;

Assunto: [Intervenção planeada pelo Governo Regional e pela Câmara Municipal do Corvo na extinta zona balnear do Porto Novo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 04

Referência: 54.07.09 – N.º 503X;

Assunto: [Trapalhadas e contradições do Governo Regional no Museu Carlos Machado](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10

Referência: 54.03.02 – N.º 318X;

Assunto: [Maior coleção do Vulcão dos Capelinhos fora do Faial - Questão por esclarecer](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10

Referência: 54.03.07 – N.º 487X;

Assunto: [Reabilitação da EBS das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10

Referência: 54.03.08 – N.º 522X.

8 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter relatório no âmbito do n.º 5 da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, n.º 27/2014/A, de 28 de novembro - Medidas de autoproteção dos estabelecimentos escolares dos Açores.

Proveniência: Secretaria Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares

Data de Entrada: 2016 – 02 – 17;

Assunto: Ofício a acusar e a agradecer o envio do Voto de Congratulação - 25.º Aniversário do Complexo Desportivo das Laranjeiras

Proveniência: João Bosco Mota Amaral

Data de Entrada: 2016 – 02 – 24;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento da Interpelação ao Governo Regional sobre a Precariedade e Políticas Públicas de Emprego

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2016 – 02 – 29;

Assunto: Ofício a remeter Relatório n.º 2/2016 sobre a Análise da Proposta de Orçamento do Estado para 2016

Proveniência: Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2016 – 03 – 01;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2016 – Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA)

Proveniência: Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA

Data de Entrada: 2016 – 03 – 02;

Assunto: Ofício a acusar a receção do Voto de Saudação atribuído à Campeã Europeia em Padel Helena Medeiros

Proveniência: Federação Portuguesa de Ténis

Data de Entrada: 2016 – 03 – 03;

Assunto: Ofício a remeter Propostas de Alteração n.ºs 42C a 52C, à Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2016.

Proveniência: Comissão 5.ª COFMA/XIII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 04

Comissão: Economia;

Assunto: Ofício a remeter Proposta de Alteração n.º 155C à Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2016

Proveniência: Comissão 5.ª COFMA/XIII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 04

Comissão: Economia;

Assunto: Ofício a remeter Propostas de Alteração n.º 32C à Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2016

Proveniência: Comissão 5.ª COFMA/XIII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 07;

Assunto: Ofício a remeter Proposta de Alteração n.º 123 à Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento de Estado para 2016

Proveniência: Comissão 5.ª COFMA/XIII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 07

Comissão: Economia;

Assunto: Ofício a remeter a substituição da proposta de alteração que Aprova o Orçamento do Estado para 2016 - n.º 172/XIII/1.ª (GOV) - n.º 227/AR

Proveniência: Comissão 5.ª COFMA/XIII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 09

Comissão: Economia;

Assunto: Ofício a remeter a substituição da proposta de alteração que Aprova o Orçamento do Estado para 2016 - n.º 104C - n.º 172/XIII/1.ª (GOV) - n.º 227/AR

Proveniência: Comissão 5.ª COFMA/XIII da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 09

Comissão: Economia;

Assunto: Ofício a solicitar a admissão de perguntas com pedido de respostas escritas ao Governo sobre Emprego e Competitividade Empresarial, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 182.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 03 – 07;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico com o relatório n.º 2/2016-FS/SRATC (Ação n.º 14-221FS3) – “Auditoria à Escola Profissional de Capelas”

Proveniência: O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, António Francisco Martins

Data de Entrada: 2016 – 03 – 08;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório de Atividades e Contas da Casa dos

Açores, em Lisboa

Proveniência: O Presidente da Direção da Casa dos Açores, Miguel Peixoto Ávila Loureiro

Data de Entrada: 2016 – 03 – 08;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do Relatório final da Comissão de Inquérito ao Transporte Marítimo de Passageiros e Infraestruturas Portuárias

Proveniência: O Juiz Conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas, António Francisco Martins

Data de Entrada: 2016 – 03 – 09;

Assunto: Ofício a solicitar a retirada do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/X – “Eleva a Freguesia de Porto Judeu à Categoria de Vila”

Proveniência: PS, PSD, CDS/PP, BE, PCP e PPM

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10.

9 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Lei – Impede a mercantilização do abastecimento público de água de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos – n.º 116XIII/1.^a – n.º 224-AR](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 02 – 25;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 44/2016, que estabelece disposições em matéria de segurança de operações de petróleo e gás no *offshore* de petróleo e gás, transpondo a Diretiva n.º 2013/30/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013 – n.º 215-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 03 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução - Recomenda ao Governo a atribuição dos subsídios de fixação e de compensação para conservadores, notários e oficiais de registos e notariado nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – n.º 130/XIII/1ª \(PSD\) – n.º 225-AR](#)

Proveniência: SubPolítica Geral

Data de Entrada: 2016 – 02 – 22;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que altera o regime de acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, e que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/37/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que altera a Diretiva n.º 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro de 2003 - n.º 213-OGP](#)

Proveniência: SubPolítica Geral

Data de Entrada: 2016 – 02 – 22;

Assunto: [Proposta de Lei – Alteração ao Código de Processo Civil e ao Código de Procedimento e de Processo Tributário - n.º 14/XIII/1ª \(ALRAM\) - n.º 228-AR](#)

Proveniência: SubPolítica Geral

Data de Entrada: 2016 – 03 – 07;

Assunto: [Projeto de Lei – Alargamento da competência inspetiva da ACT na Função Pública - n.º 132/XIII/1ª \(BE\) – n.º 229-AR](#)

Proveniência: SubPolítica Geral

Data de Entrada: 2016 – 03 – 01;

Assunto: [Projeto de Resolução - “Orientações curriculares e metodológicas a adotar no âmbito do processo de implementação da disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores” - n.º 146/X](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional - “Regime Jurídico de Apoio ao Mordomo, Comissão das Festas, Império e Irmandade na preparação e realização das Festas Tradicionais e Populares do Culto do Espírito Santo” - n.º 27-A/X](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional - “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/2010/A, de 24 de junho, que estabelece os princípios orientadores de organização e da gestão curricular da educação básica para o sistema educativo regional” – n.º 60/X](#)

Proveniência: SubComissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 11;

Assunto: [Proposta de Lei - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016 – n.º 11/XIII/1ª \(GOV\) - n.º 226-AR](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 23;

Assunto: [Proposta de Lei - Aprova o Orçamento do Estado para 2016 – n.º 12/XIII/1.ª \(GOV\) – n.º 227-AR](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 24;

Assunto: [Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas e linha de bens e outras vendas à distância de bens \[COM \[2015\)635\] e documentos de trabalho associados - n.º 212-AR](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 24;

Assunto: [Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre certos aspetos relativos aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais \[COM \(2015\)634\] e documentos de trabalho associados – n.º 211-AR](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 24;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho - Regras comuns no domínio da aviação civil e que cria a Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação, e que revoga o Regulamento \(CE\) n.º 216/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho \[COM\(2015\)6\] e documentos de trabalho associados – n.º 208-AR](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2016 – 02 – 24;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei - Aprova o regime jurídico da instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos e revoga o](#)

[Decreto Regulamentar n.º 14/2000, de 21 de setembro - MM - \(Reg. DL 58/2016\) – n.º 216 - OGP](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 02;

Assunto: [Projeto Decreto-Lei que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.º 91/2013, de 10 de julho, e 176/2014, de 12 de dezembro, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário - ME - \(Reg. DL 43/2016\) – n.º 214-OGP](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 08;

Assunto: [Propostas de alteração à Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª \(GOV\) – Aprova o Orçamento do Estado para 2016 – n.º 227-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 10;

Assunto: [Petição n.º 42/X - Introdução da Maralfalfa](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 11;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 154/X - “Garantir a sustentabilidade e os rendimentos da pesca”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 11;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 134/X - Modelo Alternativo de Transporte de Mercadorias nos Açores.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 11.

10 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 123, 124, 125, 126, 127 e 128.

P'la redatora, Noélia Escobar

A redatora, Ana Machado